

22
Jean Nicolas Grou, S. J.

Retiro Espiritual
Sôbre as
Qualidades e Deveres do Cristão.

Traduzido do francês
por
MARIA ANNA NABUCO



1944
EDITORA VOZES Ltda., PETRÓPOLIS, R. J.
RIO DE JANEIRO — SÃO PAULO

I M P R I M A T U R
POR COMISSÃO ESPECIAL DO EXMO.
E REVMO. SR. BISPO DE NITERÓI,
D. JOSÉ PEREIRA ALVES. PETRÓPO-
LIS, 16 DE AGOSTO DE 1944. FREI
ÁTICO EYNG, O. F. M.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

AVISO.

Já que as pessoas devotas costumam fazer anualmente o retiro espiritual, não nos parece que lhes seja necessário meditar sempre sobre as mesmas verdades. Uma convêm em tal época da existência, outras em tal outra. As que Santo Inácio meditou logo após sua conversão, e de que se utilizou para seus exercícios espirituais, têm por principal escopo o retôrno do peccadôr a Deus e a escolha dum estado de vida. Feito isso, uma vez que a alma se deu sinceramente a Deus e abraçou o estado ao qual se julgou chamada, que se aplica a cumprir fielmente com seus deveres, e, com o fim de se desempenhar dêles do melhor modo, consagra cada ano uma semana aos exercícios espirituais, não lhe será mais conveniente e proveitoso escolher de preferência os temas de meditação que mais se adaptarem à disposição atual de sua alma e lhe favorecerem o progresso?

Êstes temas, pela novidade, saberão prender-lhe a atenção e lhe causarão mais viva impressão. Nem há perigo que a alma, variando assim as matérias conforme as necessidades e o progresso do momento, consiga algum dia esgotar as que o próprio Evangelho nos fornece. O amor de Deus e do próximo, a fidelidade à graça, a renúncia a si mesmo, a humildade, o abandono, a imitação de Jesus Cristo, a necessidade de carregar a cruz e a maneira de carregá-la, êstes e outros muitos assuntos, minuciosamente expostos, aprofundados e adaptados às circunstâncias particulares de cada qual, podem fornecer, se forem tomados em separado, bastante matéria para entreter a alma durante oito dias. Os sacerdotes, os religiosos, e os simples leigos, encontrarão nas suas obrigações e deveres de estado am-

pla matéria para considerações, afetos e resoluções apropriadas.

Seria, pois, altamente desejável que houvesse retiros compostos para os diversos fins. Assim, tomando conselho com o confessor, cada qual escolheria aquêle que melhor lhe conviesse, ou mais o atraísse. E' com êste fim em vista que aqui proponho êste retiro.

Versa sôbre as qualidades e os deveres do cristão, matéria fundamental. Diz respeito a todos nós, em qualquer idade, estado e condição, pois é preciso sempre começar por ser cristão e como tal viver. Só trata aparentemente de verdades comuns, mas estas, como se verá pela sua minudência, são verdades capitais e essenciais. Poucas pessoas, no entanto, as conhecem a fundo, e pouquíssimas as põem em prática. Seria igualmente fácil compor-se um retiro sôbre as qualidades e os deveres do sacerdote, do religioso, do chefe de família, do magistrado e de outras profissões.

Não me proponho, aliás, escrever um livro, nem me estender sôbre cada assunto de meditação, e sim expor-lhe a substância em poucas palavras e confiar o resto à reflexão individual e, mais ainda, à ação da graça. Quem tem o hábito de meditar não precisa de longos discursos e o que há de tirar de si mesmo vale sempre mais do que aquilo que busca nos livros. Basta que comece o retiro com um desejo sincero de aproveitar-se dêle, e abandone o coração e o espírito à operação divina. Se a alma fôr dócil, Deus saberá esclarecê-la, aquecê-la e inspirar-lhe as resoluções que dela espera. Quanto às almas interiores, favorecidas com o dom da oração, contentem-se em ler o tema da meditação e em se pôr na presença de Deus, que as há de entreter conforme fôr do seu agrado.

Quem não puder dispor do tempo ou da necessária liberdade para fazer o retiro de oito dias, dedi-

que então uma hora ou duas meias horas, por dia, a cada meditação e consideração, é assim fará num mês o que não pôde fazer numa semana. O Espírito Santo não está sujeito a métodos, mas acomoda-se às circunstâncias em que se encontra cada alma. Assim, aquêles a quem a só idéia de meditar intimida, ou que são incapazes de tal, limitem-se a ler cada ponto com a devida atenção, devagar, demorando-se naquilo que os impressione, produzindo afetos à medida que se sentirem tocados. Tal leitura, em si, já é uma meditação, e muitas vêzes não será das menos úteis.

Véspera do retiro.

MEDITAÇÃO PRELIMINAR.

Vou meditar agora sobre o caráter e as obrigações do cristão. Nesses muitos anos em que o sou, talvez ainda não tenha aprendido o que significa sê-lo, nem cuide de aprender. Dignai-vos, ó meu Deus, instruir-me e comunicar-me a idéia que tendes a esse respeito.

Primeiro ponto. — Em se tratando duma matéria toda sobrenatural, como esta, é a idéia de Deus, e só esta, que devo consultar, estudar e tomar por norma. E onde hei de sorvê-la senão nas Sagradas Escrituras, na doutrina e nos exemplos de Jesus Cristo, meu mestre e meu modelo? Não devo, pois, prestar ouvido nem às máximas que recebi do mundo, nem à minha natureza corrompida, nem ao meu orgulho e amor próprio, nem mesmo à minha razão fraca, ignorante, sujeita ao erro. Meu primeiro cuidado, pelo contrário, será impor-lhes silêncio e afastá-las, a fim de que só Deus me instrua e me ponha em estado de ouvi-lo. Não tenho o direito de fazer-me do cristão tal ou qual idéia que me agrade. E' de Deus que a devo receber, sem que nada lhe acrescente, nada lhe subtraia. Esta idéia, concebida desde toda eternidade nos desígnios da sabedoria e da bondade divina, está mais distante do pensamento do homem que o céu da terra. Nunca hei de atingi-la pelos meus próprios esforços, e somente a luz do alto ma pode tornar inteligível. Peço-vos, pois, meu Deus, que me deis esta inteligência plena e perfeita de meu caráter de cristão e não permitais que, ouvindo meus preconceitos, minha covardia, minhas inclinações terrenas e sensuais, eu venha a obscurecer esse caráter divino, a enfraquecê-lo, a degradá-lo e a desnaturá-lo.

Segundo ponto. — Na idéia que Deus se faz do cristão se fundamentam todos os meus deveres e só ela me dará a conhecer em toda a sua extensão. Se o juízo que faço desses deveres não é o de Deus, então não saberei avaliá-los devidamente e deixarei de cumprí-los, ou fá-los-ei de modo muito imperfeito. Tais deveres decorrem essencialmente de minha qualidade de cristão, são-lhe uma dependência necessária. Meus pensamentos e sentimentos, minhas ações e todo o plano e minudência de meu proceder, tudo deve basear-se na minha qualidade de cristão e trazer-lhe o sêlo. E' mister, numa palavra, que, em todas as circunstâncias de minha vida, Deus veja em mim o cristão, e que eu corresponda plenamente à idéia que se prende a este título na mente divina.

Deus há de julgar-me baseado neste título, e me recompensará ou castigará conforme eu tiver cumprido, ou deixado de cumprir, com minhas obrigações. Qualquer que tiver sido minha condição, grande ou pequeno, rico ou pobre; qualquer que tiver sido meu estado de vida e profissão; qualquer que tiver sido a situação em que me encontrei, saúde ou doença, prosperidade ou adversidade, Deus tudo examinará para ver se, em tudo e sempre, eu me comportei como cristão, se fui fiel aos compromissos assumidos, se não me desviei em nada de tão glorioso título. Onde estaria eu neste momento, se tivesse que passar semelhante exame? Que conta estaria em condições de prestar de meu modo de proceder? Este retiro me foi concedido para chorar e expiar o passado e pôr em ordem o futuro. Tanto maior será, pois, minha culpa quanto menos me terei aproveitado dele.

Terceiro ponto. — E' evidente, por conseguinte, que não há ciência mais interessante para mim que a ciência do que constitui o cristão. E' um estudo que

merece todo o meu cuidado. Mas, embora procure fazer esta pesquisa do melhor modo, sempre hei de desconfiar de mim mesmo, persuadido de que a idéia que me farei do cristão estará sempre aquém daquella que Deus faz, isto é, sempre mais ou menos afastada da verdade. Tão vasto é o desejo e tão limitado o espírito humano, que nunca poderei compreendê-la perfeitamente. Deus mesmo, por uma sábia economia, soube poupar minha fraqueza, e não me revelou de súbito e sob um prisma de perfeição que me desanimaria. Assim fica-me sempre motivo para me humilhar ao lembrar-me de que minha concepção do cristão é muito fraca, e de que ainda, na prática, fico muito longe dêsse pouco que me é dado conceber. Mas, ao mesmo tempo, terei ocasião de animar-me com a esperança de que, conforme fôr a minha boa vontade e o meu progresso no bem, Deus me dará novas luzes e fôrças para caminhar até à morte, aproximando-me cada vez mais do meu fim. Estes dois sentimentos, de confiança e de humildade, são o fruto que eu desejo tirar dêsse retiro e que espero alcançar da bondade divina.

Primeiro Dia.

PRIMEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO E FILHO DE DEUS

Primeiro ponto. — O primeiro título do cristão, fonte de todos os outros e princípio de sua verdadeira grandeza, é o título de filho de Deus. Considerando apenas minha natureza, minha qualidade de homem, vejo que Deus é meu Pai, e o é de outro modo que os pais segundo a carne. Ele criou-me a alma, a parte mais importante de minha pessoa, conforme quis. Criou também a matéria de que se compõe o meu corpo. Dispôs de tôdas as partes dêsse corpo no seio de minha mãe, organizou-as e desenvolveu-as, comunicou-lhes vida e movimento. Fêz-me homem, unindo estas substâncias que me compõem. E que parte coube a meus pais em tudo isso? Coube-lhes apenas contribuir, segundo as leis estabelecidas pelo Autor da natureza desde a origem das coisas, para a formação do meu corpo. Se, só por isto, merecem e têm direito a que eu lhes dê o título de pais, com maioria de razão pertence êste título a Deus!

Não é sômente meu pai porque me criou, mas ainda porque me conserva a vida a todo instante, pois, no momento em que me deixasse de conservar, eu recairia no meu nada com todo o pêso do meu corpo. Haverá maior dependência que esta? Ele é ainda meu Pai, porque lhe devo os alimentos que me nutrem, e aquillo de que necessito para o sustento de minha vida. Já que esta paternidade natural constitui a base e o fundamento de tudo mais, constitui também o primeiro motivo do amor e do reconhecimento que devo a Deus. Tudo está sempre a me lembrar. Devemos tudo a quem devemos o ser.

Segundo ponto. — Embora este primeiro benefício coloque a Deus infinitamente acima dos pais segundo a natureza, e torne minhas relações com ele muito íntimas, eu pertenco-lhe de modo mais elevado e mais chegado ainda na ordem da graça. Devo à sua pura bondade minha existência sobrenatural, de valor incomparavelmente superior. Em virtude da ordem em que os meus primeiros pais foram criados, e em que eu mesmo deveria ter nascido, eu teria sido elevado acima de minha condição natural, pois estava destinado a possuir a Deus eternamente, a contemplá-lo face a face, a partilhar sua felicidade. Minha alma teria saído de suas mãos justa e santa, enriquecida de dons preciosos, amável, por conseguinte, aos olhos de Deus e digna da complacência divina: depois de uma vida terrena, suave e inocente, sem passar pela morte, sem sofrer nenhum dos reveses penosos aos quais estou hoje sujeito, eu teria passado para o seio de Deus, a fim de me unir a ele para sempre. Tal era o meu destino. Se esse destino se tivesse realizado, Deus, sem dúvida, me teria dado prova duma bondade paterna, superior a tudo quanto eu pudesse ter imaginado ou desejado. Mas a desobediência de Adão frustrou este desígnio inicial de Deus sobre mim. Nem por isto minha gratidão há de ser menor, já que, da parte de Deus, nada faltou para sua execução. Não me posso lembrar dêsse estado ditoso do qual decaí, sem pesar, e o desgosto seria decerto justo se, depois dessa queda, Deus, para cúmulo dos seus benefícios, não tivesse sido para mim um Pai mais admirável ainda, reparando com vantagem a desgraça em que o primeiro homem lançara para sempre a sua raça.

Terceiro ponto. — Que fez ele? Por excesso de amor — ó inconcebível maravilha! — ao qual, embora seja Deus, parece que nada pôde acrescentar, ele uniu sua natureza divina à nossa na Pessoa de seu próprio Filho. O Verbo eterno, tendo tomado uma

alma humana e um corpo humano, tornou-se tão realmente homem quanto é verdadeiramente Deus. Por esta união, cujas conseqüências formam o plano de nossa religião, o Verbo encarnado adotou-nos a todos como irmãos, e nêle Deus Pai reconhece-nos a todos como filhos. Estabeleceu-se uma nova ordem de graça. Constituiu-se uma família realmente divina que, em virtude da universalidade da Redenção, abraça todo o gênero humano, e da qual o adulto só se exclui por culpa própria. Jesus Cristo é o *primogênito* desta família, e a todos nós tornou participantes de seus direitos, o que nos eleva a um alto grau de nobreza, de dignidade, de proximidade com Deus. Se, como homens, estamos abaixo dos Anjos, como cristãos e filhos adotivos de Deus estamos acima deles, e nossa condição feliz inspira-lhes uma santa inveja.

Fiquemos nisto. Arrojem-se nossos pensamentos o quanto quiserem, nunca atingirão a eminência dessa qualidade de filhos adotivos de Deus. Quanto a nós, como o auxílio da graça, excitemos em nossos corações os sentimentos que devem corresponder a tal benefício. Nosso amor e reconhecimento, nossa confiança, obediência, e dedicação estarão sempre aquém daquilo que merece. Podemos nós sequer avaliar o que Deus nos fez na ordem da natureza? Como então lhe agradecer condignamente aquilo que queria fazer em nosso favor, obedecendo ao seu desígnio primitivo na ordem da graça? Como, e por que meios, seríamos capazes de render-lhe condignas ações de graça por tão maravilhosa e inefável adoção? Só Jesus Cristo podia suprir aqui à nossa insuficiência. O que pode, quer. Fê-lo em vida, e continua a fazê-lo no céu e no adorável Sacramento da Eucaristia. Unamo-nos, pois, a ele, roguemos-lhe que nos comunique os sentimentos de que o penetrou o Pai na qualidade de nosso irmão, de Chefe dos predestinados. E' no seu coração, onde se encontra a plenitude

dêsses sentimentos, que êle nos convida a sorvê-los. Confundam-nos aqui a nossa insensibilidade e ingratidão.

SEGUNDA MEDITAÇÃO.

O ESPÍRITO DE ADOÇÃO.

Porque sois filhos, disse São Paulo, Deus enviou aos vossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Abba, Pai. (Gál 4, 6.) E alhures: Recebestes a adoção de filhos, na qual clamamos: Pai... Se, porém, somos filhos, somos também herdeiros, verdadeiramente herdeiros e co-herdeiros de Jesus Cristo; mas isto se padecemos com êle, para também com êle sermos glorificados. (Rom 8, 15-17.) Meditemos bem estas palavras e consideremos, primeiro, qual a união que contraímos com a Santíssima Trindade pela adoção divina; segundo, quais os direitos que esta adoção nos confere; terceiro, qual a condição em que no-los garante.

Primeiro ponto. — O Espírito de adoção, segundo São Paulo, não é outro senão o próprio Espírito Santo. Deus Pai, no momento em que nos adota, envia-nos o Espírito do seu Filho para se apossar do nosso coração e nêle estabelecer morada. E onde está o Espírito Santo, está também o Pai e o Filho, dos quais procede, de quem é inseparável, pois é o amor mútuo de um e outro. A adorável Trindade habita, portanto, no cristão em virtude de sua adoção, e santifica-o de uma vez na alma e no corpo. Permaneceria sempre nêle, se o homem não o afastasse pelo pecado mortal. A adoção divina é uma extensão da Encarnação. Em Jesus Cristo, a união das duas naturezas é pessoal; no cristão é mística. Os efeitos que nêle produz não são os mesmos, mas são proporcionais e do mesmo gênero, e visam sua santificação. Terei eu compreendido bem a intimidade de minhas relações com a Santíssima Trindade? Terei

refletido no respeito que me devo a mim mesmo, na pureza com que devo conservar minha alma e meu corpo?

Mais ainda. O Espírito Santo, que é infinitamente operante por natureza, não me foi enviado para permanecer ocioso. Vem com os hábitos de fé, de esperança, de caridade. Vem animar-me a produzir, e comigo produzir, os atos inerentes a estas três virtudes, logo que a idade mo permita. Vem para me fazer clamar, e comigo clamar. *Pai! Pai!* Este grito, que é o dos filhos, abrange tôda oração, todo ato de adoração, de amor, de ação de graças, de contrição, de impetração. E' mister que saia do fundo do coração, onde reside o Espírito Santo, e seja êle quem o forme, pois a nós só cabe secundar-lhe a ação. Oração, por conseguinte, tôda divinal em seu princípio, tôda de amor, já que é formada por aquêle que é a própria Caridade; oração repassada de confiança, já que é o filho quem a dirige ao Pai, Pai boníssimo e onipotente; oração eficaz, que será forçosamente atendida, já que obedece ao impulso do Espírito, que nos leva a pedir o que nos quer conceder: oração que, vindo do coração, nunca deve ser interrompida, pois o Espírito, que nêle habita, está sempre na disposição próxima de produzi-la; oração, finalmente, pela qual eu posso, e devo, manter um comércio íntimo e contínuo com Deus. Até agora, eu ainda não percebera que o espírito de oração está estreitamente ligado ao Espírito de adoção. Ai de mim! não sòmente não o sou, mas não o quero ser. Limito-me a orações vocais e, quando muito, a alguns instantes de meditação superficial. Mas quanto a abandonar o coração ao Espírito Santo, a fim de que nêle atue, quanto a secundar-lhe a operação pela simples aquiescência de minha vontade, e entreter essa operação durante o dia pelo recolhimento, isto eu não faço, e tenho receio de fazê-lo. Terei eu algum dia sentido êsses gemidos in-

descritíveis com os quais o Espírito roga por nós? (Rom 8, 26.) Quando o Apóstolo assim falava, exprimia o que se passava em seu próprio coração e o que se deve passar no coração de todo cristão.

Segundo ponto. — Todos os direitos do cristão estão contidos nestas palavras de São Paulo: *Se somos filhos, somos também herdeiros, verdadeiramente herdeiros, e co-herdeiros de Jesus Cristo.* Segundo as leis do mundo, o filho tem direito aos bens paternos e, com a morte do pai, entra em plena posse desses bens, sem que ninguém lha possa disputar. Segundo as leis do céu, o cristão tem igual direito aos bens do Pai celeste. Mas como o Pai não pode morrer, é pela própria morte do cristão, seguida de uma vida nova, que este entra em posse da herança paterna. Em que consiste esta herança? Consiste no próprio Deus, e, em Deus, na posse de todo bem. Só Deus compreende a grandeza de uma tal herança. Ser-nos-á dado gozar dela, mas antes seremos possuídos por ela do que a possuiremos nós. Um coração finito e estreito, qual o nosso, não pode conter o infinito. Assim, pois, o gozo do Senhor não entra em nós, mas *nós entramos no gozo do Senhor* (Mt 25, 23), para nêle nos absorvermos e nos abismarmos. Engolfados nesse oceano imenso, perdidos em nós mesmos, só nos encontraremos, só subsistiremos em Deus. Seremos perfeitos de sua perfeição, felizes de sua felicidade, participantes de sua eternidade. O Pai comunicará a visão e o gozo de sua essência a cada um de seus filhos, de acôrdo com o mérito de cada qual, e cada um o possuirá conforme sua capacidade, como Deus se possui a si mesmo. Tais os direitos que nos cabem em nossa qualidade de herdeiros de Deus e co-herdeiros de Jesus Cristo. Basta dizer que é o próprio Deus, para realçar toda a grandeza desta herança. O Infinito, com toda espécie de bens, está compreendido nesta só palavra. Se Adão culpado me fez perder essa herança,

eu a recuperei em Jesus Cristo com indizíveis vantagens. Como hei de testemunhar agora a Deus o meu reconhecimento senão pelo silêncio e pela admiração?

Terceiro ponto. — Mas, se a adoção divina me permite tão altas pretensões, impõe também sua condição. Qual é? E' que, para ser glorificado com Jesus Cristo, eu sofra com êle. Condição mais que justa, de que me vexaria querer ser dispensado. Se, para entrar na glória que lhe estava reservada, foi mister que o Filho por natureza sofresse na humanidade que revestira, não será, também, preciso com maioria de razão, que o filho por adoção sofra para ter parte nessa mesma glória? Ele não possui outro título para pretender a tamanha glória, de que estava excluído, senão aquêle que Jesus Cristo lhe mereceu. Para o restabelecer em seus direitos primitivos, Jesus Cristo pode sem dúvida submetê-lo à mesma condição pela qual êle não se negou a passar. E de que se trata aqui? Trata-se de fazer-me eu a necessária violência para não me tornar indigno de minha adoção; de aceitar bem as provações a que Deus quizer sujeitar o meu amor; de não me apegar aos bens da terra, nem lhe temer os males; de só desejar a posse dos bens eternos e só recear a sua perda; de tudo sacrificar, de tudo padecer, para alcançá-los um dia. E quais são os sacrifícios e os sofrimentos de uma vida passageira em comparação com a glória eterna? Mas se eu vier a ponderar que, a fim de se dar a mim para sempre, meu Pai não me pede senão que o ame e me submeta à sua vontade, que evite desgostá-lo e procure em tudo agradar-lhe, posso eu não ter esta condição como infinitamente suave e não a aceitar de todo o coração? Onde está, pois, minha fé, onde minha esperança, onde minha caridade, se hesito um momento sequer, se não venço todos os obstáculos que minha natureza corrompida me opõe?

Mas, ó meu Deus, de que me servirá minha adoção se eu não lhe tiver o Espírito, ou não procurar conservá-lo? Servirá apenas para minha condenação. Se tal desgraça me acontecer, a quem hei de imputá-la senão a mim mesmo? Espírito Santo, Espírito de graça e de oração, fazei vossa morada em minha alma, reinai nela como soberano senhor, governai-a com vossas inspirações, e não permitais jamais que, movido pelo meu próprio espírito, eu vos queira resistir em nada.

TERCEIRA MEDITAÇÃO.

OS FILHOS DE DEUS DEVEM SER CONDUZIDOS PELO ESPÍRITO DE DEUS.

São Paulo afirma categoricamente *que todos os que são movidos pelo Espírito de Deus, são filhos de Deus.* (Rom 8, 14.) Daí se segue que os cristãos que não se querem deixar guiar pelo Espírito desmentem sua qualidade de filhos de Deus e só lhe conservam o caráter para agravar sua condenação. E' me de suma importância aprofundar esta máxima do Apóstolo, que deve ser a grande norma do meu proceder. Ajudai-me, Senhor, a compreendê-la bem e a pô-la em prática.

Primeiro ponto. — Quem é filho dum pai infinitamente santo, como é Deus, deve deixar-se conduzir em tudo pelo Espírito do Pai, pois não pode, sem que degenere e se afaste da santidade, ter outros sentimentos, nem se mover por outro espírito. Se, na verdade, assim fizer, ele não perde o seu caráter de filho de Deus, que, uma vez impresso, é inapagável; não é mais digno, no entanto, de trazê-lo, e, logo que não lhe cumpre a primeira e principal obrigação, torna-se culpado. Aqui, como em tudo, Jesus Cristo nos deu o exemplo. Parece até que, se alguém jamais teve o direito de seguir o seu próprio espírito, foi ele, que não podia pecar. Mas,

como homem, obrigou-se irrevogavelmente a ser submisso em todas as coisas ao Espírito do Pai. *Eu sempre faço o que é do seu agrado.* (Jo 8, 29.) E ainda: *O meu alimento é fazer eu a vontade daquele que me enviou.* (Jo 4, 34.) Não cogitava do que essa vontade tivesse para ele de duro e de amargo, mas conformava-se-lhe ponto por ponto. Não tinha outros designios, outros sentimentos. Para ele, enfim, o único uso legítimo de sua liberdade era manter-se na mais absoluta dependência do Espírito de seu Pai. Assim, guardadas as devidas proporções, deve ser com o cristão, cujo dever imperioso é deixar-se dirigir pelo Espírito de Deus. Reconheci eu até hoje a necessidade deste dever? Pus eu todo o meu prazer, toda a minha glória em cumpri-lo? Não me pareceu, às vezes, um tanto inoportuno, e não aspirei eu à independência, ouvindo e seguindo, de ordinário, o meu próprio espírito, pelo menos toda vez em que não me pareceu constituir pecado?

Segundo ponto. — Que é ser conduzido pelo Espírito de Deus? E', sem dúvida, tomar a alma a este Espírito como única regra dos seus juízos, afetos, e ações. E' pensar conforme ele pensa, querer o que ele quer, fazer o que ele inspira. E' depender de tal forma d'ele, que não possa mais dispor de si mesma. Quem é assim dirigido pensa e procede como Filho de Deus.

Mas, para chegar a isto, que precisa fazer o cristão? Precisa, em primeiro lugar, uma vez que se convenceu da necessidade de pôr-se sob a direção do Espírito Santo, tomar a resolução sincera e inabalável de assim fazer, e renunciar a todo domínio sobre si mesmo, a todo direito de dispor de sua pessoa. Precisa, em segundo lugar, por meio duma vigilância contínua sobre seu coração, consultar em tudo o Espírito divino, ouvir com respeito o que lhe segreda no recôndito da alma, tornar-se dócil às suas inspirações e maneável aos seus impulsos.

Isto exige, de sua parte, um recolhimento e uma paz habituais, pois, na medida em que se dissipa e se entrega aos cuidados exteriores, vai-se tornando menos atento ao que se lhe passa no interior. A agitação, o tumulto, a perturbação que lhe causam a imaginação e as paixões, impedem-lhe de ouvir a voz secreta, profunda e quase imperceptível do Espírito de Deus. Precisa, em terceiro lugar, cumprir com inviolável fidelidade tudo quanto o Espírito de Deus lhe prescreve, quer interior, quer exteriormente por meio daqueles que exercem autoridade sobre ele, sem atender às inclinações ou repugnâncias da natureza, sem ouvir as insinuações do amor próprio, sem ceder às sugestões e tentações do demônio. Assim, censurando-se qualquer falta de surpresa ou de fragilidade, por menor que seja, se empenhará em repará-las. Terei eu procedido assim? Pode minha consciência dar testemunho de que me comportei sempre como filho de Deus? Em que terei eu faltado? Que partido me resta tomar para o futuro?

Terceiro ponto. — Até que ponto deve estender-se esse governo do Espírito de Deus em relação ao cristão? Deve estender-se a todos sem exceção, abranger todos os tempos, lugares e circunstâncias. Deve regular o interior e o exterior, dominar os sentidos, a imaginação, as paixões, e o entendimento e a vontade, de sorte que tudo aquilo que no homem está sujeito à razão e ao livre arbítrio fique, no cristão, sujeito à graça e ao império do Espírito Santo, que quer reinar incondicionalmente sobre o coração. Este direito assiste-lhe e ninguém lho pode negar. Mas ele só reinará com nosso consentimento. Quem quiser obedecer-lhe apenas naquilo que fôr de preceito e não de conselho; naquilo que fôr essencial, e não de perfeição; naquilo que diz respeito diretamente à salvação, e não naquilo que lhe pareça estranho ou alheio a ela; naquilo que se lhe acomoda às idéias, aos projetos, às inclinações, e não

naquilo que as contraria; quem, numa palavra, recusa ao Espírito Santo qualquer coisa que lhe peça, contrista-o; e quem persiste obstinadamente nessa recusa, força-o a abandonar, pouco a pouco, a direção de sua alma, até retirar-se de todo, quando, depois de ter prolongado suas solicitações e queixas, vê que não merece atenção. Esse afastamento e silêncio do Espírito Santo são para o cristão o mais terrível dos castigos, pois levantam um obstáculo invencível à sua santificação, e põem em perigo a sua própria salvação. Quantas almas se perderam porque se subtraíram à direção do Espírito Santo naquilo que lhes parecia de pouca monta! São Paulo considerava-se como ligado e atado pelo Espírito (At 21, 13), e embora grande fôsse o seu zelo para converter as nações, só lhes anunciava a palavra de Deus na medida em que o Espírito Santo lho permitia. (At 16, 6-8.) Nas suas viagens, e no exercício de seu ministério, deixava-se guiar unicamente por esse Espírito divino. Assim não fôsse, e nunca teria alcançado êxito, correndo risco talvez de se perder a si mesmo, enquanto trabalhava para ganhar os outros. Se isto, que eu proponho aqui, parece sobremodo elevado e árduo, nem por isso nos deve amedrontar. A atuação do Espírito Santo é infinitamente sábia e doce. Ele saberá moldar seus pedidos à nossa fraqueza, e só nos conduzirá passo a passo ao mais perfeito. Se encontrarmos alguém que esteja arrependido de ter-se pôsto sob a direção do Espírito divino, ou não se tenha felicitado de tê-lo feito, então, sim, poderemos rezear alistar-nos sob sua bandeira.

Divino Espírito, eu me entrego a vós sem reserva. Sêde-me em tudo mestre e guia. Preservai-me da desgraça de não vos ouvir, ou de resistir-vos na menor coisa que seja. Nada é pequeno para mim em se tratando daquilo que pode agradar ou desagradar a meu Pai celeste.

CONSIDERAÇÃO

SÔBRE OS SENTIMENTOS DUM FILHO DE DEUS.

Já que nossas disposições interiores são a alma do nosso proceder, vamos, primeiro, considerar os sentimentos que devemos ter em relação a um Pai como é Deus; segundo, verificar se os temos; e, terceiro, determinar o que devemos fazer para os fomentar e aperfeiçoar cada vez mais. E' uma consideração entre tôdas importante, para a qual necessitamos do pleno socorro da graça.

A natureza inspira aos homens os sentimentos que devem ter em relação aos pais segundo a carne, a quem devem o nascimento, a educação, e os inúmeros cuidados e benefícios com que seu carinho e sua providência os cerca. E' fácil conhecer como tais sentimentos — respeito, amor, obediência — devem ser infinitamente maiores em relação a Deus.

Devemos a Deus a adoração em virtude da majestade, soberania e independência absoluta do seu ser. Não uma adoração estéril e meramente especulativa, mas uma homenagem real, uma submissão inteira do espírito e do coração, com as conseqüentes demonstrações e efeitos. Isto compreende o culto interior e exterior, tal qual no-los quis Deus prescrever.

Devemos-lhe a admiração pelas suas infinitas perfeições; o regozijo pelos bens, glória e felicidade que possui; o zêlo pelos seus interesses; o desejo ardente de vê-lo conhecido, amado, glorificado por tôdas as criaturas racionais, estimulando-nos felizes por lhe pertencer, dêle depender e poder servi-lo. O título de cristão deve constituir nosso primeiro título de honra. Tais sentimentos, se são raros entre os cristãos, cuja maioria se ocupa mais de si mesmo e dos seus próprios interesses no serviço de Deus, do que dêle e de sua glória, decorrem no entanto, naturalmente, do amor filial, se, como diz a Escritura, é verdade que os pais são motivo de glória para os filhos. (Prov 17, 6.)

Devemos-lhe um reconhecimento contínuo e ilimitado pelos seus benefícios, que abrangem tudo que somos e tudo que temos e de que gozamos, segundo a natureza e segundo a graça, prenúncio de outros, maiores, numa vida que jamais se apagará. Estes benefícios e promessas são de natureza a nunca se afastarem da nossa lembrança. Nunca o nosso espírito poderia meditá-los e contemplá-los suficientemente, nem o nosso coração mostrar-se bastante grato e sensibilizado.

Devemos-lhe uma obediência pronta, exata, constante, que brote do coração, que procure o bel-prazer divino de preferência ao interesse pessoal, e preze a honra de obedecer-lhe mais que a recompensa inerente, obediência que lhe previna, na medida do possível, as intenções, que não se poupe nem se busque a si mesmo, que não aguarde a ordem expressa e rigorosa para agir, mas vá de encontro ao menor indício da vontade divina. Fixará, por acaso, o filho dedicado algum limite à obediência que deve ao pai? E, ao executar a ordem dada, fará distinção entre esta e o desejo paterno?

Devemos-lhe, acima de tudo, o amor; e que amor! Amor puro, desinteressado, generoso, vivo, ardente; amor capaz de tudo empreender, de tudo sofrer, de tudo sacrificar para Deus; amor que nada repele, que nenhum obstáculo detém e nenhuma dificuldade abate, mas cujas provações apenas servem para o inflamar cada vez mais. Amor, numa palavra, que tenha algo da imensidade e do excesso da caridade que Deus nos tem. Por muito que nos esforcemos, jamais amaremos a Deus senão de modo finito, como sabe amar a criatura. E êle amou-nos como Deus, imprimiu ao seu amor caracteres duma infinita bondade. Mas nosso amor, por isso mesmo que é finito, é sempre suscetível de expansão, e neste ponto capital devemos sempre estar descontentes com nós mesmos e procurar amar sempre mais. A paixão nunca julga

amar bastante, e suas expressões, apesar de fortes, parecem-lhe sempre fracas. Embora se esgote em provas, nunca se aproxima daquilo que quisera fazer. Envergonhamo-nos de não amar a Deus com um amor pelo menos igual ao amor terreno.

Devemos-lhe um receio filial de desagradar-lhe, receio extremamente delicado, que nos conserve numa vigilância, numa circunspeção e num quase susto ante o menor perigo de ofendê-lo. Alegarei ainda aqui a paixão? Quem não sabe até que ponto esta receia ofender, por menos que seja, ao seu bem-amado?

Devemos-lhe uma dependência absoluta a tôdas as disposições de sua Providência; uma persuasão íntima e inabalável de que êle nada quer, nada determina, nada permite, senão para o nosso bem espiritual; uma confiança a tôda prova na sua bondade, que nunca nos permita duvidar de suas disposições paternas e nos faça crer contra tôda esperança; uma entrega cabal em suas mãos de todos os nossos interesses, a fim de que disponha de nós para sua maior glória, em tudo e como melhor lhe aprouver, para o tempo e para a eternidade, não querendo nós outra felicidade senão a de contentá-lo. Devemos-lhe, enfim, uma dedicação perfeita e universal, uma consagração de todo o nosso ser, em virtude da qual existimos e vivemos unicamente nêle e para êle. Será isso exagero? E se podemos imaginar mais alguma coisa, não o devemos ainda a Deus?

Já que o proceder da maioria dos cristãos, e talvez o nosso próprio, gravita em tôrno do temor e do interesse, é mister considerar a diferença essencial entre as disposições do filho, que instintivamente procede por amor, e as do escravo, que só obedece levado pelo temor. Ora, diz São Paulo, *nenhum é mais escravo e sim filho* (Gál 4, 7.) *Não recebestes o espírito de servidão outra vez, no temor, porém recebestes o espírito de adoção de filhos.* (Rom 8, 15.) O

amor é o quinhão dos fiéis, como o temor o foi dos hebreus. A caridade é o distintivo da lei nova, como o temor o foi da lei antiga, e na *caridade perfeita não há temor*. (1 Jo 4, 18.) Assim, podemos julgar do acréscimo de caridade em nosso coração pela diminuição do temor, e, se êste prevalece, é sinal de que amamos pouco. E' mister ainda considerar a diferença entre o filho e o mercenário. O filho serve por afeto, o mercenário por interesse. Aquêlê visa o contentamento paterno; êste, sua própria vantagem. Se o filho de Deus não exclui, de certo, do seu móvel de ação a posse eterna da bem-aventurança, sabe, no entanto, muitas vêzes passar além, levado por um motivo mais puro, que diz respeito ao próprio Deus, enquanto que o mercenário cuida principalmente dessa felicidade, como devendo ser a recompensa de seus serviços, e refere Deus a si mesmo, alterando assim a ordem que manda referir-se êle a Deus. A esperança é boa, é justa, e enquanto vivermos há de subsistir sempre em nós. Mas a caridade deve dominá-la, e não ser dominada por ela; de outro modo, em vez de filhos, seremos mercenários.

Vejamos agora, mas sem nos lisonjearmos, nem nos atribularmos sem necessidade, vejamos, digo, com retidão e simplicidade, em que pé está nosso coração em relação aos sentimentos que acabo de expor, e, depois de invocarmos o Espírito Santo, examinemos a fundo nossa consciência. Agradeçamos o bem que julgamos encontrar em nós, pois foi Deus quem nô-lo concedeu, e esforcemo-nos por adquirir o que nos falta, humilhando-nos. Afastemos tôda satisfação própria, como se não nos restasse mais nenhum progresso a fazer nas disposições interiores dum filho de Deus. Animemo-nos, pelo contrário, procurando aperfeiçoar dia a dia nossas disposições, recorrendo para êste fim à oração, ao uso freqüente dos Sacramentos, à prática das virtudes, e aos outros meios que Deus nos pôs nas mãos.

Segundo dia.

PRIMEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO E' FILHO DA IGREJA.

Primeiro ponto. — A Igreja é a esposa de Jesus Cristo. Coube-lhe este título em todos os tempos, e foi o próprio Deus quem lho deu nas Sagradas Escrituras. *Vem*, disse um Anjo a São João no Apocalipse, *e te mostrarei a Espôsa do Cordeiro*. Para São Paulo o casamento é um grande sacramento. *Este mistério é grande* (Ef 5, 32) *mas em relação ao Cristo e à Igreja. Maridos, amai as vossas mulheres, como também Jesus Cristo amou a Igreja e se entregou por ela.* (Ef 5, 25.) *Adquiriu-a com seu Sangue* (At 20, 28), diz ainda o mesmo Apóstolo, gerou-a, uniu-se-lhe na cruz. Foi nas dores e nos opróbrios de sua morte que se consumou este enlace divino, do qual todos nós nascemos espiritualmente.

Fiquemos nesta idéia. Que santidade não exige de mim a minha qualidade de filho de Deus e da Igreja? De filho, formado do próprio Sangue do Filho de Deus, concebido nos tormentos e nas ignomínias da Cruz! Terei eu jamais refletido nestas circunstâncias que envolvem minha origem e meu nascimento espiritual? Compreendo eu agora por que é a Lei cristã uma lei de renúncia, de sacrifício, de morte a si mesmo? Ai de mim! ignorei até hoje o que constitui a própria base de minha religião, a fonte de minha nobreza, o princípio de todos os meus deveres; ou então passei de leve sobre tudo isto, sem tirar as consequências que devem forçosamente influir sobre os meus sentimentos e sobre toda a minha vida. Ah! Senhor, penetrai-me neste momento desta grande verdade, e dizei-me como deve pensar um filho de Jesus Cristo e da Igreja, nascido no Calvário.

Segundo ponto. — A Igreja, que gera filhos a Jesus Cristo, é aquela mesma a quem elle confiou a pregação das doutrinas que ensinou, as funções do culto que estabeleceu, a administração dos Sacramentos que instituiu, isto é, o Corpo de Pastores, revestidos do caráter augusto do sacerdócio, investidos do poder necessário, para, de idade em idade, formar o povo de Deus e o alimentar, governar e conduzir para o céu. Tal Igreja, evidentemente, não é outra senão a Igreja Católica, que remonta aos Apóstolos. Elles a firmaram em nome e em virtude da missão de Jesus Cristo, e, desde então até aos nossos dias, ela vem demonstrando claramente a perpetuidade de sua successão. Que felicidade para mim ter eu nascido no seio desta Igreja, da qual se separaram tantas seitas pelo cisma e pela heresia! Como mereci eu tamanha graça, de preferência a muita gente que nasce, vive e morre na infidelidade e no erro? Quanto menos a mereci, tanto mais a devo reconhecer. Este reconhecimento obriga-me ainda a aproveitar todos os socorros espirituais que a Igreja, minha Mãe, me oferece para me santificar e me salvar. Que crime seria o meu se não me aproveitasse, ou me aproveitasse mal, dêste socorro. Que desgraça se, por culpa própria, tantos meios de salvação se tornassem em instrumento de minha perda!

Terceiro ponto. — A Igreja não somente é a Espôsa de Jesus Cristo, mas é também o seu Corpo Místico. Compreende neste sentido todos os fiéis que a compõem, sem distinção de Pastores e de povo. E' ainda São Paulo quem nos ensina que Jesus Cristo é a Cabeça da Igreja, a qual é seu Corpo. (Ef 1, 23.) Sou, portanto, na minha qualidade de cristão, membro do Corpo de Jesus Cristo, e estou unido a elle como a meu chefe. Se, no corpo animal, a cabeça exerce grande influência sobre os outros membros, grande também é a união e a correspondência que reina en-

tre os membros para sua mútua conservação. Imagem fraca da influência que Jesus Cristo, meu divino Chefe, deve exercer sobre mim, e da união e assistência mútua que a caridade deve estabelecer entre todos os filhos da Igreja. Lembra-o São Paulo na sua primeira epístola aos coríntios (12, 12 ss.), a qual devemos ler com atenção. A não ser por uma luz toda particular do Espírito Santo, que devo solicitar a todo instante, nunca hei de conceber a intimidade com Jesus Cristo que me dá minha qualidade de membro dum tal Chefe, e até que ponto devo depender d'êlé, a obrigação que tenho de assemelhar-me a êle, a santidade, por conseguinte, a que sou chamado. Tampouco hei de conceber o quanto devo amar aos cristãos, meus irmãos, filhos e membros como eu de Jesus Cristo e da Igreja; a compaixão que me devem inspirar e os socorros que têm o direito de esperar de mim nas suas vicissitudes e necessidades temporais; o zelo com que devo orar por êles, edificando-os e contribuindo para sua salvação por todos os meios ao meu alcance. Quantas culpas de omissão talvez me deva imputar neste ponto da caridade fraterna, porque desconheço toda a extensão dos meus deveres.

SEGUNDA MEDITAÇÃO.

O BATISMO TORNA-NOS FILHOS DE DEUS E DA IGREJA.

Outrora, nas primeiras eras da Igreja, quando os pagãos, impressionados com a divindade da religião cristã, se apresentavam para ser batizados, chegavam, na maior parte, carregados de todos os crimes que a idolatria lhes autorizava. Ao serem, porém, instruídos com todo cuidado pelos próprios Bispos a respeito das verdades da fé, das graças que iam receber, dos compromissos sagrados que iam assumir, ficavam tão compenetrados do reconhecimento que deviam a Deus, aproximavam-se do Sacramento com

disposições tão santas, que uma mudança radical se operava nêles tanto nas idéias e sentimentos como nos costumes. Já não eram homens, e sim Anjos na terra, prontos para tudo deixar e tudo sofrer pela fé, vigilantes para conservar sua inocência batismal e embelezá-la pela prática de todas as virtudes. Animados com uma mesma fé, os pais iam pressurosos levar à igreja seus filhinhos, apenas nasciam, para que fôsem regenerados em Jesus Cristo e, logo que a idade o permitisse, incutiam-lhes a mais alta idéia do que era o Batismo e dos deveres que impunha. As desordens, que mais tarde se introduziram na Igreja, devem-se em grande parte ao fato de os pais já não impressionarem os filhos com estas idéias, bem como aos próprios filhos que, uma vez adultos, já não recorrem a ela nem bastantes vêzes nem com bastante energia. Cabe-nos hoje reparar esta nossa negligência e meditar atentamente no que éramos antes do Batismo e nos compromissos que nêlé assumimos.

Primeiro ponto. — Antes do Batismo, que era eu? Em que estado nasci? Fui concebido e vim ao mundo na desgraça de Deus, manchado na minha qualidade de filho de Adão com o pecado original, escravo do demônio, tendo perdido direito a todos os privilégios e estando privado de todas as graças próprias do estado de inocência, incapaz de alcançar o meu destino inicial, isto é, a posse de Deus, e condenado depois da morte temporal a outra, eterna. Não fôsse o Batismo, meu espírito teria ficado imerso na ignorância das verdades sobrenaturais, e minha vontade não as teria nem prezado nem almejado espontaneamente; minha liberdade, enfraquecida e doentia, sentindo uma inclinação violenta para o mal, e uma repugnância extrema para o bem, não teria recebido de Deus nenhuma graça que a ajudasse a vencer estas disposições. Dominada pelos sentidos e paixões, minha alma, presa à terra, apegada unicamente às

coisas sensíveis, nunca teria levantado os olhos para o céu. Vivendo sem Deus, sem fé, sem lei, sem esperança, tendo acumulado pecado sobre pecado, não teria nem remorso de tê-los cometido, nem vontade nem meios de expiá-los. Que situação aflitiva! Não se trata aqui dum simples apanhado da imaginação. Existe algo de semelhante entre os selvagens que perderam, pouco a pouco, todo vestígio da revelação primitiva; entre os idólatras, que a alteraram e desfiguraram; entre os sistemas absurdos e ímpios da razão orgulhosa, entregue a si mesma. Se me volto para minha pessoa, se me examino um pouco mais de perto, descubro êsses germes no meu espírito, cheio de erros, e no meu coração corruto. Eis, sem dúvida, motivo de sobra para um cristão se humilhar e gemer. Não me tivesse a revelação aberto os olhos, longe de gemer, nem sequer teria conhecimento de minha desgraça, ou então, se o tivesse, apenas serviria para me agravar o desespero.

Segundo ponto. — Pelo Batismo, que me tornei eu? Lavado na água, purificado no Espírito Santo, saí das fontes batismais limpo de toda mácula, revestido da graça santificante, marcado com o selo dos filhos de Deus. Êste segundo nascimento livrou-me da escravidão do demônio, que perdeu todo direito sobre mim, e reintegrou-me com vantagem nos meus antigos privilégios; chamou-me de novo ao destino que de início me fôra preparado e, para o alcançar, me forneceu socorros mais poderosos e abundantes do que aquêles que recebera Adão inocente. Fiquei, na verdade, sujeito às penas temporais do pecado original, ao trabalho, às dores, às doenças, à morte. Mas tais penas, longe de me prejudicarem a alma, podem, pelo bom emprêgo que delas fizer, ajudá-la a amontoar méritos para o céu. Foi com esta intenção que Deus mas deixou. Assim, em vez de punição, são outros tantos meios de aumentar minha feli-

cidade eterna, e desde que Jesus Cristo as quis tomar sobre si, tornaram-se-me salutares, suaves, e de inestimável valor. E' verdade que a concupiscência, êsse foco de pecado, continua viva após o Batismo, mas depende de mim consentir ou não. Tenho graças poderosas para resistir, e cada resistência que lhe ofereço é uma vitória que ganho, e que, enfraquecendo-a, me é ao mesmo tempo gloriosa e meritória. E'-me útil, senão necessário, todavia, sentir eu essa concupiscência, porque me conserva vigilante e entretém em mim o espírito de oração, além de manter-me na humildade e na desconfiança de mim mesmo. Se os bens espirituais, que recebi no Batismo, são incomparavelmente superiores àqueles que o primeiro homem recebeu na criação, as misérias que me deixou servem, nos desígnios de Deus, para rebaixar o meu orgulho, mortificar o meu amor próprio, e assim garantir a minha salvação. Nada por conseguinte de mais exato, do que as palavras de São Paulo de que *onde abundou o pecado superabundou a graça* (Rom 5, 20.)

Terceiro ponto. — Que compromissos assumi eu no Batismo? Se, na verdade, não os assumi em pessoa, por falta de conhecimento, aquêles que me levaram às fontes sagradas responderam por mim. Chegado, porém, à idade da razão, tive que ratificar essas promessas, ou renunciar ao Batismo. São compromissos que decorrem de minha qualidade de filho de Deus e da Igreja. Comprometi-me a crer todos os artigos de fé, a professar publicamente as minhas crenças, a praticar a moral evangélica e, se a tanto fôr inspirado, a praticá-la até naquilo que é de puro conselho. Comprometi-me formalmente a *renunciar a Satanás, às suas pompas e às suas obras. A Satanás*, isto é, às suas sugestões e tentações, como autor do mal que é, como inimigo de Deus e de minha alma. *As suas pompas*, isto é, aos objetos sensí-

veis de que se serve para me provocar o orgulho, me lisonjear o amor próprio, me incitar à cupidez e à sensualidade. As suas obras, isto é, ao pecado, tanto venial como mortal, e às ocasiões de pecado, a tudo aquilo que em mim, ou fora de mim, me leva ao mal. E já que sou a própria fraqueza e impotência, eu me comprometi, para tornar real esta renúncia, a empregar todos os meios, interiores e exteriores, que Deus me proporciona para me preservar do pecado, para chorar e expiar os que cometi, para me ajudar a sair do estado de pecado. Faz-se mister então que a cada momento e em cada circunstância da vida, eu pratique integralmente o bem e evite o mal. Se me retratar de um só destes compromissos, cuja minudência alcança uma extensão imensa, violo as promessas de meu Batismo. Se não procurar instruir-me cuidadosamente a respeito, se me descuidar de cumpri-las, se não as considerar como o primeiro, e até o único escopo de minha vida, — pois tudo mais lhe deve estar subordinado, — minha culpabilidade, em relação à santidade de meu Batismo, será maior ou menor, conforme eu tiver degenerado mais ou menos da minha qualidade de filho de Deus e da Igreja. Se faltar assim a promessas tão solenes, autorizo a Deus a não guardar mais a da vida eterna que me fez no Batismo.

Senhor, possa eu doravante não perder mais de vista nem o triste estado em que me encontrava antes do Batismo, nem as graças que nêle recebi, nem os compromissos que nêle assumi. Sirva-me esta lembrança para me animar ao amor e ao reconhecimento a Deus, ao ódio e ao desprezo de mim mesmo, bem como ao cumprimento exato de minhas promessas.

TERCEIRA MEDITAÇÃO.

O BATISMO ASSEMELHA-NOS A JESUS CRISTO.

Algumas passagens de São Paulo, que devemos conhecer e aprofundar, constituirão o tema desta terceira meditação. Assim a idéia que formaremos do Batismo será conforme a de Jesus Cristo, quando falava pela boca do Apóstolo.

Primeiro ponto. — Fomos batizados na morte de Jesus Cristo, a fim de morrer com êle. Assim lemos na Epístola aos romanos. *Fomos batizados em Jesus Cristo, batizados em sua morte, porque fomos sepultados com êle para morrer pelo batismo.* (6, 3.) Os primeiros cristãos compreendiam perfeitamente esta linguagem. E nós? Dirige-se, no entanto, a êles e a nós. *Batizar* quer dizer mergulhar. Ora, durante os primeiros séculos, o Batismo fazia-se por imersão. A criança, ou o adulto, era mergulhado na água sagrada em nome das três Pessoas da Santíssima Trindade. Apesar de ter a Igreja alterado mais tarde a forma do Batismo, o pensamento de São Paulo vale para sempre. No Batismo somos mergulhados na morte de Jesus Cristo. Isto significa que o Sacramento deve à morte de Jesus Cristo sua instituição, bem como sua virtude regeneradora. E' a perfeita remissão e expiação de todos os pecados. Foi pela morte que Jesus Cristo satisfez plenamente a dívida contraída pelos nossos pecados, e é no Batismo que esta satisfação nos é aplicada integralmente. Todos os pecados passados ficam remidos, tôdas as suas penas ficam apagadas. Aquêle, pois, que morrer logo após o Batismo entra sem demora na posse da felicidade eterna. A morte de Jesus Cristo é, portanto, como um banho, no qual o Batismo nos mergulha para nos purificar inteiramente. Mas essa purificação só se realiza com a morte do homem velho, de Adão pecador, que foi submerso e sepultado com Jesus Cristo nas águas no Batismo. *O nosso homem velho foi crucificado*, diz

São Paulo, para que seja destruído o corpo do pecado, e já não sirvamos mais ao pecado (Rom 6, 6). No Batismo, por conseguinte, cuja virtude é o principal efeito da morte de Jesus Cristo, e onde essa morte nos é aplicada de modo especial, o homem velho que está em nós morre, e nós nos comprometemos a nunca mais o fazer reviver. Assim o homem novo, ou cristão, só aparece com a morte do homem velho. Quem, pois, torna a dar a vida a este pelo pecado, dá a morte àquele, e torna sem efeito o Batismo e a morte de Jesus Cristo.

Segundo ponto. — Pelo Batismo ressuscitamos com Jesus Cristo. *Tendo sido sepultados com ele no Batismo, no qual também ressuscitastes pela fé no poder de Deus, que o ressuscitou de entre os mortos.* (Col 2, 12.) Pela imersão o homem pecador desaparecia. Ficava, por assim dizer, sepultado na água, como Jesus Cristo no túmulo. Ao emergir, porém, ressuscitava à graça e tornava a uma vida nova, a exemplo de Jesus Cristo que saiu vivo e glorioso do sepulcro. Para ressuscitar pelo Batismo, o adulto devia crer no grande milagre da ressurreição de Jesus Cristo. Na criança, esta incapacidade de crer supre-se por aqueles que a levam à pia batismal e falam em seu nome, ou pela fé de quem a batiza, ou, enfim, pela fé da Igreja. O Batismo é, pois, para nós, uma ressurreição espiritual, uma passagem da morte do pecado à vida da graça. Mas, continua São Paulo, *tendo Cristo ressuscitado dos mortos, já não morre, nem a morte o dominará mais* (Rom 6, 9) donde conclui que assim também deve ser em se tratando do cristão. Ressuscitado à graça, não deve mais morrer pelo pecado, nem deixar que a morte, não a do corpo, mas a da alma, exerça poder sobre ele. Eis o que pais cristãos devem procurar incutir no espírito de seus filhos logo que estes estejam em condições de compreendê-lo. Eis o que todo cristão deve repetir-se a

si mesmo cada vez que o pecado o solicitar. Deve ainda, para se excitar à prática do bem, se desapegar dos bens da terra, elevar os pensamentos e afetos para o céu, e lembrar-se a todo momento das palavras que o Apóstolo dirigia aos colossenses: *Portanto, se ressuscitastes em Cristo, buscai as coisas que são do alto onde Cristo está sentado à destra de Deus. Tende gosto pelas coisas que são do alto, não pelas que estão na terra.* (3, 1.) Ah! estivesse eu bem compenetrado desta moral do Apóstolo, e seria um homem todo celeste, levaria uma vida divina, teria horror ao pecado, estaria cheio de ardor para praticar as virtudes cristãs.

Terceiro ponto. — Pelo Batismo revestimo-nos de Jesus Cristo. (Gál 3, 27.) Assim escreveu São Paulo aos gálatas, e é evidente, porque no Batismo despojamos a Adão, o homem velho, e nos revestimos de Jesus Cristo, o homem novo. Aliás, não se trata aqui dum despojamento e dum revestimento exteriores. Trata-se da alma, que, no seu interior, nos seus pensamentos e afetos mais íntimos, se despoja de Adão e se reveste de Jesus Cristo. Reflitamos bem no sentido desta expressão *revestir-se de Jesus Cristo*; ou antes pegamos a Deus que nos esclareça a esse respeito. Para tanto é mister conhecer, amar, e querer assemelhar-se a Jesus. E em que? Nas disposições em que se encontrava em relação ao Pai, nos sentimentos que tinha a respeito de si mesmo, na caridade que exercia para com os homens, seus irmãos. São três abismos que nunca poderemos sondar e de que só nos virá algum conhecimento, na medida em que penetrarmos no interior do Homem Deus. Mas quem, entre nós, procura penetrar nesse interior? Quem tem sequer a idéia e o desejo de fazê-lo? E'-nos, no entanto, indispensável, já que o interior de Jesus é o modelo do nosso, e que só seremos cristãos na medida em que imitamos. *Um homem revestido de Jesus*

Cristo, assim define São Paulo o cristão. Um homem que, interiormente, exprime a Jesus Cristo e, exteriormente, o reflete; um homem que estima, ama e procura aquilo que Jesus estimou, amou e procurou; que despreza, odeia e rejeita o que Jesus Cristo desprezou, odiou e rejeitou. Comparemo-nos agora com êle, e confrontemos nossas idéias, afetos e ações com as suas. Na medida em que formos conformes a êle, julgaremos até que ponto somos cristãos. Ai de nós! Quem pode sustentar semelhante paralelo, sem ficar confuso e humilhado! Confusão salutar que nos leva a uma reforma eficaz, porquanto de nada nos adianta ficarmos humilhados e confusos, se continuamos sempre os mesmos. Neste caso as luzes que recebemos e os bons sentimentos que experimentamos neste retiro só resultarão em nossa condenação.

CONSIDERAÇÃO

SÔBRE OS DEVERES DUM FILHO DA IGREJA.

Tais deveres são mais extensos do que em geral supomos, e poucos são os cristãos que os cumprem exatamente. Devo à Igreja uma inalterável fidelidade. Devo-lhe um terno reconhecimento pelos seus cuidados maternos, pois ela me gerou à vida espiritual, nutriu-me do leite de sua doutrina, instruiu-me a respeito de minhas obrigações, fortaleceu-me com seus Sacramentos, e, ainda hoje, esclarece-me nas dúvidas e obscuridades com sua autoridade infalível; dirige-me com sábios conselhos; ergue-me e repõe-me no caminho com suas advertências e admoestações; consola-me e sustenta-me nas adversidades com orações que incessantemente oferece por mim; não me abandona um instante sequer, da infância ao último suspiro, quando redobra de solicitude e de zelo pela minha salvação; e nem depois de morto se esquece de mim, rezando pela minha alma no santo Sacrifício. Como poderia ser insensível ao carinho de tão boa Mãe?

Devo, pois, interessar-me vivamente pelo êxito da Igreja, pela sua glória e expansão, pela conversão dos hereges e dos infiéis, e auxiliar as boas obras que mantém, com meus bens, meu crédito, meus talentos. Se tiver alguma autoridade, devo empregá-la para proteger a Igreja, fazer com que seja respeitada, e rebater seus inimigos para lhes neutralizar os esforços e os intentos. Devo afligir-me com aquilo que lhe perturba a paz, com os escândalos, os males, as perseguições de toda espécie que se abatem sobre ela, procurando aliviá-la pelo menos com meus votos e minhas orações.

Devo-lhe uma docilidade perfeita, em se tratando de tudo que me ensina, uma submissão inteira de espírito e de coração às suas decisões, uma obediência religiosa às suas ordens, uma fidelidade exacta na observância do seu culto.

Devo acatar altamente a pessoa e o caráter de seus ministros, pela dignidade e autoridade que revestem. Se, por um lado, me é lícito, mais ainda, se me é um dever, evitar os de doutrina suspeita, de moral exagerada ou relaxada, ou de vida desordenada, que me fôsem motivo de escândalo, por outro lado devo ser de uma extrema reserva em julgá-los, e silenciar-lhes as faltas secretas. Se, porém, motivos imperiosos me obrigarem a revelá-las, devo usar de muita moderação e circunspeção e, enquanto gemo sobre as desordens públicas dos indivíduos, sobre os maus exemplos que dão aos fiéis, sobre a negligência com que se desempenham de seus encargos, devo tributar uma veneração profunda ao Clero secular e regular em geral, e não querer estender a todos os membros as censuras que merece tal ou qual, abstendo-me de toda crítica, de toda censura maligna, acerba ou de menoscabo. As heresias dos últimos séculos se devem a um zelo exagerado em relação aos abusos reais reinantes na Igreja no momento, zelo amargo e farisaico, gerado pelo orgulho, que produziu aver-

são e ódio, zelo muitas vezes hipócrita, que encobre intenções perversas. Sob pretexto de tudo reformar, os autores dessas heresias conseguiram tudo destruir, fazendo de suas declamações violentas, e quase sempre caluniosas, uma cilada para os fracos e um triunfo para os ímpios e os libertinos.

E' mister, pois, precaver-nos contra os discursos dos inimigos da Igreja, sobretudo daqueles que trazem a máscara de piedade, que encobrem seus ditos mordazes com o véu da caridade, e cujas queixas violentas se exalam em suspiros e lamentações. São os mais perigosos de todos. E' mister também precaver-nos contra nós mesmos. Vigiem os de perto as reações que despertam em nós os abusos de que somos testemunhas. Se suscitarem, de leve que seja, sentimentos de azedume ou de cólera, o orgulho não lhes é estranho; e são outras tantas tentações. Não hesitemos em condená-los.

Não procuremos tampouco ler livros de doutrina suspeita, quer nos mova a simples curiosidade, quer nos seduza a novidade da obra, quer a reputação do autor. Saibamos também escolher bem as pessoas com quem formamos laços espirituais, mormente em se tratando de sacerdotes a quem confiamos a direção de nossa alma. Os artifícios do tentador, que se arremessa desde sempre contra a Igreja e procura arrancar-lhe os filhos, são grandes e suas ciladas subditas. Apeguemo-nos finalmente, com firmeza, àquela que é a coluna e o fundamento da verdade (Tim 3, 15), e lembremo-nos da bela máxima de São Cipriano: *Quem não tiver a Igreja por Mãe, não terá a Deus por Pai.*

Terceiro dia.

PRIMEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO E' DISCÍPULO DE JESUS CRISTO.

Já vimos que, em nossa qualidade de filhos de Deus, somos irmãos de Jesus Cristo, e, em nossa qualidade de fruto de sua união com a Igreja, somos também seus filhos. Seria demasiado longo considerar aqui todas as relações que existem entre o cristão e Jesus Cristo — matéria mais que suficiente para encher todo o retiro. Escolhamos, pois, algumas apenas, e meditemos, primeiro, sobre a relação entre o Mestre e o discípulo.

Primeiro ponto. — O cristão só tem um Mestre, a quem deve consultar e ouvir. E' Jesus Cristo. Ele mesmo no-lo declara expressamente (Mt 23, 10), e o Padre Eterno, falando através das nuvens, diz-nos: *Ouvi-o!* (Mt 17, 5.)

Sendo Deus este Mestre, tem toda a autoridade, ciência, sabedoria e infalibilidade de Deus. A fim de se pôr mais ao nosso alcance, fez-se homem, tornou-se semelhante a nós. Merece, ainda, por isso mesmo, bem como pela sua condescendência e afabilidade, e pelo zelo que lhe inspiram nossos interesses, mais atenção, mais docilidade e submissão de nossa parte. Ensina-nos somente aquilo que nos possa conduzir à felicidade eterna, ou até à única felicidade temporal de que somos capazes em virtude de nossa condição presente. Assim, só é, e só pode ser feliz, quem se torna seu discípulo. Para realçar seu ensinamento, Jesus junta-lhe os exemplos, sendo sempre o primeiro a praticar, e do modo mais perfeito, aquilo que nos ensina. Não se contenta ainda com preceitos e exemplos, mas oferece-nos os socorros espirituais que tornarão o cumprimento de seus mandamentos não somente possível, mas até doce e agradável, enquanto

insta conosco para que os aceitemos. Ensina com uma simplicidade, uma doçura, e uma insinuação admiráveis, tocando o coração e dispondo a vontade, ao esclarecer e convencer o espírito. Acomoda-se a todos os temperamentos; adapta-se à nossa capacidade e às nossas disposições atuais, e sujeita sua luz ao nosso progresso. Em vida, ensinou abertamente, e sua doutrina chega-nos tão pura como se a tivéssemos ouvido de seus próprios lábios. Explica-nos ainda esta doutrina pelo órgão dos ministros da Igreja e, mais ainda, ensina-a interiormente, a toda hora e em todo lugar, falando, a quem se mostra atento, por meio de inspirações secretas. E' sempre a fonte da verdade, chegue-nos esta sob qualquer forma. E' o Mestre — e que Mestre! — da grande, da única ciência, daquela que, em verdade, interessa ao homem. Digamos-lhe com São Pedro: *Senhor, para quem havemos de ir? Tendes as palavras da vida eterna.* (Jo 6, 69.)

Segundo ponto. — Que condição impõe Jesus Cristo a quem se quer tornar seu discípulo? Impõe diversas condições, sem as quais não admite ninguém no seu séquito. Primeira condição: *Quem não renuncia a tudo que possui, não pode ser meu discípulo.* (Lc 14, 33.) Tanto nos importa sermos discípulos do Salvador, como nos importa compreendermos bem esta passagem do Evangelho. São os bens da terra que possuímos que, de ordinário, nos possuem por sua vez. Jesus Cristo não exige aqui um despojamento de fato, mas aconselha-o, como diz no Evangelho, só a quem quer ser perfeito. De quem se quer tornar seu discípulo, ele exige que renuncie a qualquer afeto que possa ter a esses bens, que desapegue seu coração, e não ponha sua felicidade no gozo que lhe dão mas se limite, no uso que fizer das riquezas, das honras e dos prazeres dêste mundo, ao que fôr justo e permitido. Por que exige Jesus

Cristo esta renúncia, como preliminar indispensável, de quem se quer tornar seu discípulo? Porque o divino Mestre não tem outro objeto senão ensinar-nos que fomos criados para as coisas do céu, que constituem nosso último fim, e nos indicar o caminho a seguir. Quer, por conseguinte, que as estimemos e prezemos acima de tudo, prontos a sacrificar, se preciso fôr, todos os bens temporais para as adquirir. Ora, para estar em condições de fruir uma tal moral, e afeiçoar-se a um Mestre que a ensina, é preciso não ter nenhum apêgo às coisas da terra, apêgos que são outros tantos pesos a nos arrastar a alma, impedindo-a de elevar-se até às coisas do Alto. *Se alguém, disse Jesus Cristo, vem a mim, e não aborrece a seu pai e mãe, mulher e filhos, irmãos e irmãs, e até mesmo a sua vida, não pode ser meu discípulo.* (Lc 14, 26.) Esta segunda condição implica numa renúncia maior, já que manda aborrecer as pessoas mais caras, e até a própria pessoa. Esta palavra, nos lábios do Mestre da caridade, que nos manda amar aos inimigos e que orou e derramou o Sangue por nós na cruz, não nos deve amedrontar. Trata-se dum aborrecimento sobrenatural, efeito da graça, que nos faz detestar, repelir e combater em nossos irmãos, e em nós mesmos, tudo que nos impedisse, a eles e a nós, de ir a Jesus Cristo e de abraçar-lhe a doutrina. A terceira condição é a seguinte: *Aquêle que não carrega a sua cruz, e não vem após mim, não pode ser meu discípulo.* (Lc 14, 27.) Carregar a cruz é praticar a mortificação interior e exterior, é suportar os reveses e contrariedades da vida, as ansiedades de espírito, os desprezos, as humilhações, as perseguições, o tormento das tentações, as provações divinas. E', digo, suportar tudo isso pelo menos com resignação e submissão à vontade de Deus. Quem carrega assim a sua cruz, anda nas pisadas de Jesus Cristo. Eis três condições que se concatenam, e sem as quais não digo que seremos cristãos imperfeitos, porque não o sere-

mos de todo, nem o poderíamos ser. Quanto a mim, que sou eu? Que devo pensar de mim mesmo?

Terceiro ponto. — Que sentimentos tiveram os Santos a respeito desta qualidade de discípulo de Jesus Cristo? Que idéia formaram? Citarei apenas dois exemplos. Um é Santo André. Ao avistar a cruz que lhe havia sido preparada, transportado de alegria e de amor, exclama: "O' cruz amável, cruz desejável, cruz pela qual suspiro há tanto tempo com todo o ardor de meu coração, cruz que me é finalmente concedida, recebe-me nos teus braços, recebe o discípulo de Jesus Cristo, meu Mestre, que foi suspenso no teu lenho!" O outro é Santo Inácio, Bispo de Antioquia. Indo êle a Roma para ser devorado pelas feras no anfiteatro, escreve aos cristãos dessa cidade, dizendo que só então começa a ser discípulo de Jesus Cristo! Este grande Santo, cuja vida se consumiu tôda no labor no seu múnus episcopal; que chegou à velhice na prática das mais eminentes virtudes; que estava tão abrasado de amor a Deus que lhe davam, e êle mesmo se dava, o sobrenome de *Teóforo*, ei-lo agora que vai terminar sua carreira pelo martírio! A tal ponto desejava sofrê-lo que conjura aos cristãos de Roma que não empreguem sua influência para o libertar, receando, até à última hora, que, por um milagre, como se já havia dado, as feras não o quisessem atacar. "Se me pouparem, dizia êle, eu irei-lhes ao encontro e instarei com elas para que me devorem!" E julgava que só então começava a ser discípulo de Jesus Cristo! Bem sei que se trata dum sentimento repassado de humildade, sincero, por conseguinte, sentimento que traduzia a alta idéia que êle se fazia do discípulo de Jesus Cristo. E nós, covardes, tíbios, imperfeitos, ficaríamos ofendidos se alguém nos relatasse o que Santo Inácio pensava de si mesmo! Que somos nós comparados com os Santos! Que somos comparados com Jesus Cristo, nosso Mestre!

SEGUNDA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO E' IMITADOR DE JESUS CRISTO.

Primeiro ponto. — Foi para nos servir de modelo que Jesus Cristo appareceu na terra. O dever da criatura inteligente e livre é, sem dúvida, tender à perfeição, aproximando-se, tanto quanto pode, do Ser infinitamente perfeito, procurando assemelhar-se-lhe não em suas perfeições físicas, mas em suas perfeições morais. O princípio dêste dever é inato no homem, procede natural e necessariamente do amor legítimo que se tem a si mesmo. Foi por ali que o demônio tentou os nossos primeiros pais, dando-lhes a entender que o efeito de sua desobediência seria torná-los semelhantes a Deus. *Deus sabe que, logo que tiverdes comido o fruto desta árvore, se abirão os vossos olhos e sereis semelhantes a êle, conhecendo a ciência do bem e do mal* (Gn 3, 5), disse-lhes, insinuando astuciosamente que fôra por êste motivo, junto a certa inveja, que Deus lhes havia proibido comer o fruto. A cilada era subtil. Êles não refletiram que não deviam aspirar a se tornar semelhantes a Deus pela ciência. Sucumbiram, pois, a tão melindrosa tentação e perderam-se. Em seguida o homem, a quem os sentidos cegaram e as paixões corromperam, fêz-se deuses de todos os vícios, para mais livremente imitar-lhes o exemplo — tão natural é ao homem imitar a divindade! E não podendo alcançá-la, rebaixou-a a si. Que fêz Deus para se pôr ao alcance da imitação de sua criatura? Para remediar ao orgulho que perdera o primeiro homem, para retirar seus descendentes da corrupção em que estavam imersos? Revestiu-se, na pessoa de seu Filho, de nossa natureza e mostrou-nos, de maneira palpável, por meio de que virtudes o homem poderia e deveria assemelhar-se a êle. Baixou, pois, à terra para nos elevar até ao céu. Na sua humanidade divinizada, ensinou-nos o segredo de nos divinizarmos a nós mes-

mos. Esta teologia é das mais sólidas, por ser a dos Santos Padres. Admiremos, cheios de reconhecimento, o meio inefável de que Deus se serviu para se tornar acessível à nossa imitação, e jamais esqueçamos que a definição mais justa do cristão é a de *cópia de Jesus Cristo*, de Deus feito homem.

Segundo ponto. — E' nos essencial imitarmos a Jesus Cristo, porque nossa semelhança com êle baseia-se em nossa predestinação eterna. *Os que conheceram na sua presciência, também predestinou para se fazerem conformes à imagem de seu Filho, a fim de que êle seja o primogênito entre muitos irmãos* (Rom 8, 29), diz São Paulo. E' na presciência divina que se faz a escolha daqueles a quem fica assegurada a felicidade eterna. Nessa escolha, tôda gratuita e anterior a qualquer mérito, os eleitos estão predestinados a uma conformidade, maior ou menor, com a imagem do Filho de Deus, imagem que adquirirão, cooperando fielmente com a graça. Jesus Cristo reconhecerá essa conformidade quando há de vir a julgá-los, e os colocará à sua direita, como bem-aventurados de seu Pai. Se há coisa que interessa sobremodo ao cristão, é saber se está em o número dos predestinados. Mas é ponto sobre o qual nunca há de ter certeza absoluta, pois depende da perseverança final. Pode, no entanto, ter uma certeza moral, se procurar com diligência imitar a Jesus Cristo, obedecendo à doutrina que nos ensinou e praticando as virtudes de que nos deu exemplo. O cristão que se esforça deveras por imitar a Jesus Cristo, que multiplica e aperfeiçoa cada dia os traços de semelhança com êle, pode ter certeza, o quanto seja possível neste mundo, de que está no caminho da salvação e de que, se perseverar — e isto, em certo sentido, depende d'êle — ficará entre os predestinados. Este testemunho é a maior consolação que possa ter aqui na terra quem tem fé; é a fonte da paz da alma, o ver-

dadeiro, o único bem da vida presente, consolação e paz, que está em mim encontrar. Urge que comece hoje mesmo a imitar a Jesus Cristo, ou, se já comecei, que continue a fazê-lo. Quanto ao cristão que não cuida desta imitação, ou não lhe reconhece a necessidade, que trema. Nada mais lhe posso dizer.

Terceiro ponto. — A imitação de Jesus Cristo é o único caminho seguro que conduz ao termo. *Eu sou*, diz êle, *a luz do mundo*, tanto ou mais pelos exemplos do que pela doutrina. *Aquêle que me segue não anda em trevas, mas terá a luz da vida.* (Jo 8, 12.) Outra luz não há para os homens senão Jesus Cristo. O cristão, pois, que tem a fortuna de conhecê-la não tem desculpa se não a seguir. Há de andar nas trevas e desgarrar-se, até que se precipite no abismo eterno. Mas, se fôr exato em segui-la, há de andar com segurança, e esta luz o conduzirá à vida, isto é, à posse de Deus. Há mil meios de alguém servir a Deus, e cada qual tem suas idéias pessoais, seus planos, seus métodos. Talvez seja a devoção a matéria em torno da qual mais se tenha utilizado. Mas embora se fale, se escreva, se utilize, a alma precisará sempre tornar à imitação de Jesus Cristo, sem a qual não há devoção sólida. O espírito humano pode explicar o Evangelho de maneira diversa; mas serão os exemplos do Salvador que hão de determinar o verdadeiro sentido de sua moral e por êles será interpretada. Bem sei que essa imitação oferece muitos graus, e é suscetível de se aperfeiçoar ao infinito. Mas êsses graus apóiam-se todos na mesma base. Numa palavra, a imitação de Jesus Cristo é a essência da verdadeira piedade, o único caminho que leva à salvação, o fim para o qual deve tender a direção das almas, a pedra de toque das obras espirituais. Seja ela doravante o único objeto de minha vida; a ela se refira tôdo o meu proceder.

TERCEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO DEVE PERMANECER
EM JESUS CRISTO.

O cristão deve permanecer em Jesus Cristo. Não se trata aqui dum pensamento ôco de mística, mas duma afirmação solene do Evangelho, repetida cá e lá. *Eu sou a Videira e vós as varas*, disse Jesus Cristo aos seus Apóstolos, e a todos nós em suas pessoas. *Assim como a vara não pode dar fruto de si mesma, se não permanecer na videira, assim também vós, se não permanecerdes em mim.* (Jo 15, 4-5.)

Primeiro ponto. — Que é a vara separada da videira? Lenha morta e estéril, que seca e apodrece, e só serve para ser lançada ao fogo. Para que viva e frutifique precisa ficar ligada à cêpa, que lhe é princípio de vida e de fecundidade. Se Jesus Cristo é a videira, e eu a vara, a menos que permaneça em Jesus Cristo, estou morto, sou estéril em boas obras. Só me resta ser lançado ao fogo eterno. Ao contrário, enquanto permaneço inseparavelmente unido a Jesus Cristo, levo uma vida sobrenatural, produzo frutos de graça e acumulo méritos para o céu — contanto, naturalmente, que, da minha parte, não seja uma união ociosa, pois, às vezes, certos ramos, embora unidos à cêpa, nada produzem. Aliás, quem diz permanecer, diz algo de estável, de fixo, de durável. Assim como se não pode conceber que a vara, separada um instante sequer da videira, continue com sua virtude produtora, assim também o cristão, que se separa por pouco que seja de Jesus Cristo, perde tudo; e se vier então a morrer, sua desgraça será irremediável. A diferença entre o cristão e a vara é que esta, uma vez separada da videira, não se lhe pode mais unir; mas aquêle, afastado de Jesus Cristo pelo pecado, pode, pela penitência, unir-se-lhe de novo. Jesus Cristo concede esta graça de bom grado, mas cuide o cristão de não abusar dela, ofendendo de novo a

Deus, tanto mais que a graça pode vir a lhe falhar, quer por falta de tempo, quer de disposição de sua parte. Mais vale estreitar cada dia a união com Jesus Cristo, e evitar as mínimas culpas, que aos poucos poderiam encaminhar a alma a tão funesta separação.

Segundo ponto. — Dois fatores dispõem a vara a produzir fruto. O primeiro é estar unida à cêpa, e participar de sua vida. O segundo, é receber da cêpa a todo instante os sucos necessários para a alimentar e para lhe desenvolver e aumentar os germes. Assim também com o cristão. Fica apto a produzir frutos de salvação porque, unido a Jesus Cristo, participa da vida divina. Esta vida, que dêle recebe, outra coisa não é senão o hábito da graça santificante, cuja plenitude está em Jesus Cristo. Mas esta graça, que só êle sabe comunicar, não basta para tornar o cristão fecundo em boas obras. Precisarâ ainda que Jesus Cristo lhe comunique a graça atual para cada obra, que, qual suco salutar, desenvolve e nutre o germe que Deus mesmo lhe transmitiu por meio de bons pensamentos e desejos. Ora, essas graças atuais supõem no cristão certas disposições próprias para as atrair em maior abundância e tornar mais proveitosas, assim como certos ramos recebem da cêpa mais suco que outros e o aproveitam melhor. Estas disposições consistem numa união mais íntima com Jesus Cristo, numa aptidão para sofrer suas influências devido à estima que lhes tem, ou ao desejo de empregá-las para progredir na virtude. Nunca o coração do cristão será bastante ávido para atrair a si essas influências, nem bastante aberto para as acolher, nem bastante cuidadoso para se utilizar delas e as fazer frutificar.

Terceiro ponto. — Recíprocas são a nossa permanência em Jesus e a sua em nós. Êle permanece em nós pela graça santificante e pela comunicação da

graça atual; nós permanecemos nêle pela nossa aplicação em incrementar a graça santificante e empregar bem a graça atual. Ele permanece em nós pelos efeitos que nos faz sentir de sua presença, principalmente pela paz habitual; nós permanecemos nêle pelo recolhimento que nos faz andar nessa presença divina. Ele permanece em nós sobretudo pelo dom de oração e pelo comércio familiar que mantém conosco; nós permanecemos nêle pela nossa fidelidade em desapegar-nos e afastar-nos de todo e qualquer objeto para fruir de seus entretenimentos, ficando junto dêle tantas e tão prolongadas vezes quanto no-lo permitirem nossos afazeres. Essa habitação mútua é o maior fruto da Comunhão, e o principal fim que Jesus-Cristo nela se propõe. *Quem come a minha Carne e bebe o meu Sangue, permanece em mim, e eu nêle.* (Jo 6, 57.) Na Comunhão, Jesus Cristo passa todo inteiro para a alma do cristão, e a alma do cristão passa tôda inteira para Jesus Cristo. E, embora só enquanto se conservam em nós as Santas Espécies possuímos realmente o seu Corpo e a sua Alma, nem por isso perdemos a posse de sua Divindade. Esta, segundo a pureza de nossas disposições, está sempre a nos fazer participar das inestimáveis vantagens de sua permanência em nós.

Procurei eu até agora permanecer em Jesus Cristo? Roguei-lhe que fizesse em mim morada? Do seu lado, Ele fez tudo quanto o amor lhe soube inspirar, e continua a fazê-lo todos os dias. Como respondi eu às suas instâncias? Não terá êle motivo de queixa por causa de minha frieza, de minha indiferença, quicá de minhas repulsas, de minhas resistências? Ele pôs as suas delícias em permanecer em mim; pus eu as minhas em permanecer nêle? Será que um Deus, que nenhuma necessidade tem de sua criatura, mostre mais empenho em unir-se a ela, em conversar com ela, do que essa criatura em unir-se a êle? Ah! meu Salvador, como cristão, posso dizer que sou o dileto

de vosso coração, tantas foram as provas que disto me destes. Mas poderei eu dizer, em tôda sinceridade, que vós também sois dileto meu? Dei-vos provas disto? Ah! que santa familiaridade no comércio com Jesus! Que suaves carícias! Que reciprocidade de comunicações! Que transfusão de almas e de sentimentos! Sêde doravante minha consolação, meu tesouro, minha alegria e minha felicidade neste vale de lágrimas. Assim seja.

CONSIDERAÇÃO

SÔBRE OS DEVERES DO CRISTÃO EM RELAÇÃO A JESUS CRISTO.

A matéria é vasta. Jesus Cristo é-me tudo; e eu devo-lhe tudo, em todo sentido. Devo amá-lo, como meu Salvador; obedecer-lhe, como a meu Legislador; invocá-lo, qual Mediador e Advogado junto ao Pai; devo temê-lo, como meu Juiz; segui-lo, como meu Pastor; ouvi-lo, como meu Mestre e Doutor da Justiça; devo aspirar à intimidade com êle, como Irmão, Amigo, Espôso de minha alma. Que mais? Ele me é vida, luz, alimento, fôrça, consolação, fonte de todo bem, remédio para todo mal. Possui todos os títulos para me arrebatrar o coração e lhe esgotar todos os afetos.

Êle me amou e se entregou por mim (Gál 2, 20), disse São Paulo. Êste pensamento despertava no Apóstolo os mais ardentes transportes para com Jesus Cristo. Suas epístolas estão repassadas do amor que lhe tinha e quando se refere a êle, não parece mais senhor de suas idéias e sentimentos. Consumiu-se em trabalhos, sofreu penas infinitas, empreendeu longuíssimas viagens, afrontou repetidas vezes a morte, para tornar Jesus Cristo conhecido, e teve como o momento mais feliz de sua vida aquêle em que sofreu o martírio por amor a êle. Quantas vezes não profe-

ri eu estas mesmas palavras de São Paulo: *Jesus Cristo me amou e se entregou por mim!* Não sou menos devedor do divino Salvador que o Apóstolo. E no entanto meu amor se parece com o d'ele? Ocupo-me eu, como êle, unicamente de Jesus Cristo, de seus interesses, de sua glória? Se Paulo vivesse hoje, como o afetaria a vista dessa torrente de impiedade que inunda a terra, dessa guerra sangrenta que cristãos apóstatas fazem a Jesus Cristo, à sua religião, à sua Igreja? Murcharia certamente de dor, e seu coração, dilacerado, sofreria indizível tormento. E eu, que sou testemunha dessas devastações da incredulidade, do cisma, da heresia, da libertinagem, que vejo o império de Jesus Cristo decrescer dia a dia, ameaçado duma destruição próxima, que impressão me causa tudo isso? Que dor me provoca? Que zelo acende em mim para reparar, na medida de minhas forças, tantos ultrajes feitos a Jesus Cristo? E, no entanto, por essa viva sensibilidade em tôrno de seus interesses, hei de medir o afeto que lhe tenho. E' regra segura. O amante não saberia ser indiferente ao que toca ao bem-amado. Devo ter pela glória de Jesus Cristo o mesmo zelo que êle teve pela minha salvação. Se êle se sacrificou para me salvar, esteja eu também pronto ao sacrifício para glorificá-lo. Já agora, ó meu Salvador, me dedico e me consagro a vós conforme mo quiserdes inspirar. Imolo-me à vossa glória. Disponde para êste fim, segundo o vosso bel-prazer, de meus bens, de meu corpo, de minha alma. Seja eu vossa vítima como vós fôstes a minha. Sêde glorificado, e eu me darei por feliz.

Bendigo-vos, ó Jesus, por me terdes inspirado êste ato de consagração, e me dado a necessária coragem de fazê-lo. Sinto que êste sacrifício me abre o vosso interior, onde nunca me foi dado penetrar, e descubro, com efeito, que descansa todo num devotamento cabal à vontade do Pai celeste, aos desígnios que formou para vós, com o fim de reparar sua glória e

operar a reconciliação do gênero humano. Ao baixardes à terra, tinheis distinta e minuciosamente presente o muito que vos haveria de custar a realização dêste duplo objetivo. Aceitaste-lo, e, fazendo oblação inteira de vós mesmo, perseverastes nessa disposição até à morte. Daí tôdas as virtudes de que me destes o exemplo, todos os sentimentos de amor a Deus e aos homens que vos penetrou a alma. Conhecer, pois, esta disposição, conhecer-lhe a extensão, a plenitude, os motivos, bem como as conseqüências que exerce sôbre tôda a nossa vida, e a invariável fidelidade com que a cumpristes, ponto por ponto, até sua inteira consumação, é ter uma idéia exata de vosso interior. Imitar essa dedicação, na medida do possível, é imitar-vos naquilo que foi o princípio de vossa santidade, e que deve ser o princípio da santidade do cristão, é comprometer-se a praticar vossas virtudes. Vejo, ainda, claramente, que, enquanto a alma não se entrega tôda a Deus, embora vos imite exteriormente, nunca sua semelhança interior convosco será marcada.

Dou-vos graças, mais uma vez. Começo uma carreira nova, que até hoje desconheci. Já não me pertenco, nem me quero pertencer. Entreguel-me nas vossas mãos, como vós nas do vosso Pai, e desejo que esta entrega preceda o meu último suspiro, como precedeu o vosso.

Quarto dia.

PRIMEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO DEVE AMAR SEUS IRMAOS NA SUA QUALIDADE DE FILHOS DE DEUS.

As verdades que acabamos de meditar são o fundamento do amor ao próximo, e expõem à luz do meio-dia toda a justiça e toda a extensão dêste preceito. Já que abraça grande parte da moral cristã, e que muitas circunstâncias tornam a sua prática difficilima, por causa das repugnâncias do orgulho e do amor próprio, das incompatibilidades de gênios, das pretensões e dos interesses que se entrechocam, é impossível exagerar a importância que tem, e o cristão nunca se compenetrará bastante dos motivos que o devem levar a cumprir com êste preceito.

Primeiro ponto. — Os cristãos com quem vivemos são, como nós, filhos de Deus. Têm, por conseguinte, o mesmo Pai, a mesma pátria; são chamados à mesma herança; estão destinados a se unirem a nós na bem-aventurança eterna, pelos laços da mais perfeita caridade. Não há motivo, pois, para que essa união não se forme e não constitua a caridade o nosso mérito aqui na terra, enquanto não faz nossa felicidade no céu. Se essa felicidade, quer esboçada, quer completada, não pode ser senão obra da caridade, é de meu maior interesse aplicar-me com diligência no exercício desta virtude. Que título hei de exigir do próximo para o amar, se não me basta o seu título de Filho de Deus? Título que, aos olhos da fé, constitui toda a nossa dignidade e todo o nosso mérito. Título no qual se fundamentam nossos direitos e nossas esperanças, e que é duma ordem infinitamente superior a toda a ordem natural das coisas. E, já que é comum a todos os homens, constitui para todos um motivo imperioso de se estimarem e se quererem bem

reciprocamente. Recorramos à nossa fé. Por ela nos acostumaremos a encarar o próximo sob um prisma sobrenatural. Visto assim, forçosamente havemos de amá-lo, de lhe desejar e procurar todo o bem espiritual e temporal de que formos capazes. Mas, infelizmente, nem consultamos a fé, nem anima ela os nossos sentimentos em relação ao próximo. A afinidade de sangue, as simpatias, os gênios que combinam, a paixão, o interesse e outros motivos puramente humanos, e quiçá criminosos, ditam os nossos afetos e formam os nossos laços. O amor próprio às vezes nos aproxima e nos une, outras vezes nos afasta e nos separa. Quando não satisfeito, ou ferido em suas pretensões, mostra indiferença, dureza, desprêzo, aversão pelos outros. Começemos por nós mesmos, amemo-nos, estimemo-nos, respeitemo-nos a nós mesmos em nossa qualidade de Filhos de Deus, e não tardaremos em ter iguais sentimentos em relação ao próximo.

Segundo ponto. — Se Deus nos ama a todos nós como Filhos, é justo que nós nos amemos uns aos outros, por isso mesmo que êle nos ama. Não constitui o amor que Deus nos tem o motivo, a regra e a medida daquele amor que nós nos devemos mutuamente? Seremos, acaso, mais difíceis e mais delicados do que Deus, nada vendo de amável naqueles a quem êle ama? Não equivale isto a condenar-lhe o juízo e o proceder e a autorizá-lo a não nos amar a nós? Pois que temos afinal nós para lhe atrair o amor, que não tenha nosso irmão? E por que nos ama Deus? Porque somos seus Filhos. Mas nosso irmão também o é. Se, por conseguinte, não o julgamos digno de nosso amor, também não nos julgamos dignos do amor de Deus; e assim se rompem todos os laços de caridade que nos prendem a Deus. Já não nos assiste o direito de achar que êle nos ama como filho, se não o amamos como Pai, porque não amamos o próximo como irmão. Que lhe havemos de responder se,

um dia, não nos quizer reconhecer, e nos excluir da herança paterna? Nesse dia, serão nossos próprios princípios que nos condenarão.

Terceiro ponto. — O título de filho de Deus é razão sempre subsistente para amar o próximo. Este título ele nunca o perde, qualquer que seja seu proceder em relação a si mesmo, a outrem, ou mesmo a Deus. Concedamos que nada tenha de agradável. Mas não havemos de amá-lo por ser ele quem é, nem pelas boas qualidades — seria um amor todo natural. Vejamos nêle apenas sua qualidade de Filho de Deus, e se, baseado nisto, a fé não nos provar seguramente que ele merece nosso amor, então estamos dispensados de amá-lo. Alegamos, porém, que seus defeitos o tornam insuportável no trato com outros. Paciência, temos que os suportar, como também Deus os suporta. A caridade é toda sobrenatural, eleva-se acima dos defeitos e das fraquezas humanas, e só vê no próximo aquilo que a bondade e a graça de Deus nêle pôs. No mais, encontra razões de sobra para exercer as virtudes cristãs.

Concedo ainda que nos dê motivo de queixa, nos ofenda, nos prejudique, e nos queira fazer mal. E, porque não se comporta como filho de Deus e falta ao seu dever, estamos nós por acaso no direito de fazer o mesmo? Não, porque, apesar das suas muitas faltas, ele conserva o seu caráter de Filho de Deus, e merece por conseguinte nossa boa vontade. Apiedemo-nos dêle, perdoemos-lhe, façamos-lhe bem conforme fôr viável, e não deixemos que coisa alguma altere a caridade toda cordial que lhe devemos.

Mas se fôr pecador, e grande pecador? Detestemos nêle o pecado, como Deus o detesta, e amemos a sua pessoa, como Deus a ama. Não nos amou Deus, a nós que somos e não podemos deixar de ser pecadores? Que éramos nós quando ele nos elevou à gloriosa categoria de filho? Que fomos em seguida? Onde esta-

ríamos se nossos pecados tivessem levantado obstáculos ao seu amor? Eis nossa medida. Evitemos os maus, os libertinos, os hereges, os ímpios, todo aquê- le que nos possa corromper a fé ou os costumes. Mas rezemos por todos, lamentemos o estado em que se encontram, interessemo-nos pela sua conversão. Enquanto houver a menor esperança de salvá-los, enquanto Deus não os tiver rejeitado e amaldiçoado para sempre, nada nos dispensa de amá-los.

A caridade é a rainha das virtudes, é o caráter distintivo dos filhos de Deus! E como a tenho pouco conhecido, e ainda menos praticado! Acabou-se, porém, e entrego-lhe hoje o meu coração, para que o dirija, e disponha de todos os seus sentimentos, que, em relação ao próximo, devem ser todos sobrenaturais. Se a caridade me animar o coração, se o dilatar, há de se tornar êste bastante largo para abraçar, em seu amor, todos os cristãos, e até todos os homens. O idôlatra, o judeu, o maometano, todos podem vir a ser filhos de Deus. Devo, pois, orar por êles, para que se convertam, empregando todos os meios ao meu alcance. Felizes aquêles que consagram a esta boa obra seus bens, seus trabalhos, sua vida! Possa eu juntar-me a êles, pelo menos com meus desejos e minhas orações.

SEGUNDA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO DEVE AMAR SEUS IRMÃOS NA SUA QUALIDADE DE FILHOS DA IGREJA.

Primeiro ponto. — Se somos todos filhos dum mesmo pai, que é Deus, somos também filhos duma mesma mãe, que é a Igreja. Esta mãe comum ama a todos os filhos, até aquêles que se vê obrigada a eliminar do seu seio, e não deixa de orar para que a êle tornem, o que constitui mais um motivo para nos amarmos uns aos outros. Tudo, na Igreja, tende à unidade, e, por conseguinte, à caridade. São Paulo,

escrevendo aos efésios (3, 4-6), fazia valer este motivo. *Sois um mesmo Corpo*. Esse Corpo que tem no céu um mesmo Chefe, Jesus Cristo, tem na terra também um chefe, Pedro e seus sucessores. Cada diocese tem um Bispo, cada paróquia um Pastor. Toda assembleia de fiéis, geral ou particular, é uma no governo. Temos *um mesmo Espírito*, o Espírito Santo, que anima a Igreja e, embora varie infinitamente suas operações, é um em si mesmo, tende sempre ao mesmo fim, não se contradiz em nada, e mantém entre os fiéis, que lhe são dóceis, unanimidade de sentimentos. Temos *um mesmo Senhor*, a saber, Jesus Cristo, a quem chamamos *Nosso Senhor*, invocando-o assim em nossas orações públicas, frisando que o reconhecemos como Senhor de todos e cada um dos fiéis. Temos *uma mesma Fé*. Por toda parte o ensinamento é o mesmo, a crença, dogmática e moral, é uma. Não há, nos pontos essenciais, nenhuma diferença de tempo ou lugar. O que a Igreja Católica não admite universalmente não pertence a fé, e o que ataca a fé, ela o rejeita universalmente. Não tolera nem o erro, nem o cisma, porque aquêle contraria a união dos espíritos, este a dos corações. Temos *um mesmo Batismo*. Entramos todos na Igreja pela mesma porta. O culto, o Sacrifício, os Sacramentos são os mesmos. Não há diversidade, a não ser em certos ritos e cerimônias, que nada têm de essencial. A caridade deve, pois, reinar entre os filhos da mesma Igreja, que é, em si, unidade e caridade, sob qualquer aspecto que se apresente. De que crimes se torna culpado para com Jesus Cristo, Espôso e Chefe da Igreja, o fiel que rompe os laços desta caridade?

Segundo ponto. — Consideremos agora o sacramento da Eucaristia em particular, riqueza principal da Igreja, que lhe dá, aqui na terra, a posse do Corpo adorável de seu Espôso. Vejamos o motivo imperioso, ou antes a obrigação rigorosa de nos amarmos

uns aos outros que nos impõe este Augusto Sacramento. E' o Deus de caridade quem o instituiu, levado a isto por um excesso incompreensível de caridade. Nêle nos dá sua própria Carne como alimento, seu próprio Sangue como bebida. O seu fim é unir-se e incorporar-se a nós, e transformar-nos nêle. Dá-se a nós sob espécies que são, em si, um símbolo da caridade, como o assinalaram os Padres. Sob a espécie de pão, feito da mistura dos grãos de trigo, e sob a espécie de vinho, feito do suco exprimido dos bagos da uva. Dá-se indistintamente a todos os fiéis; convida a todos, reis e súditos, grandes e pequenos, ricos e pobres, sábios e ignorantes, e fá-los sentar à mesma mesa. Dá-se a todos igualmente, o menorzinho é tratado com a mesma magnificência e liberalidade que o mais distinto. Mas sua intenção expressa é só se dar a quem estiver unido a Deus e ao próximo pela caridade. E' a túnica nupcial, sem a qual ninguém deve apresentar-se ao seu banquete. Dando-se desta forma, êle se propõe unicamente desenvolver em nós esta caridade, uma em sua natureza e dupla em seu fim. Dum lado, só teremos a vida em nós se comermos a Carne do Filho do homem; doutro, comê-la-emos indignamente e para a nossa própria condenação, se tivermos ofendido nosso irmão de algum modo, seja por uma palavra. Demais, devemos procurar viver de tal forma que mereçamos comer esta Carne divina todos os dias. E' a decisão a que chega Santo Ambrósio, é o desejo do Concílio de Trento, é a prática da Igreja primitiva, é, claramente, a intenção de Jesus Cristo. Devemos, pois, entreter em nós o hábito da caridade em relação ao próximo. Digo mais: devemos fortificar e aperfeiçoar dia a dia este hábito, que é uma disposição exigida para a Comunhão. Neste caso, esta não saberia ser freqüente demais. São Paulo resumiu a essência do que acabo de dizer nestas palavras: *Porque, ainda que em grande número, somos um mes-*

mo pão, um mesmo Corpo, todos que participamos dum mesmo pão. (1 Cor 10, 17.)

Terceiro ponto. — É próprio do Espírito da Igreja que os fiéis sejam *um coração e uma alma*. Assim eram os cristãos de Jerusalém, a primeira e incontestavelmente a mais santa das igrejas particulares, que a todas serviu de modelo. Como dizem as belas palavras de São Lucas, que lhes constituem o maior elogio, *o coração era um e uma a alma.* (At 4, 32.) Perseveravam na doutrina dos Apóstolos e na oração, e partiam o pão em comum. Em comum também eram tidos os bens, e ninguém possuía nada em particular; não havia *do meu e do teu*. Ninguém era rico, ninguém pobre, ou antes, eram todos pobres, e não faltava nada a ninguém. Aquêles que tinham terras vendiam-nas e levavam o produto aos Apóstolos; êstes, e depois os diáconos por êles instituídos, distribuíam o dinheiro segundo as necessidades de cada qual. Depois de juntos terem comido o Pão sagrado, juntos tomavam suas refeições, chamadas ágapes, que significa caridade. Ah! como eram belos os costumes da Igreja primitiva e como os tempos mudaram!

A prática da pobreza voluntária e da comunhão de bens manteve-se durante muito tempo entre o Clero, até aos poucos se tornar o carácter distintivo das Ordens religiosas. Se de modo geral não é praticável no mundo, não impede que o mesmo espírito de caridade, que introduziu êste uso em Jerusalém, deva reinar entre os fiéis de todos os países e de todos os tempos. O desapêgo dos bens terrenos, sem o qual nunca os ricos se desempenharão devidamente do preceito de dar esmolas, que é um ramo essencial de caridade, não lhes incumbe menos a êles. Sem êste desapêgo, o desejo de amontoar bens, ou a vontade de conservá-los, suscitará sempre entre os cristãos desuniões, processos, contendas e animosida-

de, sem falar de fraudes e violências, e acabará por eliminar a caridade dos corações. Sem êste desapêgo os pobres terão inveja dos ricos e êstes, por sua vez, tratarão aquêles com dureza, e nem ricos nem pobres formarão entre si um coração e uma alma. Não, meu Salvador, não mereço ter a Igreja por Mãe, se não amo a todos os seus filhos como irmãos, nem mereço ser admitido ao vosso Banquete Sagrado se não vier munido de caridade, e se nêle a não desenvolver. Serei estranho ao espírito da Igreja se o que eu possuo não seja também dos pobres, e se não preferir perder os meus bens a conservá-los em prejuízo da caridade. Gravaí, Senhor, estas grandes verdades em meu coração e sejam elas, até ao meu último dia, a norma de meus sentimentos e de meu proceder.

TERCEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO DEVE AMAR SEUS IRMÃOS COMO JESUS CRISTO OS AMOU.

Jesus Cristo, no discurso depois da Ceia, discurso que pode ser tido como o seu testamento e a expressão de suas últimas vontades, diz-nos a todos, na pessoa dos Apóstolos: *Um novo mandamento vos dou, que vos ameis uns aos outros, assim como vos eu amei.* (Jo 13, 34-35.) *Nisto, acrescenta, conhecereão que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros.* E mais adiante, na mesma ocasião, continua: *E' êste meu preceito, que vos ameis uns aos outros.* (Jo 15, 12.) Prestemos, pois, tãda atenção a estas palavras, para verificarmos até que ponto os cristãos devem amar-se uns aos outros.

Primeiro ponto. — Outra não será a medida do amor mútuo dos cristãos, senão a do amor que Jesus Cristo nos teve. Estas poucas palavras dizem tudo. Trata-se agora de considerar o excesso de sentimentos e de testemunhos de caridade com que Jesus Cristo

nos cumulou a cada um de nós, e de que não podemos fazer uma justa idéia senão pela nossa mesma incapacidade de compreendê-las. Sabemos que veio ao mundo para nós; que se ofereceu como vítima em nosso lugar — e isto ao nascer; que na terra só se ocupou de nós; que fomos o objeto de tôdas as suas preces; que êle nos dedicou suas predicações, seus trabalhos, suas vigílias, seus milagres, sua vida obscura e sua vida pública; que êle sofreu da parte dos homens e do Pai tormentos, humilhações, penas interiores inexprimíveis, unicamente para nos salvar. Sabemos de seus próprios lábios que êle desejou ardentemente ver chegar o momento de sua Paixão, dêsse batismo de Sangue, destinado a lavar-nos os pecados, e não achou expressão que traduzisse a ansiedade de seu coração até que o batismo se cumprisse. (Lc 12, 50.) Ah! roguemos-lhe que nos abra o seu coração, coração que o amor atormentou com mais violência que tôdas as outras aflições; e nos revele pelo menos um pouco do que sentiu por nós. Se aos grandes Santos foi dado algum conhecimento leve a êsse respeito, foi um nada em comparação com a fornalha ardente que o devorou. Pode-se garantir apenas que, para sustentar o pêso de tão violento amor, fêz-se mister nada menos que tôda a força dum Homem-Deus. Qué resulta daí? Que não nos é lícito fixar os limites da caridade que devemos aos nossos irmãos. Quem assim procedesse não cumpriria com o preceito de Jesus Cristo. E não digamos — pois quem o não sabe? — que nosso amor nunca há de igualar o seu. Mas, por isto mesmo que sempre ficaremos muito aquém do nosso modelo, nunca poderemos adiantar-nos demais neste caminho. Peça-mos aqui um coração largo e generoso, coração ter-no e compassivo, que, dando-se ao próximo em afeto e em esforços, nunca esteja satisfeito consigo mesmo.

Segundo ponto. — Êste preceito da caridade fraterna é um preceito novo, é o próprio preceito de

Jesus Cristo. Antes dêle, não fôra, nem sequer poderia ter sido, indicado nestes termos de intimação, porque não existia ainda o modelo de tamanha caridade, nem a graça havia sido dada aos homens para cumprirem com tão elevado preceito. Faltava ainda o grande motivo para os animar, que seria tirado do exemplo de Jesus Cristo. A lei mandava, de certo, ao judeu que amasse ao próximo como a si mesmo (Lv 19, 18), mas que diferença entre êste preceito e o de Jesus Cristo! O primeiro fôra ditado a todos os homens pela lei natural, e a simples razão demonstrava a sua justeza. Visava apenas não prejudicar ao próximo, ou então socorrê-lo nas suas necessidades temporais, fazendo um pelo outro o que quisesse que êste fizesse por aquêle em iguais condições. O segundo só diz respeito aos cristãos. E' um preceito sobrenatural, inacessível à só razão, e visa na verdade o interesse espiritual, o interesse eterno do próximo. Assim é que Jesus Cristo o chama *meu preceito*. Não pertencia, de fato, senão a êle ditá-lo — êle o primeiro e o único a cumpri-lo integralmente. Em virtude destas duas qualidades, de mandamento novo e de mandamento próprio de Jesus Cristo, podemos julgar quanto tem a peito a sua observância, lembrando-nos que êle derramou o seu Sangue para nos obter a graça de praticá-lo.

Terceiro ponto. — E' por esta caridade mútua que Jesus Cristo quer que seus discípulos se dêem a conhecer. Tomou-a como o seu distintivo, e fê-la, por assim dizer, o seu sêlo. Era o sinal pelo qual, diz Tertuliano, os pagãos reconheciam os cristãos, e, cheios de admiração, exclamavam: *Como se amam!* Não viam, no entanto, senão os efeitos e as demonstrações exteriores dêsse amor. Que teriam dito se tivessem lido nos corações os sentimentos e os motivos que os inspiravam? Hoje, a caridade cristã não é mais conhecida; e, se os verdadeiros discípulos de

Jesus Cristo são somente aquêles que a praticam, bem poucos ainda o são. Sou eu dêste pequeno número? Que dizem meus afetos, meu modo de proceder? Se o coração é a sede do amor, e se o amor que Jesus Cristo me tem é o modelo daquele que devo a meus irmãos, só me resta estudar êste divino Coração, invocá-lo, rogar-lhe que comunique ao meu próprio coração os sentimentos que animavam o seu, que destrua e queime nêle até à raiz êste desgraçado amor próprio, inimigo de tôda caridade.

CONSIDERAÇÃO

SÔBRE A CARIDADE PARA COM O PRÓXIMO.

O preceito da caridade cristã visa dois fins. O primeiro é nunca prejudicar o próximo em nada, quer no bem temporal, quer no espiritual. Não lhe devemos mostrar azedume, nem lhe guardar rancor, nem lhe ter má vontade, mas perdoar-lhe as injúrias, suportar-lhe os defeitos, e, seja qual fôr o seu procedimento para conosco, nunca lhe fechar o coração, que deve continuar brando e pacífico para com êle. Não lhe devemos dar maus exemplos, nem escandalizá-lo de forma alguma com nossas palavras; nada dizer ou fazer, em resumo, que lhe possa prejudicar a salvação. Esta primeira parte do preceito, tôda negativa, é a menos importante. Supõe, no entanto, um esforço continuo de virtude para se tornar perfeita. Qual o cristão, que, embora tenha uma consciência delicada e seja vigilante, não terá muito que se censurar neste ponto, quer nos pensamentos e sentimentos, quer nas palavras e ações, quer em todo o seu modo de proceder? Basta refletir, um pouco que seja, para ver logo que as faltas contra a caridade constituem a matéria mais comum das nossas confissões. Neste terreno, à medida que formos adquirindo novas luzes, descobriremos cada dia novas faltas, que nos passavam despercebidas, sobre-

tudo em nosso modo de julgar o próximo e em nossas disposições íntimas para com êle.

Mas, por importante que seja êste primeiro fim do preceito da caridade cristã, o segundo o é ainda mais. Visa, primeiro, desejar ao próximo todo o bem temporal que estiver em nosso poder, e procurar-lho por amor a Jesus Cristo. Visa, segundo, querer sinceramente o seu bem espiritual, ocupar-se dêle, rozar nesta intenção e trabalhar conforme o nosso estado, e de acôrdo com a autoridade que nos cabe e o crédito de que gozamos, quer pelas nossas palavras e escritos, quer por meio de conselhos, avisos, admoestações, instruções e exemplos, quer por tôda espécie de boa obra. Todo cristão é apóstolo neste ponto. Pode e deve contribuir para a santificação dos seus irmãos e desejar que um dia estejam todos reunidos a êle na pátria celeste. Para isto, deve procurar fazer o que a graça lhe inspirar, de acôrdo com as ocasiões e oportunidades que tiver. Como vai longe êste preceito e quais seriam a extensão e o ardor de seu zelo de cristão, se entregasse plenamente o coração aos impulsos do Espírito Santo! Êste seu zelo deve abraçar tôda a Igreja. Deve afligir-se profundamente com as desordens que nela reina e os males que a atingem, e regozijar-se com os êxitos que alcança, para os quais deve cooperar na medida de suas forças. Deve interessar-se pela conversão dos hereges e infiéis, oferecendo-se e imolando-se a Deus pela sua salvação, não somente rezando nesta intenção, mas trabalhando e sofrendo. Assim fizeram uma quantidade de Santos e Santas que, do fundo da solidão e dos claustros em que se refugiaram, contribuíram talvez mais para a conversão dos infiéis pelas suas orações, penitências e desejos ardentes, que os próprios Missionários que se dedicaram a êste ministério. A caridade do cristão deve ainda estender-se às almas do purgatório, não somente às almas dos parentes, amigos e benfeitores, mas a tô-

das, indistintamente, procurando por meio de preces, Comunhões, esmolas e outras boas obras, apressar o momento de sua libertação. Numa palavra, esta caridade, formada na de Jesus Cristo, deve ser universal e ilimitada.

O' meu Deus, como é estreita e fria a minha caridade! Julgo fazer muito quando cogito de minha própria salvação, ou daquela dos entes que me são caros. Leva-me certo amor próprio a concentrar-me em mim mesmo e a referir tudo à minha pessoa, e parece-me que aquilo que dou ao próximo em oração e méritos, fica perdido para mim. Não me lembro de que Jesus Cristo, meu modelo, nunca se tomou em consideração, nunca se procurou a si mesmo, mas consagrou todas as suas orações, obras e sofrimentos à salvação do gênero humano. Ensinaime, ó meu Salvador, a seguir o vosso exemplo e a esquecer-me de mim mesmo. Compreenda eu bem que todo aquêle que se ocupa, como vós, da glória de Deus e da salvação das almas, é o imitador perfeito de vossa caridade, e promove de outro modo seus interesses espirituais, do que se estivesse só a pensar nisto.

Quinto dia.

PRIMEIRA MEDITAÇÃO.

PRIMEIRO GRAU DA RENÚNCIA DE SI MESMO.

A renúncia de si mesmo é o resumo de toda a moral evangélica. Só a esta conhece e pratica bem, quem conhece e pratica a renúncia. *Se alguém quiser vir após mim, renuncie a si mesmo.* (Mt 16, 24.) Só quem segue o caminho da renúncia, segue a Cristo, e na medida em que se renuncia a si mesmo, mais de perto o segue. Nem é menos necessário renunciar-se a si mesmo do que seguir a Jesus Cristo. Vejamos agora em que consiste esta renúncia.

Primeiro ponto. — O primeiro grau da renúncia, e o mais indispensável, é renunciar à carne, isto é, ao homem animal e terreno, aos seus instintos e paixões. *Os que são de Jesus Cristo crucificaram sua carne com os vícios e concupiscências,* disse São Paulo. (Gál 5, 24.) Querendo o Apóstolo indicar até que ponto deve ir esta renúncia no cristão, não podia empregar expressão mais forte que a de *crucificar a carne*. Pelos vícios da carne não entende somente o que é contrário à pureza e à temperança, e que visa lisonjear o corpo e satisfazer os sentidos. Inclui também sob este nome os vícios puramente espirituais, os que geram inimizades, contendas, rivalidades, iras, rixas, discórdias, seitas, invejas, homicídios, como bem se vê pela enumeração que faz logo em seguida. (Gál 5, 21 *et seq.*) Numa palavra, a carne é a natureza corrompida do homem, *que tem desejos contra o Espírito* (Gál 5, 17), de quem é inimiga declarada. Basta ter uma leve noção do Evangelho para compreender a necessidade que tem o cristão de renunciar à carne em toda a extensão do sentido que São Paulo dá à palavra. E' de notar a expressão que emprega. Não diz que basta renunciar às obras da car-

ne, mas quer que o cristão vá até à fonte e lhes ataque o princípio, que são os vícios da carne, ou hábitos desregrados, e as concupiscências, ou inclinações e desejos. Eis o que importa desarraigar e destruir; pois, enquanto subsiste a causa, não podemos deter-lhe os efeitos. E' preciso, pois, remontar àquela, combatê-la, persegui-la, e arrancar-lhe toda fibrazinha que aparecer. A quem alega que é obra duma vida inteira, respondo que, sendo a vida do cristão um estado de guerra contínuo contra si mesmo, terá forçosamente de morrer armas na mão.

Segundo ponto. — Será mesmo necessário renunciar assim a si mesmo? E por que? Porque o pecado original tudo corrompeu no homem e não lhe deixou nenhuma parte sã e inteira. Quem, pois, se entrega à corrupção, não lhe percebe o mal, tanto é, por assim dizer, natural ao homem. Mas começa alguém a levar vida cristã, proponha-se seriamente evitar o mal e praticar o bem, e não tardará em verificar que traz em si mesmo uma tendência violenta para o mal que deseja evitar, e uma repugnância extrema para o bem que deseja praticar. A experiência prova-nos toda a justeza das palavras de São Paulo: *Eu me deleito na lei de Deus segundo o homem interior; mas vejo outra lei nos meus membros que repugna à lei do meu espírito, e que me cativa na lei do pecado.* (Rom 7, 22-23.) Verificamos a toda hora que, a despeito dos melhores propósitos e das mais firmes resoluções, não fazemos o bem que queremos (Rom 7, 19), ou que a graça nos faz querer, mas o mal que não queremos ou que a graça nos leva a repelir. Assim o cristão, apenas se dispõe a servir a Deus, sente-se como que dividido em dois, como se nêle um homem, o da natureza, fizesse oposição ao outro, o da graça. Vê-se na obrigação de lutar contra as tendências viciosas que traz em si, para não ser arrastado apesar de

sua boa vontade, e de fazer esforços violentos para vencer as repugnâncias para o bem. Convém ler, a propósito, e atentamente, as palavras de São Paulo que acabamos de citar. Admitamos que nos retratam fielmente, e vejamos se é possível alguém ser cristão sem renunciar a si mesmo. Até as almas mais inocentes sentem essas oposições da natureza, êsses combates interiores. Que será então daqueles que, durante longos anos, alimentaram suas inclinações perversas de multidão de pecados, já tornados em hábitos, e que, corrompidos por natureza, são ainda maus por vontade própria? Desenvolveram, até as tornarem quase invencíveis, as repugnâncias que sentem pelo bem, devido à prolongada determinação de não o praticar, ou pelo menos, à sua culpável negligência. Não seremos nós dêste número? E se Deus nos preservou de faltas maiores, não cometemos um sem número de outras, menores, que avivaram e incrementaram em nós a corrupção natural?

Terceiro ponto. — Esta lei de renúncia não é tão dura quanto parece, e, para quem se faz um dever de observá-la, vai-se tornando cada dia mais suave. Custa, isto sim, dar o primeiro passo, decidir-se generosamente, vencer as dificuldades iniciais. Aos poucos, porém, tudo se vai aplanando, a natureza vai insensivelmente cedendo terreno, a graça tomando império. Demais, a paz do coração, fruto desta renúncia, é um poderoso incentivo para perseverarmos. A alma vai percebendo, de modo sensível, que sua mesma felicidade cá na terra lhe está presa, e então se verifica a palavra de Jesus Cristo: *Meu jugo é suave e meu peso leve.* (Mt 11, 30.) Chega, finalmente, o dia em que quase não temos mais combates a dar, enquanto a prática da renúncia nos proporciona uma paz toda celeste. Temos nós alguma experiência disto? Se temos, demos graças a Deus e animemo-nos a persistir nas boas resoluções tomadas. Se não te-

mos, fiemo-nos no testemunho dos Santos, unânimes a respeito. Coragem, pois, ó minha alma! Considera doravante como perigosíssima tentação toda idéia de poupar a natureza, de entrar em entendimento com ela.

SEGUNDA MEDITAÇÃO.

SEGUNDO GRAU DA RENÚNCIA DE SI MESMO.

Primeiro ponto. — E' o próprio espírito que, em nós, se opõe ao Espírito de Deus. Importa, por conseguinte, renunciar a êle — a consequência é lógica. Consiste êste espírito em certa maneira de encarar as coisas e de julgá-las, que discorda da maneira de julgar de Deus. *Não são os caminhos de Deus os nossos caminhos*, dizem as Sagradas Escrituras, *nem seus pensamentos os nossos pensamentos. Assim como o Céu está elevado acima da terra, assim também seus caminhos e pensamentos estão acima dos nossos.* (Is 4, 8-9.) Grandes são as consequências desta diferença entre os juízos de Deus e os nossos no que se refere ao nosso aperfeiçoamento, e até à nossa salvação. Quem só consulta o seu próprio espírito, faz, por conseguinte, uma idéia falsa da santidade cristã, e a interpreta às avessas, acomodando-a aos seus preconceitos, ao seu modo de ver, às suas inclinações, estreitando-a à vontade e limitando-a de maneira a favorecer a preguiça e a covardia. Pouquíssimas pessoas fazem-se uma noção exata do que seja, mas ficam no meio termo entre o rigorismo e o relaxamento. Muitas, pelo contrário, consideram como indiferente à perfeição o que lhe é essencial, ou como essencial o que lhe é indiferente. Daí resulta que muita gente toma decisões desacertadas, ora constringendo-se fora de propósito ou concedendo-se demasiada liberdade, ora afligindo-se ou tranquilizando-se sem razão, ora atormentando-se com escrúpulos ou buscando uma falsa paz. Quantas almas vivem

num ou noutro estado, muitas vêzes devido ao próprio espírito dos seus diretores, que as encaminham para tal estado ou nêle as mantêm. Na verdade, não tivesse a renúncia ao próprio espírito outra vantagem senão a de nos fazer seguir tranquilos e seguros a trilha da salvação, e como poderíamos hesitar em praticá-lo? Só Deus, é evidente, se faz uma idéia perfeita da santidade em geral, e da santidade própria a cada estado e pessoa, conforme a situação em que cada qual se encontra, quer interior, quer exterior. A Deus e só a êle devemos, pois, consultar, em se tratando dos princípios gerais, bem como de sua aplicação às circunstâncias particulares. Quando digo Deus, entendo o Espírito de Deus em oposição ao próprio espírito, seja o nosso, seja o das pessoas a quem nos dirigimos. E' igualmente certo que, para consultarmos eficazmente a Deus e obtermos as luzes de que necessitamos a todo instante, é mister não nos apegarmos às nossas próprias idéias, e assim sermos induzidos em êrro, atribuindo a Deus o que é visceralmente nosso. Se nem sempre arriscamos a nossa salvação seguindo o próprio espírito, no entanto nunca passaremos de cristão medíocre; e nossa devoção será, às mais das vêzes, uma devoção mal entendida.

Mas, para renunciar ao próprio espírito, é mister, antes do mais, saber discerni-lo. E como? E' tão sutil, tão hábil em se disfarçar! Primeiro, desconfiando sempre de nós mesmos e nunca nos apoiando em nosso próprio juízo, porque, se nos engana em negócios temporais, há de enganar-nos ainda mais nos espirituais. Segundo, pondo-nos freqüentemente na presença de Deus, para nos examinarmos sobre nossas máximas e juízos, e sobre nossa norma de proceder em relação à santidade, rogando-lhe que nos esclareça. Terceiro, recorrendo, para nos dirigir a alma, somente a pessoas criteriosas que, ao nosso ver, possuem o espírito de Deus; lendo livros es-

pirituais conceituados, tendo em vista a santidade manifesta de seus autores. A quem tem o coração reto e quer de fato santificar-se, Deus dá um certo instinto de graça que lhe facilita este discernimento. Enfim, lembrando-se de que o próprio espírito lisonjeia sempre o orgulho e o amor próprio, tende à singularidade, torna o homem devoto obstinado e apegado ao seu modo de ver, prêso que está às formas exteriores de santidade, e inclinado a fazer pouco caso da mortificação interior. São indícios seguros que revelam esse espírito em nós ou em outrem. Para um estudo mais minucioso da matéria, convém ler o capítulo cinquenta e nove do Livro terceiro da *Imitação de Cristo*, e lê-lo amiúde, aplicando-o à própria alma.

Segundo ponto. — No homem, a vontade própria opõe-se igualmente à Vontade de Deus. E' mister, pois, renunciar também a ela. A vontade é a porção principal do eu, que se torna necessário deixar para seguir a Jesus Cristo. Ora, de nada somos tão ciosos como de nos dirigir a nós mesmos, de dispor de nossos atos. E' erro pensar que o cristão está no seu direito de empregar como quiser sua liberdade em tudo que não fôr pecado, erro em que incorre muita gente boa, que difficilmente se convence do contrário. O domínio de Deus, com efeito, estende-se a todo e qualquer ato livre, que lhe devemos submeter necessariamente, conformando-nos não só com sua Vontade expressa, mas ainda com sua Vontade de bel-prazer, até naquilo que nos pareça indiferente. Seja qual fôr, por conseguinte, o canal que nos indique esta sua Vontade, compete-nos renunciarmos logo à nossa. Nem tampouco devemos fazer projetos, nem empreender coisa alguma, sem primeiro consultar a Deus. Se receamos com isto levar a renúncia longe demais, é porque não lhe conhecemos a extensão. Se uma sujeição tão universal nos parece

insuportável, é porque ainda não experimentamos a doçura, a delicadeza, a insinuação, e, ao mesmo tempo, a eficácia que Deus emprega para dispor a nossa vontade e dobrá-la à sua. Nessa dependência encontram os filhos de Deus a verdadeira liberdade, e, pela renúncia inteira e absoluta à própria vontade, gozam dessa liberdade sobrenatural. Parece um paradoxo, e até uma contradição, ficar a alma tanto mais livre quanto mais está sujeita ao domínio de Deus. E', no entanto, verdade incontestável. Na falta de outra prova, ainda aqui nos devemos guiar pela experiência, pois não resta dúvida de que o cristão fica constrangido e pouco à vontade ao dispor livremente daquilo que se reserva, e enquanto aparentemente faz o que quer, não raras vêzes arrepende-se logo em seguida. Mas quem se renuncia e toma a Vontade divina como regra da sua, verifica que Deus, do seu lado, *cuida dos homens com infinito desvelo*, (Sab 12, 18) como diz a Escriptura, e pela operação da graça, leva-o a querer e a aceitar tudo quanto fôr do seu bel-prazer, não permitindo que jamais se arrependa de ter-se conformado com a Vontade do Alto. Nem o pássaro saberia viver fora do ar, nem o peixe fora da água; mas serão por isto menos livres em seus movimentos? Assim também comigo se eu fizer da vontade de Deus o meu elemento, e se, perdendo-me na sua imensidade, renunciar à minha vontade mesquinha e limitada. Peçamos a Deus que nos dê sua luz, e com ela a inteligência desta verdade.

Terceiro ponto. — Precisamos, enfim, renunciar a tudo quanto fôr defeituoso ou contrário à santidade cristã em nosso temperamento. Digamos logo de início que não existe gênio perfeito, pois a tãda boa qualidade se mistura algum defeito. E' apanágio da criatura, e nada nesta terra está isento de imperfeição. O gênio vivo e ardente está sujeito à impa-

ciência e à ira; a alma serena e tranqüila tem um fundo de frieza e de indolência; a doçura degenera em fraqueza, e a firmeza se torna áspera e inflexível; a índole sensível melindra-se com freqüência e a insensível beira à indiferença e à dureza. Todo homem precisa, portanto, estudar seu temperamento e, enquanto respeita o lado bom de cada qualidade, procure corrigir o lado mau ou imperfeito. E já que a índole influi fortemente sobre todo o nosso modo de ser, os defeitos de caráter forçosamente resentem-se ao serem reformados, e insinuam-se sem querer em nossas palavras, atos, intenções e deliberações, bem como no trato geral com o próximo. Então sofre este, sofremos também nós; e muitas vezes Deus é ofendido. Aliás, fôssemos Santos, e nossa santidade sempre estaria nublada. Ora, muitos cristãos, e dos melhores, não dão a esta reforma do gênio a devida atenção, e pouquíssimos chegam, pela graça, a dominá-lo inteiramente. E' difícil, concordamos, mas de nada somos incapazes com a graça de Deus. Começemos já, e não nos descuidemos deste lado da renúncia, tão agradável a Deus, quão essencial à nossa própria perfeição. Creio que, para a conseguir, é preciso tornar-se interior, e entregar-se sem reserva ao Espírito divino, porque Deus conhece a tempera de cada alma e o que nela contraria a graça.

TERCEIRA MEDITAÇÃO.

RENÚNCIA ESPIRITUAL.

As várias espécies de renúncia que acabamos de meditar, dizem respeito aos cristãos em geral. A que constitui o tema desta terceira meditação só se aplica às almas interiores; relaciona-se com os diversos estados pelos quais Deus as faz passar. Se elas não a praticarem, não somente não hão de progredir, como ficarão expostas a retroceder na espiritualidade. Embora Deus mesmo as prepare insensivelmente às

sucessivas renúncias, que delas irá exigindo à medida que se adiantaram na vida interior, no entanto, por não serem às vezes bastante dóceis aos seus avisos secretos, vem a propósito fazer algumas considerações sobre tão importante matéria. Esta renúncia, convém dizê-lo, chama-se *desapropriação*, porque se refere a objetos espirituais, bons em si, quando, para ser exato, a renúncia só diz respeito ao que é intrinsecamente mau ou imperfeito. Aquêles, pois, a quem esta meditação não convir, poderão substituí-la por outras passagens tiradas das anteriores e que lhes causaram mais viva impressão.

Primeiro ponto. — Deus começa sempre por exigir das almas interiores a desapropriação das graças sensíveis. Os primeiros tempos da vida espiritual correm de ordinário cheios de doçura e de suavidade. Então a presença de Deus se faz sentir na oração e alhures de maneira tão deliciosa que a alma, que nunca até então experimentara nada de semelhante, não sabe mais onde está, por ser uma região toda nova para ela. O amor próprio, privado agora de bens temporais, sem ter nada mais em vista, lança-se com avidez sobre êsses bens espirituais, apegase a essas doçuras e consolações, nelas sacia sua fome e se deleita, e quisera estar sempre a degustá-las. Busca-as com sofreguidão e delas se nutre com sensualidade. Lamenta-lhes a falta quando cessam e desola-se se a privação se prolonga demasiadamente ao seu ver. Numa palavra, tanto suas orações como suas mortificações exteriores e boas obras visam essas doçuras e consolações. Ora, essa avareza, essa sensualidade espiritual são manifestamente contrárias à pureza do santo amor, porque fixam-se nos dons do Alto, e, enquanto se ufana de amar a Deus, na verdade só ama o prazer apenso ao seu serviço. Nos primeiros tempos, enquanto a alma fôr ainda fraca e as consolações espirituais lhe forem neces-

sérias, Deus tolera e desculpa nela certa imperfeição, contra a qual não se pode precaver. Mas há de chegar o dia em que elle procurará curar eficazmente a alma pelas privações e securas bem como por ausências mais prolongadas e mais frequentes de sua parte. Enquanto isto, dá-lhe a conhecer a razão pela qual assim procede e dispõe-na interiormente à renúncia que dela exige. Se a alma se conforma com os desígnios de Deus, se lhe aquiesce à vontade a seu respeito, se fica santamente indiferente ao gozo ou à privação, se no serviço de Deus começa a considerá-lo a elle e ao seu bel-prazer, e não aos seus dons, torna-se então uma alma desapossada, e o amor próprio já não encontra alimento nos favores que ela recebe. Então, por causa de sua pureza e de seu desinteresse, Deus concede-lhe maiores graças. Vejamos se tal é a disposição de alma em que nos encontramos. Se não fôr, procuremos nela nos colocar, pois quem não vence este obstáculo, nunca se há de distanciar na vida espiritual.

Segundo ponto. — O amor próprio, já não se sustentando com as doçuras celestes e querendo, no entretanto, prender-se a alguma coisa, apega-se às virtudes que a alma exerce nesse estado, e compraz-se nos atos heróicos que pratica, nos esforços que faz, nas dificuldades que vence, na fidelidade com que corresponde à graça, na coragem com que doma a natureza. Congratula-se, em seguida, pela facilidade com que faz aquilo que outrora tanto lhe custava, e do gosto que tem pela virtude, que se lhe tornou doce hábito. Vendo-se elevada acima de si mesma, a alma julga calcar aos pés todos os seus inimigos. Sente então uma secreta vaidade, contempla-se com satisfação, compara-se com outros, que lhe parecem bem aquém dela, e considera-se superior a elles. Tudo isto se passa, na verdade, de modo indeliberado e quase irrefletido, mas não deixa, por isto, de ser orgulho espiritual, ao qual a alma fica sujeita, ex-

posta que está a cair. Para curá-la dêste vício, mais perigoso que o primeiro, Deus pede-lhe agora a desapropriação de suas virtudes. Permite-lhe, com tal fim em vista, que siga outro caminho, em que as paixões se sublevam e seus primeiros movimentos se fazem sentir com desusada violência. Enquanto isto, a prática da oração, da mortificação, da obediência, da humildade, da caridade para com o próximo inspiram-lhe forte repugnância, e tudo aquilo que outrora lhe era fácil e suave, torna-se árduo e penoso. Não anda mais na planície, mas escala com extrema dificuldade uma montanha íngreme. Tem a impressão de pouco ou nada adiantar, ou mesmo de estar a recuar, vê-se sempre em perigo de cair no abismo quando na verdade nunca seu progresso foi tão marcado. Se, neste estado, ela souber sustentar com firmeza a vista e o sentimento de sua miséria, se ficar humilhada, mas não desanimada, se sentir certa alegria no ódio e no desprezo que se vota a si mesma, se consentir em se ver despojada, não da realidade das virtudes, que possui sem o saber, mas do gosto e da facilidade com que as praticava, se o sentimento muito vivo dos vícios contrários não produzirem outro efeito sobre ela senão o de mostrar-lhe até que ponto sua natureza está corrompida, e como o bem que se nela encontra vem de Deus, não tendo, pois, nenhum motivo para dêle se ufanar, então ficará despojada de toda estima própria, de todo desprezo por outrem. Tendo passado por esta segunda purificação, encontrará de novo, não em si mas em Deus, e num mais alto grau de pureza, aquelas mesmas virtudes que julgara ter perdido.

Terceiro ponto. — Resta ainda uma terceira desapropriação. A desapropriação dos méritos e da recompensa. Se de fato nunca renunciemos nem às visitas de Deus, nem às virtudes, ainda menos renunciemos à recompensa. Nem nos seria lícito renunciar a ela, qualquer que fôsse o estado de provação em que nos

encontrássemos, alegando certo desinteresse quimérico e ilusório. A esperança cristã, neste caso, não teria razão de ser. Mas o amor próprio ainda aqui se intromete de maneira sutil e delicada. A alma persuade-se que mereceu o Céu à vista de tudo que fez ou sofreu na vida interior, e considera a recompensa como lhe sendo devida pelos seus muitos atos de virtude, sacrifícios e provações. E, com efeito, quem há de pretender ao céu a título de conquista, se este se fecha a essas almas de escol? Mas Deus quer que encaremos a glória eterna como uma graça, de que somos devedores à sua pura bondade, e não quer que nos apoiemos em nossos próprios méritos, e sim nos merecimentos de Jesus Cristo, que imprimem todo o valor aos nossos. Quer ainda que, na felicidade que nos dá sua posse, não consideremos o nosso interesse pessoal, mas, esquecidos de nós mesmos, mergulhemos nêle. Então, para colocar a alma numa disposição tão pura, permite Deus que lhe sobrevenham dúvidas e tentações que tocam à sua salvação, enquanto elle mesmo parece repeli-la, rejeitá-la, abandoná-la.

A alma aprende então a servir a Deus unicamente por aquilo que é e merece, esperando tudo de sua misericórdia infinita, submetendo-se, por amor desinteressado, a tudo que fôr do seu agrado conceder-lhe, seja para o tempo, seja para a eternidade. Na medida em que este sacrifício, o último de todos, se fizer de modo mais perfeito, a desapropriação também será mais radical. Só Deus sabe até que ponto esta pode ser levada, sem, no entanto, afetar a esperança cristã, que ainda mais se vai purificando e fortalecendo, à medida que a alma fôr abandonando seus interesses nas mãos de Deus.

Fique, porém, bem claro que, nessas sucessivas desapropriações, nunca a alma há de prevenir a graça, e sim acompanhá-la; nunca há de querer ser despojada, senão conforme aprouver a Deus. Todo sa-

crifício espontâneo não passa aqui de sacrifício de amor próprio, sacrifício da imaginação, que, em vez de nos fazer morrer a nós mesmos, nos levaria a viver para nós.

CONSIDERAÇÃO

SÔBRE A RENÚNCIA CRISTÃ.

Quem não renuncia à carne, aos seus vícios e concupiscência, é cristão apenas de nome; e quem afeta somente a piedade exterior dá prova de pura hipocrisia. Esta primeira renúncia abre-nos o caminho da salvação. Para não cair no inferno, é preciso ou tê-la praticado em vida, ou lamentar sinceramente na hora da morte não lhe ter sido fiel. Mas aquêlê que sempre viveu a contentar a carne com seus desejos criminosos, como há de garantir que terá, na hora suprema, este pesar sincero? Contar com isto seria a pior das ilusões.

A segunda renúncia é própria das pessoas que fazem profissão especial de piedade, quer vivam no mundo, quer se consagraram a Deus pelos votos religiosos. E, embora mesmo entre elas seja raríssima, no entanto, se nela não se exercerem, nunca terão uma devoção sólida e verdadeira.

A terceira renúncia pertence aos estados de oração. E' evidente, pela própria natureza desses estados, que só quem o pratica há de progredir nêles. A não ser isto, ou abandonará êsse caminho, ou, pior ainda, será um falso devoto, exposto às ciladas do demônio e à sedução do orgulho e do amor próprio.

Se a segunda renúncia supõe a primeira, a terceira supõe ambas. Assim, quem segue a trilha comum, começa pela primeira e nela firma sua vida cristã. Mais tarde, depois de ter feito certo progresso nesse caminho, a graça o conduzirá à segunda renúncia. O importante é deixar-se sempre guiar pela graça, e nunca se dirigir alguém segundo suas próprias idéias, nem traçar-se um plano de devoção acomodado aos

gostos e temperamentos pessoais, pois a graça opera sempre em sentido contrário à natureza. Só trabalha para destruí-la, e se às vezes parece poupá-la é para chegar mais seguramente aos seus fins. Quem fôr fiel a esta segunda renúncia, não tardará em penetrar nas veredas interiores, e assim verá recompensada sua fidelidade. E, enquanto muitas almas andam passo a passo, de outras Deus se apodera de repente, e fá-las percorrer rapidamente o caminho das duas primeiras renúncias para alcançarem sem demora a terceira.

Três graus de paz correspondem a estas três renúncias. O primeiro grau consiste na paz de consciência, que todo bom cristão possui, a não ser que a perca de passagem. O segundo grau consiste numa certa calma nas potências da alma, que esta paz proporciona, quando a graça governa o espírito e a vontade. O terceiro grau é uma paz divina, que descansa no fundo da alma e beira a paz dos bem-aventurados. Assim, a paz se vai tornando mais íntima e mais inabalável à medida que a renúncia se vai tornando mais profunda. A alma que renunciou perfeitamente a si mesma fica, por assim dizer, inacessível a qualquer perturbação, pois a perturbação só poderia atingi-la naquilo que ela quisesse guardar, ou receasse perder. Ora, ela só quer a Vontade de Deus, e a tudo mais sacrificou.

Eis-nos agora bem ao par destas três renúncias. Mas, quanto à prática, em que pé estamos? Será que as abraçamos seriamente? Que nelas nos exercemos conforme as luzes que Deus nos dá e aquilo que de nós exige? A paz habitual de coração, bem como o grau desta mesma paz, no-lo dirão.

Já que basta renunciar à carne e aos seus vícios para se salvar, a maioria dos cristãos contenta-se com isto e não quer passar adiante. Tal disposição não é boa em si, porque contraria a graça, que se propõe conduzir a alma degrau por degrau ao mais perfeito.

Ora, é sempre perigoso, até para a salvação, contrariar a graça. Importa, pois, uma vez por todas, tomar a resolução de abandonar-se a ela. A alma tem tudo a lucrar com isto, e põe-se a salvo; mas se, pelo contrário, quizer fixar limites à renúncia, então tudo arrisca.

Quisérámos talvez saber qual foi a renúncia interior que praticou Jesus Cristo, nosso modelo neste, como em todos os outros pontos. Se nêle habitava a plenitude da graça e da santidade, por que precisou êle renunciar-se a si mesmo? Respondo que não precisou renunciar-se, nem de nada desapropriar-se, e a razão está em que nêle o *eu* humano nunca existiu. Em Jesus Cristo houve um só *eu*, uma presença, a do Verbo. Assim, em sua humanidade santa, sua disposição de alma ultrapassou toda renúncia, pois estava num estado fixo e permanente de aniquilamento moral. Não ignorava sua união com a Pessoa do Verbo, nem as conseqüências inerentes, sendo que a primeira e a principal era o aniquilamento incompreensível de que acabamos de falar. Não era, por conseguinte, suscetível de nenhum interesse próprio, de nenhuma busca de si mesmo, de nenhuma posse, de nada, numa palavra, que fôsse pessoal, quer em relação ao tempo, quer à eternidade. Tudo quanto fêz, tudo quanto sofreu em si mesma e no corpo que ela animava, pertencia pessoalmente ao Verbo, que de tudo se apropriava sem que a alma tivesse, nem pudesse ter parte alguma. Não se trata aqui de concebermos nós esta verdade, mas de aceitá-la como sendo de fé, e a própria essência do mistério da Encarnação. Esta dependência absoluta em relação ao Verbo, tornava as faculdades da alma de Jesus Cristo ainda mais livres, mais ativas, mais ocupadas da glória do Pai e da nossa salvação. O Homem-Deus, assim aniquilado na sua humanidade, tinha indubitavelmente pleno direito de nos ditar a lei da renúncia e de se propor a si mesmo como nosso modelo.

Sexto dia.

PRIMEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO E' ADORADOR EM ESPÍRITO E EM VERDADE.

O cristão é adorador em espírito e em verdade. Assim o define o próprio Jesus Cristo. *Mas vem a hora, e já veio, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade. Tais são os adoradores que o Pai procura. Deus é espírito e os que o adoram, em espírito e em verdade o devem adorar.* (Jo 4, 23, 24.) Pesemos bem estas palavras e procuremos penetrar-lhes o sentido, pois saíram dos lábios da mesma Verdade e traduzem o caráter distintivo do cristão, de sorte que já não adora como cristão quem não adora em espírito e em verdade.

Primeiro ponto. — Que é adoração? E' a homenagem que prestamos a Deus, como ao Ser supremo e infinitamente perfeito. E' a confissão de que dependemos d'Ele como criaturas suas, e de que precisamos d'Ele em todas as coisas. E' a gratidão que lhe manifestamos pelos seus benefícios, junto ao propósito que tomamos de empregá-los segundo suas intenções. Por meio desta adoração reconhecemos que Deus é nosso primeiro princípio e último fim; aquê- le em quem devemos crer, em quem devemos esperar, a quem devemos amar acima de tudo. Abrange o culto que lhe rendemos por Jesus Cristo, a obediência que prestamos aos seus Mandamentos, a conformidade perfeita em que estamos para com sua santa Vontade, e as disposições de sua Providência. A adoração, finalmente, é a expressão de nosso devotamento inteiro, absoluto, exclusivo, irrevogável a Deus, com sendo aquê- le que, por si mesmo, é digno de todo louvor e de todo amor, de quem recebemos e esperamos todos os bens temporais e espirituais, para o tempo e para a eternidade. A adoração é, pois, a

alma da religião. Não é um simples ato passageiro, mas uma disposição habitual, que deve influir sobre todo o nosso modo de ser.

Segundo ponto. — Que é a adoração em espírito? Não é apenas uma formalidade exterior, limitada à postura, palavras e cerimônias; mas é ainda, e principalmente, uma homenagem da inteligência e do coração, e de tudo que o homem tem de espiritual, homenagem, por conseguinte, fundada sobre motivos cuja justiça, força e necessidade a razão percebe, homenagem expressa pelos sentimentos e atos mais livres e mais íntimos, e prestada de plena vontade, com todo o afeto de que a alma seja capaz. Tal é a natureza e a essência da homenagem a Deus, cujos motivos, que irão esclarecer o entendimento e excitar a vontade, a fé nos apresenta. E' natural que o corpo também acompanhe a alma, já que o homem deve a Deus a consagração de tudo quanto é, e o seu inteiro devotamento. Mas os testemunhos exteriores só têm força em relação a Deus conforme as disposições de alma que os inspiram, senão são meras caretas de hipocrisia. O motivo que dá Jesus Cristo é irresponsável. *Deus é Espírito*, diz êle, um puro Espírito, um Espírito infinitamente penetrante, um Espírito que está sempre presente, que vê tudo que se passa em nós de mais secreto, que não se detém às aparências, mas *escruta o coração e experimenta os rins*. (Jer 17, 10.) E' impossível iludir a um tal Espírito exprimindo sentimentos que não temos. Podemos enganar a outrem com aparências de piedade, e até a nós mesmos sobre nossas disposições interiores, o que é muito comum; mas não podemos enganar a Deus, que lê na alma, que a conhece melhor do que ela a si mesma, e que não tolera outra homenagem senão aquela que êle mesmo nos inspira pela sua graça. Que pensou Deus até agora de tantas orações, que lhe tenho dirigido, de tantos atos que fui buscar em livros de piedade, prova evi-

dente de minha secura de alma e de minha indigência interior? Se, no entanto, o coração não animava essas orações recitadas de memória, se não reproduzia êsses atos à medida que os lia, mas lhes dava uma atenção apenas perfuntória, Deus não as tomou em consideração porque, com efeito, eu não o adorei.

Terceiro ponto. — Que é a adoração em verdade? E' aquela que não se prende às expressões, nem sequer aos sentimentos, mas vai diretamente aos efeitos. Assim sendo, damos a Deus, em toda ocasião, provas reais de que o preferimos a tudo mais, o amamos acima de tudo, e nos submetemos a êle em tudo. Sem isto, a adoração seria um culto vão, que nenhuma glória renderia a Deus, ou seria mesmo um culto falso, desmentido logo em seguida pelo próprio proceder do cristão. A adoração é a submissão efetiva à Vontade divina, única prova real que podemos dar de nossa disposição de alma em relação a Deus; pois quem lhe desobedece, seja nas mínimas coisas, quem não se conforma com os dispositivos de sua providência, ou lhe recusa os sacrifícios que pede, longe de o adorar, o despreza. A verdadeira adoração implica na prática de todos os deveres de santidade cristã, como o determinou Jesus Cristo mesmo. *Aquêle que tem os meus mandamentos e os guarda, esse é o que me ama* (Jo 14, 21), isto é, me adora e me glorifica. Notai bem que Jesus Cristo diz *meus mandamentos*, não somente os do Decálogo, impostos a todos os homens pela lei natural, mas ainda aquêles que nos prescreveu no seu Evangelho e que se aplicam aos cristãos em geral. Se a adoração é limitada nas suas expressões e sentimentos, também o é nos seus efeitos. O verdadeiro adorador deve sempre tender à perfeição da adoração e nunca ficar satisfeito consigo mesmo, nunca dizer *Basta*, enquanto puder dar a Deus maiores provas de devotamento. E como tais provas são finitas, estarão sempre aquém do que Deus merece, e daquilo que

lhe é devido. Ao cristão, pois, cabe supri-las pela imensidade de seus desejos.

Lembremo-nos de que Jesus Cristo fala nos *verdadeiros adoradores* que *adorarão o Pai*. O mandamento, que se dirige aos judeus, e nêles a todo o gênero humano, diz: *Adorarás ao Senhor teu Deus*. Sem, porém, excluir êstes mesmos títulos, é ao cristão que, de modo particular como filho de Deus, êle mandou que o adorasse sob o nome de Pai. Assim sua adoração deve ser uma adoração do amor mais terno e mais submisso, que, no entanto, não exclui o temor e o respeito. Mas, trata-se dum temor e respeito inspirados no amor, sentimento próprio dos filhos, que a todos os outros deve ditar, a todos assinalar.

Fiz-me eu até agora esta idéia do verdadeiro adorador? E, se ma fiz, procurei eu realizá-la? E' Jesus Cristo quem ma dá, e a explicação que acabo de ler, embora me pareça elevada, está de fato muito abaixo da idéia que êle mesmo se fazia. Só êle foi adorador perfeito, só êle compreendeu o que merece a Soberana Majestade, só êle foi Vítima de holocausto imolado à glória do Pai, só êle, durante toda a vida, a toda hora, e até ao último suspiro no lenho da cruz, levou o devotamento de seu corpo e alma tão longe quanto o podia fazer um Homem-Deus; só êle prestou ao Pai o culto de adoração inspirado no amor mais puro, mais desprendido de todo interesse pessoal. Prestou-o destarte, não somente em seu nome, mas em nosso também; e nossas adorações só serão agradáveis a Deus enquanto unidas às suas. Adoremos, pois, com êle e por êle, já que êle adorou por nós; adoremos como êle, pelos mesmos motivos e pelos mesmos fins; adoremos com o mesmo amor e devotamento. Busquemos em seu coração êstes sentimentos, pois êle só os teve para no-los comunicar. A nós saber appropriá-los devidamente.

SEGUNDA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO DEVE ADORAR CONTINUAMENTE.

Primeiro ponto. — Seria ilusão pensar que basta reservar alguns momentos por dia para adorarmos a Deus e que, depois das orações da manhã e da noite, da assistência à Missa, e da leitura espiritual, estejamos dispensados de pensar nêlo durante o resto do tempo. E' verdade que, além das práticas do culto divino, de preceito rigoroso, o verdadeiro cristão se faz um dever de consagrar exclusivamente a Deus alguns momentos do dia para o honrar. Mas é erro pensar que fora disso lhe seja lícito esquecer-se de Deus para se entregar aos negócios temporais, aos estudos prediletos, às visitas e conversações, e a tãda espécie de passatempo. Deus merece e exige a homenagem de nosso coração em todo tempo e lugar. Tal obrigação fundamenta-se no grande princípio de que o cristão deve sempre pensar e agir como tal, assim como o homem deve sempre comportar-se como um ser racional. Ora, só se comporta como cristão na medida em que honra a Deus pelas suas intenções e atos. Fundamenta-se ainda no fato de que, sendo Deus o fim último do homem, deve o cristão tudo referir a êste fim. Não basta, portanto, não fazer aquilo que o afaste dêste fim, e sim só fazer aquilo que dêle o aproxima. Ora, isto, supõe que tãda a sua vida seja uma homenagem contínua prestada a Deus. Fundamenta-se no fator tempo, concedido ao cristão para trabalhar na sua santificação, considerando-se como perdido todo aquêlo que não impulsiona esta grande obra; pois a adoração, no sentido mais lato, constitui o principal objeto de todos os meios de santificação. Fundamenta-se no preceito do amor de Deus — amor que os filhos devem a tal Pai. Reflitamos atentamente nas palavras dêste preceito, que obriga o cristão a incomparavelmente mais

do que obrigava o judeu. Sendo o amor, e sobretudo o amor divino, sempre ativo por natureza, não deixa passar nenhuma ocasião de exercer-se e produzir-se. Conclui-se daí, sem dificuldade, que a adoração do cristão, tãda motivada no amor, deve ser uma adoração contínua. Não há exagêro nisto, pois tudo quanto acabamos de dizer obedece à mais rigorosa verdade. Para a maioria dos cristãos, eis matéria mais que suficiente para reflexão, que os há de instruir, sem os amedrontar, se êles tiverem uma parcela mínima de amor.

Segundo ponto. — Mas como adorar continuamente a Deus em espírito? Pode o entendimento estar sempre a pensar nêlo, e o coração a fazer atos que o tenham por objeto? Não. Isto não pertence a esta vida, e nem seriam capazes disso aquêles que se consagraram inteiramente ao serviço de Deus e se desembaraçaram de todo cuidado temporal. Nem o exige a continuidade da adoração. O espírito deve sempre ocupar-se de Deus quando não se ocupa daquilo que obedece a uma sua ordem expressa, ou seja conforme ao seu bel-prazer, ou, pelo menos, lícito. E' ordem expressa de Deus que eu cumpra com meus deveres de estado; portanto, se me desempenho dêles com êste intuito, cumpro-os conforme Deus o quer, e, ao pensar nesses deveres, penso nêlo e honro-o. E' conforme ao seu bel-prazer que eu observe as regras de sociedade, que me dê ao próximo a todo propósito, que tenha ocupações honestas. E' lícito também que eu descanse um pouco o espírito, pois Deus não o quer sempre tenso. Em tudo isso, embora eu não pense diretamente em Deus, conformo-me com suas intenções e tenho, ou posso ter, pelo menos a intenção remota de agradar-lhe e de honrá-lo. O coração também, embora só por intervalos produza atos de adoração, deve tratar sempre de adorar a Deus, se quizer permanecer sempre unido a êle, fazer o que lhe

fôr agradável e evitar o que lhe possa desagradar. Esta intenção direta, mas não refletida, é uma homenagem habitual prestada a Deus, oração habitual que Jesus Cristo, e, depois d'êle, São Paulo, nos prescreveram. Em tudo isto o bom cristão nada encontra que não lhe seja, não digo praticável, mas até fácil, e nada contribui tanto para a sua felicidade nesta vida, como no-lo provam a própria razão e a experiência juntas.

Terceiro ponto. — Mas como pode o cristão adorar continuamente a Deus em verdade, isto é, pelos seus atos, se entre êsses há alguns indiferentes em si, e outros animais, como o beber, o comer, o dormir, e tudo que se refere aos cuidados do corpo? Como honrar a Deus em tôdas essas coisas? Respondendo que não somente o podemos, mas devemos. Ouçamos a São Paulo: *Ou comais, ou bebais, ou façais qualquer outra coisa, tudo fazei para glória de Deus.* (1 Cor 10, 31.) E ainda: *Tudo quanto fizerdes, por palavras ou por obra, tudo seja em nome do Senhor Jesus Cristo, rendendo graças por êle a Deus Padre.* (Col 3, 17.) O Apóstolo nada exclui, nem uma palavra, nem um ato. Enumera expressamente os que são animais, e quer que o cristão fale e proceda em toda ocasião para glória de Deus, e em nome de Jesus Cristo. Digo *quer*, porque já não se trata de conselho mas de preceito, e peca, pelo menos venialmente, quem assim não fizer, e se constituir hábito, pode acarretar conseqüências funestas para a salvação. Sou senhor de minhas intenções, e posso ter sempre a de glorificar a Deus nas minhas palavras e ações, posso procurar ser fiel às regras que me prescreveu, e se, às vezes, me acontecer resvalar, posso pela contrição reparar minha culpa. Depende, pois, de mim glorificar a Deus em tudo quanto fizer. Já não falo dos sofrimentos, pois é voz comum que devem ser oferecidos a Deus e santificados na paciência. Tenho eu adorado assim a Deus até hoje? Se não o fiz, não

fui adorador em espírito e em verdade. Ajudai-me, Senhor, a tomar resoluções para o futuro e fazei com que lhes seja fiel.

TERCEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO VIVE DE FÉ.

Assim fala São Paulo. Faz suas as palavras dum profeta, palavras que repete três vêzes nas suas epístolas: *O justo vive de fé* (Rom 1, 17; Gál 3, 11; Heb 10, 38.) Consideremos agora a necessidade desta vida de fé, sua continuidade e prática.

Primeiro ponto. — A fé só nos propõe objetos sobrenaturais, motivos sobrenaturais, meios sobrenaturais, um fim sobrenatural. O que nos propõe crer, o que nos faz esperar, o que nos manda amar, o que nos ensina a praticar, não pertence à jurisdição da razão. O homem nada encontra em si que o possa esclarecer ou guiar nesses pontos. E' mister que se eleve acima de si mesmo e siga a luz da flâmula da revelação. A fé, transportando-o no porvir, inspira-lhe desprezo pelo presente. Vive no tempo, mas a fé fala-lhe na eternidade; está sujeito à morte, mas a fé leva-o a contemplar a immortalidade; só vê as criaturas, mas a fé lembra-lhe Deus a todo momento. A vida do cristão começa pela fé e pela fé se sustenta. Quem não crê, não pode nem esperar, nem amar, nem alcançar seu fim ulterior, nem empregar bem os meios que a êle conduzem. O hábito de fé é o primeiro que recebe no Batismo, Sacramento de sua regeneração espiritual, e logo que se torne capaz de discernir, deve produzir-lhe os atos. A vida de fé e a vida cristã são, pois, uma mesma coisa, e quem procura viver como cristão, precisa exercer a fé. Não falo apenas da crença firme nos mistérios da religião, mas ainda da maneira sobrenatural de julgar a Deus e ao nosso último fim, isto é, sua glória e nossa salvação. Pela fé, o cristão vê tudo sob um

prisma que lhe é próprio, e aprende a se utilizar dos bens e dos males da vida presente, de modo a honrar a Deus e santificar-se a si mesmo. O homem vive de fé quando esta lhe preside os juízos, os afetos, o proceder. E' evidente que lhe é uma necessidade viver assim, e logo que encara os negócios e as coisas da terra sob um prisma natural, e deixa de consultar a fé, já não vive como cristão. Estou eu convencido desta verdade? Se estou, por que não a torno a regra invariável de meu proceder? Assim fizesse, e breve me transformaria.

Segundo ponto. — A fé é o princípio da vida sobrenatural que Deus pôs em nós, a fim de que dela nos utilizemos logo que a idade no-lo permita. O estado de vida, em si, diz algo de seguido e de contínuo, que não sofre interrupção. Se as molas interiores ficarem paradas durante algum tempo, se perderem sua força, sobrevirá a morte. O mesmo se dá com a vida da fé, que só se mantém pelo exercício contínuo das funções que lhe são próprias. Dizer que o cristão vive de fé, é dizer que elle se acha num estado sobrenatural, que não deve sofrer interrupção, porque, se nelle não se conserva, expõe-se ao perigo próximo da morte espiritual. Tôda vez que não obedece às luzes da fé, ou a motivos e fins que a fé lhe propõe, sua vida sobrenatural, à qual se prende sua felicidade eterna, fica como suspensa, e, não se exercendo, as molas ficam inativas. Ao se repetir com freqüência, estas irão perdendo a força, e a virtude irá diminuindo até se dissipar de todo. Assim o repete tantas vezes, na sua epístola, o Apóstolo São Tiago, quando diz que a fé sem obras é morta. O cristão só vive, pois, de fé, na medida em que lhe pratica as obras. Se as negligencia, sua fé estiola; se as abandona, morre. Mas é preciso ainda que as vivifique o espírito de fé, senão são obras mortas. As obras são, por conseguinte, necessárias à fé, como

a fé às obras. Não terei eu passado por um enfraquecimento maior ou menor em relação à fé, quando deixei de exercê-la durante algum tempo? Pude rezar com fé quando, no correr do dia, me entreguei a pensamentos humanos, ou, antes, não ficou o meu espírito dissipado, pesado, frio, em presença de Deus? E' este o meio que leva tantas almas fervorosas a se desgostarem pouco a pouco da oração, até abandoná-la de todo. Preservai-me, Senhor, de tamanha desgraça, e concedei-me a graça de poder exercer continuamente a minha fé.

Terceiro ponto. — Para chegar a praticar e viver a vida de fé, o cristão terá de lutar incessantemente contra si mesmo. Contra os sentidos, que só lhe apresentem objetos grosseiros e terrestres; contra a imaginação, que lhe retrata vivamente os seus atractivos e exagera o gozo inerente; contra o espírito, que lhe propõe pensamentos e planos humanos e carnaes; contra o coração, que se inclina violentamente para o lado sensível das coisas e tende a procurar ali sua felicidade. Terá ainda de precaver-se contra os discursos e exemplos alheios, contra a sedução mundana e o respeito humano, numa palavra, contra todos os perigos da sociedade. Hoje, mais que nunca, os cristãos que vivem de fé, são uma pequena minoria, e importa não se deixar iludir com certa regularidade exterior que muita gente aparenta.

Haverá recanto em que não penetre o espírito humano? E onde penetra, não se encontra o espírito de fé, o espírito cristão. A vida de fé é uma vida que contraria forçosamente a natureza. E' uma vida de vigilância e de combates de retraimento e de solidão, conforme no-lo permite nossa condição; vida de oração e de união com Deus, de caridade e de boas obras. Tal vida supõe necessariamente a vida interior, onde o cristão, volvendo-se a todo momento ao seu coração e a Deus, que nelle habita, apenas se

presta às coisas exteriores e aspira a ficar a sós com aquêlê que a fé lhe revelou ser seu soberano e único bem.

Importa ainda frisar dois pontos. Em primeiro lugar, a vida de fé, tal qual a vida natural, não se pode manter num estado fixo e invariável, mas cresce ou diminui. Quem não cuida, pois, a todo momento, de fortalecê-la, faz com que ela se vá enfraquecendo. Em segundo lugar, a vida sobrenatural difere da natural nisto, que a natural só é suscetível de desenvolver-se até certo ponto, passado o qual começa a definhar insensivelmente, enquanto que a sobrenatural pode sempre tomar novo incremento. São duas razões poderosas que nos devem animar a entreter e a fomentar em nós a fé por todos os meios que a religião nos põe nas mãos. Resolvamo-nos já e sejamos fiéis à resolução tomada.

CONSIDERAÇÃO SÔBRE A VIDA DE FÉ.

Trata-se agora de prescrevermos o que, na prática, nos é necessário para levarmos vida de fé, já que não existe outra vida cristã.

Consideremos, em primeiro lugar, como a nossa qualidade de cristão nos obriga a portar-nos sempre e em tudo de maneira sobrenatural. Compenetremos bem do grande princípio que já enunciamos, e sôbre o qual não podemos insistir demasiadamente, a saber, que a fé é para o cristão o que a razão é para o homem, e assim como êste deve guiar-se em tudo pela razão, assim também deve o cristão pensar, falar e proceder segundo a luz da fé. Apliquemos, em seguida, êste princípio às coisas que o mundo estima, preza e busca: riquezas, honras, prazeres, que lhe constituem tôda a felicidade, como se outra não houvesse; e às que despreza, aborrece e evita: pobreza, humilhações, dores, reputando como desgraçado todo aquêlê que lhes está sujeito. Ora, que nos diz a

fé a êsse respeito? Vejamos no Evangelho o que Jesus Cristo ensinou e praticou. Examinemos, em seguida, o que há em nós para reformar em nossos juízos, afetos, e proceder. Êste ponto é capital, insistamos nêlê e não passemos adiante, enquanto o espírito e o coração não estiverem plenamente convencidos.

Determinemos, em segundo lugar, os exercícios diários de piedade que devemos praticar, conforme o tempo de que pudermos dispor, de acôrdo com os nossos deveres de estado, nunca nos julgando dispensados, a não ser por motivos de consciência, legítimos e manifestos. Constan da oração da manhã e da noite, da Missa, de meia hora pelo menos de oração ou meditação, de quinze minutos de leitura espiritual, duma visita à tarde ao Santíssimo Sacramento, do exame de consciência no fim do dia, esquivando-nos ao mesmo tempo a conversações sem interêsse, a leituras frívolas, a passatempos inúteis. A fé alimenta-se de oração e fortalece-se com a meditação das verdades cristãs, que o hábito nos torna familiares e como que sempre presentes. Quanto mais as aprofundamos, tanto mais as admiramos, quanto mais as degustamos, tanto mais as queremos pôr em prática. E' preciso, no entanto, não se constranger nos primeiros tempos. Basta empregar um quarto de hora para a meditação, e fazê-la com o auxílio dum bom livro. Tenhamos boa vontade e confiemos em Deus, que fará o restante. Determinemos também as Confissões e Comunhões de acôrdo com o parecer de nosso confessor, para, à medida que a alma se fôr purificando, tornar as Comunhões mais frequentes. Se não somos juizes do nosso progresso, tampouco devemos ceder a certo receio, ou humildade mal entendida das inspirações da graça e dos conselhos de nosso pai espiritual.

Examinemos, em terceiro lugar, e atentamente as intenções e os motivos que em geral nos guiam, ha-

bituando-nos pouco a pouco a nos deixar levar por vistas espirituais, e a rejeitar sem demora, logo que o percebemos, o que nos vier do orgulho, do amor próprio ou de preconceitos mundanos. Esta vigilância constante será muito custosa nos primeiros tempos e devemos contar com isto. Mas Deus no-la adoçará com sua graça e, aos poucos, o hábito a tornará menos difícil. Parece incrível, e só a experiência no-lo revela, até que ponto Deus nos ajuda e nos facilita tudo, quando estamos deveras empenhados em viver bem. Não nos desanimem, pois, as dificuldades que só existem na imaginação, sobre a qual o demônio exerce constante atividade. Quem está decidido a perseverar, persevera. Os obstáculos vão desaparecendo, e a alma vai sentindo, com indizível alegria, que o jugo de Jesus Cristo é suave e seu peso leve, como ele mesmo no-lo diz.

Procuremos, em quarto lugar, andar com retidão e simplicidade, e deixemos de raciocinar com a consciência. Condenemos francamente o que ela condena; mas não sofismemos quando nada nos censura. Desconfiemos daquilo que o mundo chama bom-senso e prudência. Nada é mais contrário ao espírito de fé que esse pretense bom-senso, aplicado à moral do Evangelho, que atinge princípios mais elevados que os da luz puramente natural. A fé é infantil e crê com simplicidade, motivo pelo qual Jesus Cristo tanto nos recomenda que nos assemelhemos às crianças, que não refletem nem têm malícia.

Não nos desculpemos, em quinto lugar, os primeiros movimentos produzidos pela imaginação e paixões, mas condenemo-los sempre, embora não sejam refletidos, e procuremos dominá-los, abafando-os logo que os percebamos. Digo o mesmo das inclinações e aversões, dos gostos e repugnâncias, das impressões de tédio, de tristeza, de dissipação, de sofreguidão, de incontida alegria. Não que haja culpa se lhes resistirmos, mas não nos devemos entregar, nem de

leve, a tais sentimentos, pois seria agir de modo natural e enfraquecer em nós a vida de fé, que, se não está livre dessas impressões, deve no entanto dominá-las. Saibamos precaver-nos sobretudo contra o espírito e a vontade própria, contra os defeitos de caráter, pois a vida de fé é uma morte contínua a nós mesmos, e combate tudo que nos é próprio.

Pratiquemos, em sexto e último lugar, o recolhimento interior e o exercício da presença de Deus. Nada nos desperta mais a fé nem no-la mantém tão viva. O homem de fé não se expande com outros, mas recolhe-se em si mesmo tanto quanto lho permitem as circunstâncias, e só tem comércio com Deus, a quem fica intimamente unido. Se tal gênero de vida parece-nos triste e molesto, é que nunca o experimentamos. Se existe alguma felicidade na terra, é certamente ali. Por que prevenir-nos contra aquilo que não conhecemos? Já que somos cristãos, consultemos pelo menos a fé antes de tomar partido e confiemos no testemunho que nos dá, pois se até hoje nunca iludiu a ninguém, tampouco nos há de iludir a nós.

Sétimo dia.

PRIMEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO E HOMEM INTERIOR.

Fala São Paulo repetidas vezes no homem interior e no homem exterior. Pelo primeiro, entende em geral o homem novo, nascido da graça de Jesus Cristo. Pelo segundo, entende o homem velho, nascido de Adão pecador, e que, depois da graça do Batismo, ainda subsiste no cristão pela concupiscência. Não seria difícil, com este argumento, provar que o homem novo deve ser interior; mas sem nêle nos determos, recorramos a outro, mais direto, que nos dá o Apóstolo, e que constitui o tema desta meditação.

Primeiro ponto. — Há duas espécies de cristãos, o interior e o exterior. A um e outro se pode aplicar o que São Paulo diz do judeu, na epístola aos romanos: *Porquanto não é judeu, o que o é no exterior; nem é circuncisão o que se faz na carne. Mas é judeu aquêle que o é no interior, e a verdadeira circuncisão é a do coração no espírito, não na letra.* (2, 28-29.) O Apóstolo concorda aqui com Moisés e os Profetas, que anunciam aos judeus que um dia, quando chegar a hora de se converterem, Deus lhes circuncidará os corações. O cristianismo também tem seu espírito e sua letra, e embora nunca os devêramos separar, estamos infelizmente sempre a fazê-lo. O lado exterior dos preceitos e do culto divino pode ser chamado a letra; os sentimentos interiores, com os quais cumprimos os preceitos e celebramos o culto, são o espírito. Na oração vocal, por exemplo, a postura do corpo e a articulação das palavras são exteriores; a boa disposição da alma e os sentimentos do coração são interiores. Não somente contém o Evangelho muitos preceitos puramente interiores, que visam diretamente a reforma e o aperfeiçoamento da

alma, como se pode afirmar que todo o seu espírito tende ao interior. O cristão que se apega à exterioridade dos preceitos, é cristão somente de aparência e não lhe merece o nome. O verdadeiro cristão o é no coração, e ao cumprir com a letra do preceito, obedece igualmente ao espírito. De tal forma se apega antes a este do que àquele, que, se por acaso não os possa unir, não hesita em sacrificar a letra ao espírito. O cristão imperfeito, pelo contrário, embora não esteja inteiramente desprovido do espírito interior, põe quase toda a sua piedade nas práticas exteriores, de que aliás procura desempenhar-se do melhor modo. Mas o cristão perfeito, ou pelo menos que aspira à perfeição, sem negligenciar as práticas exteriores, aplica-se principalmente às interiores, como seja o recolhimento, a união com Deus, o hábito de sua presença, a oração, a fidelidade à graça, a pureza de intenção, a mortificação dos sentidos, das paixões, dos vícios mais sutis e imperceptíveis.

Sem falar nos cristãos, infelizmente numerosíssimos, que o são apenas de nome, a grande maioria dos fiéis compõe-se, sem exagêro, de cristãos imperfeitos, classe que abrange muitos devotos, sobretudo muita mulher. Pouca gente procura corrigir seriamente os defeitos e adquirir as virtudes cristãs na medida em que o pretende Deus, e pouquíssima trabalha com perseverança e até ao fim nesta obra. Em geral a vida de tais pessoas é uma série de vicissitudes; começam, mas não continuam; desgostam-se e desanimam; largam tudo para, depois de algum tempo, recommencem e novamente largarem. A que classe de cristãos pertencemos nós? Somos, ou queremos ser, homens interiores?

Segundo ponto. — Para nos decidirmos a ser homens interiores, consideremos como todos os títulos de cristão que meditamos até aqui são outros tantos penhões de vida interior. Deus, em particular, de

quem somos filhos, não se agrada dos testemunhos exteriores que lhe damos, mas descansa o olhar no coração do homem, onde quer reinar, e reinar pelo amor, o mais íntimo de todos os sentimentos. E' o coração que êle se propõe purificar antes do mais, e só tem como verdadeira a santidade do coração. Jesus Cristo, a quem todo cristão deve imitar, foi, por assim dizer, todo interior. Levou, aparentemente, vida comum, e nada afetou de extraordinário; mas furtou-se aos olhos dos homens e reservou para os do Pai as inefáveis disposições de sua alma. Aos próprios Apóstolos só descobriu aquilo que lhes era necessário saber para sua instrução e edificação. Os pontos essenciais de sua moral visam unicamente formar o homem interior. Importa, por conseguinte, que o cristão se torne interior se quiser praticá-los com alguma perfeição. Quanto a mim, só serei verdadeiramente filho de Deus na medida em que o Espírito de Deus, Espírito todo interior, me dirigir. Só serei uma cópia de Jesus Cristo na medida em que moldar meu coração no d'ele, expressando assim o caráter próprio de sua santidade. Só hei de pôr em prática suas lições com proveito na medida em que me aplicar à união com Deus pela oração e pela renúncia absoluta a mim mesmo. O cristianismo consiste todo nisto, baseia-se nisto, tende a isto, e todos os meios de santificação que me fornece só visam êste fim. Estou eu convencido desta verdade? Se não estou, é que ainda não aprofundei o que seja o cristão *escondido*, de que fala São Paulo, o cristão *circuncidado de coração* que vive *segundo o espírito e não segundo a letra*. Se estou convencido disto, e não tenho coragem de abraçar a vida interior, devo recorrer às luzes que Deus me dá e de que um dia há de pedir-me rigorosa conta, senão grande será minha culpa.

Terceiro ponto. — A vida interior não deve de modo algum amedrontar o cristão, pois sua prática é mais suave e mais fácil do que parece. São os falsos retratos que dela nos fazemos, e as vãs dificuldades que nos forjamos, que dela nos afastam. Então, será penoso conversar com Deus na oração? E não havemos de começar cá na terra a união com êle que vai constituir nossa bem-aventurança? "Já tentei — alegar-se-á, — mas aborrece-me e nada sei fazer; é uma aridez de comêço a fim, e Deus não se faz sentir ao meu coração." Sejamos justos, e não acusemos a Deus. Vejamos se nos preparamos para a oração, ao menos pelo silêncio, por um esbôço de recolhimento, por certa mortificação dos sentidos, da curiosidade, e de outros vícios semelhantes, que nos pareciam sem importância e que, no entanto, constituem obstáculo à oração. Se assim não fizemos, só a nós mesmos podemos imputar a nossa ociosidade e aridez de espírito. Se, habitualmente, somos dissipados, imortificados, ávidos de notícias, se nos entregamos a mil e um pensamentos frívolos, como acreditar que, chegado o momento da oração, tôdas essas idéias profanas se dissiparão e passaremos a ocupar-nos só de Deus? Se nosso coração afaga uma quantidade de desejos, projetos, afetos naturais e humanos, como poderá, na oração, encher-se de amor a Deus e só ter gosto para o espiritual? Pretensão vã, absurda, contraditória. Por que queixar-se do preceito da renúncia a si mesmo, se com ela o cristão vai assim adquirir já nesta vida a posse do sumo bem e gozar da paz de coração, fora da qual não existe, nem pode existir, felicidade verdadeira? São, no entanto, êstes dois pontos — oração e mortificação — que constituem a vida interior. Embora lhe fôsse penoso praticar um e outro, não deve o cristão tomar em consideração o trabalho e o sofrimento ligado à aquisição da santificação. Se Deus ainda aprouver enviar-lhe cruzes e provações, dar-lhe-á as forças

necessárias para as carregar, e inspirar-lhe-á até o gosto e o amor inerentes, pois conhece o segredo de nos fazer desejar e querer aquilo que nos quer pedir. Entreguemo-nos, pois, à graça que nos solicita no momento, comecemos a obra e não a abandonemos. Com boa vontade venceremos qualquer obstáculo e nunca teremos motivo de nos arrepender.

SEGUNDA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO E' HOMEM ESPIRITUAL.

Primeiro ponto. — O cristão é homem espiritual e deve viver segundo o espírito. Cada página do Novo Testamento, sobretudo do Evangelho de São João e das epístolas de São Paulo, no-lo diz: *O que é nascido da carne é carne, o que é nascido do Espírito é espírito.* (Jo 3, 6.) O que nasceu da carne, isto é, o homem carnal, terreno, animal. O que nasceu do Espírito, isto é, de Deus, é o homem espiritual e celeste, cuja conversação é no Céu. *O espírito é que vivifica, a carne nada aproveita. As palavras que vos tenho dito são espírito e vida.* (Jo 6, 64.) Assim, a doutrina de Jesus Cristo deve ser tida num sentido espiritual, sem o qual não dá vida à alma, sentido que se deve igualmente aplicar aos mistérios e atos de sua vida, porquanto tudo isto só vivifica o cristão se fôr tomado neste sentido espiritual que só a fé lhe descobre. São Paulo declara que *o homem animal não percebe aquelas coisas que são do Espírito de Deus; para êle é estultice; a razão pela qual não as pode entender é porque é espiritualmente que se discernem.* (1 Cor 2, 14.) O cristão deve ser igualmente espiritual no proceder e na crença. *Nós não andamos segundo a carne,* diz ainda o Apóstolo, *mas segundo o espírito.* (Rom 8, 4.) Não seguimos as inclinações e os desejos do homem carnal, mas do homem espiritual, dirigido pelo Espírito de Deus. *A prudência da carne é morte e a*

prudência do Espírito é vida e paz (ib, 6), porquanto a *sabedoria* ou prudência da carne, toda humana e natural, é inimiga de Deus, pois não é sujeita à lei de Deus, nem o pode ser (ib, 7), donde conclui o Apóstolo que *todos os que são movidos pelo Espírito de Deus, êstes são filhos de Deus.* (Ib. 14.) Só serei filho de Deus e cristão, por conseguinte, se fôr guiado pelo Espírito de Deus. Estas passagens, claras e precisas, bastam-nos, e delas resulta que o cristão só é espiritual pela sua regeneração e crença, para que o seja nos seus pensamentos, desejos, e obras, pois só recebeu o Batismo e a Fé para ficar apto a pensar e a proceder de modo sobrenatural e divino. Por que então protestamos quando se nos aconselha levar vida espiritual? Por que nos inspiram certa aversão os livros que dela tratam e, se os lemos, nada compreendemos? Equivale a dizer que as matérias espirituais nos são estranhas, e que podemos ser bom cristão sem as entender, nem provar, nem praticar? Acautelemo-nos contra êste erro, que é capital.

Segundo ponto. — O cristão não é só espiritual em relação à alma, mas também ao corpo. A graça do Batismo não santifica menos o corpo que a alma, e Deus se apossa igualmente de ambos. *Não sabeis que sois templos de Deus e que o Espírito de Deus habita em vós?* diz São Paulo. (1 Cor 3, 16.) Que estas palavras se referem tanto ao corpo quanto à alma, depreende-se claramente dêste outro trecho da epístola: *Não sabeis que os vossos membros são templo do Espírito Santo que habita em vós e recebeis de Deus?* (1 Cor 6, 19.) Que respeito não deve, pois, o cristão ao próprio corpo, templo de Deus e do Espírito Santo, e como deve conservar-se puro! O Apóstolo afirma ainda que *os nossos corpos são membros de Jesus Cristo* (1 Cor 6, 15), como se os cristãos não pudessem ignorá-lo. Baseia-se nisto para inspirar-lhes grande horror aos pecados que maculam

a santidade do corpo. *Não sois de vós mesmos*, mas de Deus, *pois fostes comprados por alto preço*, pelo preço do sangue de Jesus Cristo, quanto ao corpo e alma. *Glorificai, pois, e trazei a Deus no vosso corpo* (ib, 19-20), acrescenta. Eis como o cristão deve ser espiritual até no corpo, pela estrita observância das leis da sobriedade, modéstia e pureza, que são os motivos sobrenaturais que sua religião lhe aponta para ser fiel. E' porque o corpo do cristão já se espiritualizou na terra pela graça do Batismo que um dia se espiritualizará na ressurreição geral, em estado de glória, participando para sempre das qualidades dos espíritos pela sua incorruptilidade e agilidade, pela isenção de toda necessidade, e pela sua própria subtilidade em quanto seja capaz a matéria pela força divina. Ah! como estas grandes verdades se prestariam admiravelmente para elevar os cristãos acima dos sentidos e das coisas terrenas, se nunca as perdessem de vista!

Terceiro ponto. — Viver segundo o Espírito e viver cristãmente, é uma mesma coisa. Afirma São Paulo que, *se algum não tem o Espírito de Jesus Cristo, este não é d'ele*. (Rom 8, 9.) E se não somos d'ele no tempo, também não o seremos na eternidade. Possuímos nós o Espírito de Jesus Cristo? Sabemos sequer o que seja? Temo-lo estudado? Ai de nós, somos curiosos de tudo saber, a não ser a única coisa que nos importa conhecer! De que me servirão todos os conhecimentos se não tiver o do Espírito de Jesus Cristo? E se a este tiver, se lhe conformar a minha vida, que mal me advirá se ignorar tudo mais? Dediquemos, pois, todos os dias, algum tempo à leitura, ou à meditação desta matéria, e façamo-lo escrupulosamente, procurando adquirir-lhe a ciência, de sorte que possamos dizer com o Apóstolo que só conhecemos a Jesus Cristo e já não vivemos nós, mas ele em nós. E' antes pelo coração humilde, do que pelas reflexões da inteligência, que esta ciência se adquire.

Roguemos pois a miúdo ao próprio Salvador que nos comunique o seu Espírito, nos introduza em seu interior e nos permita nêle sorver os sentimentos que lhe nortearam a alma e o proceder. Digo-o ousadamente: se há um atalho que conduz à mais alta espiritualidade é penetrar no Coração de Jesus. Façamos d'ele o principal objeto de nossa devoção, procurando conhecê-lo, amá-lo e imitá-lo. Se lhe solicitarmos esta graça instantânea e freqüentemente, não tardará em se dar a conhecer. E não podemos conhecê-lo sem amá-lo, nem amá-lo sem nos sentirmos atraídos a imitá-lo. Na medida, pois, em que o imitarmos, havemos de conhecê-lo e amá-lo.

TERCEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO E' CHAMADO A SANTIDADE.

Esta verdade era de tal forma aceita nos primeiros tempos da Igreja, em que se fazia, sem dúvida, uma idéia exatíssima do cristianismo, que não se dava outro nome aos cristãos senão o de Santos, como lemos nas Epístolas dos Apóstolos. Mas aos poucos o relaxamento se foi introduzindo entre os fiéis, e então fêz-se distinção entre Santo e Cristão. Alegava-se que a santidade se prendia ao conselho e à perfeição, e não era exigida para salvar a alma. Ainda hoje, quando alguém nos apresenta o exemplo dos Santos, respondemos, para nos dispensar de imitá-los, que *eram Santos*. E' erro grosseiro, de que importa dissuadir-nos. Será o tema desta meditação.

Primeiro ponto. — Em que consiste a santidade cristã? Consiste em evitar o mal e em praticar o bem. (Sl 33 e 36.) E' a definição que nos dá a Sagrada Escritura, e que não podemos contestar. Evitar o mal, é afastar-se do pecado, não só mortal, mas venial; é fugir das ocasiões; é combater em si mesmo tudo que leva ao pecado, e resistir às tentações pelas quais o demônio procura induzir-nos em pecado. Para o cris-

tão tudo isto constitui indubitavelmente obrigação; se faltar a um só destes pontos, arrisca sua salvação. Embora esta obrigação seja extensa, como havemos de ver, se descermos até às minúcias, forma no entanto apenas uma parte da santidade cristã, e, em certo sentido, a menor. E' mister ainda fazer o bem, o que abrange a prática de tôdas as virtudes cristãs que se referem a Deus, ao próximo, e a nós mesmos; é mister progredir e aperfeiçoar-se cada dia nessas mesmas virtudes, e nelas perseverar até à morte, apesar dos obstáculos que surgem a cada passo, quer da natureza corrompida, quer do mundo e do demônio. Mas não basta ainda. Sendo o homem fraco, não podendo com as próprias forças resistir às tentações de dentro e de fora, nem praticar bem algum na ordem sobrenatural, é-lhe indispensável o socorro da graça. Para conseguir, porém, este socorro, deve recorrer habitualmente à oração, aos Sacramentos, às leituras piedosas, às reflexões salutares, e aos outros meios a que Deus prende sua graça, para que esta não lhe venha a faltar, quando mais necessária lhe fôr, ficando privado por culpa própria. Deve ainda, pelo recolhimento, tornar-se atento a esta graça quando lhe fala ao coração, e saber corresponder fiel, plena e constantemente a ela. Ora, não se pode negar que sejam êsses os deveres gerais do cristão; mas pergunto se lhe será possível desempenhar-se dêles a menos que tenda à santidade com tôdas as suas forças, em todo tempo e lugar. Não falo dos deveres próprios a cada estado e profissão, que só havemos de cumprir conforme Deus quer, se procurarmos deveras santificar-nos, já que a santidade outra coisa não é senão o cumprimento exato dos deveres gerais e particulares. A vocação cristã obriga, pois, cada um de nós a buscar a santidade de acôrdo com sua condição. E o que faz os Santos é que, uma vez compenetrados desta verdade, nela baseiam todo o seu proceder. Estou eu,

menos que êles, obrigado a convencer-me desta mesma verdade e a pô-la em prática?

Segundo ponto. — Qual é o modelo de santidade cristã? Não é outro senão o próprio Jesus Cristo. Isto é de fé, e constitui um dos principais fins da Encarnação do Verbo. Ele fêz-se homem para nos dar em sua Pessoa um exemplo tangível e imitável da santidade à qual somos chamados. E não se alegue que seja modelo perfeito demais para a fraqueza humana; porque se não fôsse perfeito em tudo não seria digno de Deus, nem modelo que nos pudesse propor. Sabemos, todavia, que nunca o havemos de atingir; nem tanto nos é exigido. Mas, por isto mesmo, devemos redobrar de esforços, e não pôr limites à nossa santidade que, estando sempre muito aquém do original, está sempre suscetível de uma aproximação maior. Não encontramos, quer nos Evangelhos, quer nos escritos dos Apóstolos, uma só palavra que nos autorize a confinar-nos a esta ou àquela medida, em se tratando de santidade. Não nos é lícito deter-nos no caminho, onde não-progredir é recuar. Tivéssemos ainda milhões de anos de vida em nossa frente, nem assim poderíamos perder um segundo, mas deveríamos correr sem parar, aspirar sempre ao alvo, e procurar tocá-lo pelo menos com nossos desejos. Se fôr preciso remontar mais longe ainda, direi que a santidade de Jesus Cristo só nos foi dada como exemplo por ser a imagem mais perfeita da santidade do próprio Deus, e que, reproduzindo-a em nós, nós nos elevamos, tanto quanto possível, até à Fonte infinita de toda santidade. Foi com isto em vista que Jesus Cristo nos disse a todos nós: *Sede perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito.* (Mt 5, 48.) Quem ousará, depois disto, circunscrever a santidade cristã e fixar-lhe limites que nunca há de ultrapassar? Talvez só hoje me tenha vindo semelhante idéia. Então hoje mesmo devo pô-la em prática.

Terceiro ponto. — Qual o móvel da santidade cristã? Muitos não conhecem outro senão o de assegurar a salvação da própria alma. Iludem-se. Não passa de motivo secundário, que só diz respeito ao interesse pessoal. Será que tratamos a Deus conforme merece, se o servimos unicamente para nos beneficiar a nós, sem tomar em consideração a sua glória? Não hesito em afirmar que só este motivo não bastaria para nos salvar. *Sêde santos porque eu sou santo.* (Lv 20, 26), dizia Deus aos israelitas pela boca de Moisés. Com maioria de razão di-lo aos cristãos. Eis o primeiro e o grande móvel de santidade. Pertencemos a um Deus infinitamente santo, de quem somos a imagem. Seu amor levou-o a operar inefáveis maravilhas; prodigalizou-nos graças para nossa santificação; destinou-nos a possuí-lo eternamente. Ora, só poderemos chegar a essa posse, a essa união íntima com ele, pela santidade; e quanto mais santos formos, mais unidos estaremos a ele e mais glória lhe daremos. Que incentivo para nós conhecer a Deus, amar a Deus, ser reconhecido a Deus pelos seus benefícios e promessas! Os méritos variam sem dúvida, e infinitos são os graus de santidade. Não impede, porém, que a do último dos bem-aventurados seja também isenta de mácula e de toda imperfeição positiva. Se, por conseguinte, a alma não se encontrar em tal estado na hora da morte, terá forçosamente de passar pelo purgatório, que lhe consumirá tudo, a não ser a caridade de que estiver revestida. Esta caridade abre-nos o céu, no qual nunca penetraremos, enquanto não nos despojarmos de todo amor próprio, de todo interesse pessoal, de todo olhar sobre nós mesmos. Mas quero frisar outro ponto: Deus não quer que nenhum de seus eleitos passe pelo purgatório. Inicialmente, não o tomou em consideração ao cogitar de nossa santificação, e só o criou em atenção à nossa fragilidade, movido por uma bondade condescendente. Mas deseja, enquanto

depender de nós, que nos esforcemos por evitá-lo, e que nossa inteira purificação se opere na terra. Será, pois, culpa nossa se assim não fôr, e se, na hora da morte, ainda nos restarem pecados a expiar, imperfeições a consumir. Julguemos por aí quão grande e pura é a santidade à qual somos chamados.

Alegar-se-á talvez que, em matéria de santidade, o essencial e suficiente é morrer em estado de graça, visto que nos garante a salvação. Concorro. Mas, primeiro, não sabemos, nem nunca havemos de saber, se estamos ou não em estado de graça. Depois, para garantir, o quanto é possível, que havemos de morrer em estado de graça, é forçoso nêle vivermos e perseverarmos. Ora, para garantir que nêle havemos de viver, forçoso é ainda procurarmos incrementar continuamente em nós a graça santificante e a caridade habitual, numa palavra, o amor de Deus acima de tudo, o que redunde em evitar o mal e praticar o bem. A menor negligência voluntária de nossa parte diminui esta graça, e pouco a pouco nos expõe a perdê-la. E' ainda a Sagrada Escritura quem nos diz que em matéria de santidade, *quem despreza as mínimas coisas, pouco a pouco cai nas grandes.* (Eccl 19, 1.) Assim, pôsto que tomemos em consideração apenas a nossa salvação, só no-la podemos assegurar se procurarmos esforçadamente alcançar a santidade cristã pelos meios ao nosso dispor. A que estamos, pois, obrigado, se, como é do nosso dever, consideramos a glória de Deus, sua Vontade e seu bel-prazer acima do nosso interesse pessoal.

O' meu Deus! minha santificação é antes obra vossa que minha. Ajudai-me vós. Entrego-vos a minha alma e abandono-me à vossa graça. Tornai-me dócil às vossas inspirações e fazei com que eu seja, de ora em diante, um instrumento nas vossas mãos para cumprir com vossa santa Vontade.

CONSIDERAÇÃO.

SÔBRE A SANTIDADE CRISTÃ.

Resulta desta última meditação, que o cristão de verdade não se deve conformar com a regra de que, se não há pecado nisto ou naquilo, então pode fazê-lo. Pode, de fato, sem ofender a Deus; mas não se segue que lhe seja agradável; e o cristão deve sempre procurar agradar a Deus acima de tudo. Se esta regra de consciência fá-lo evitar o pecado, não o coloca ao abrigo da imperfeição, e a imperfeição voluntária conduz diretamente ao pecado. E' o caso de quem se permite, sem escrúpulo, certas dissipações, curiosidade, perdas de tempo, vaidades, pequenas sensualidades, além duma quantidade de omissões, sob pretexto de que não há nisso nenhuma ofensa a Deus, ou antes nenhuma vê. E' certo que quem se permite tais coisas há de cair, se não em pecado grave, pelo menos numa multidão de pecados veniais, que lhe passarão despercebidos e se tornarão hábito. Evitemos cuidadosamente toda aparência de pecado, mas não nos baste isto. Esforcemo-nos ainda por só fazer aquilo que seja bom e do agrado de Deus. Contenta-se o filho dedicado em não desagradar ao pai? Ou não procura antes fazer tudo que lhe sabe ser agradável? Espera que o pai lhe manifeste os seus desejos, ou vai-lhes ao encontro, logo que os conhece? Tal é a regra do amor. Ora, se a observamos em relação aos homens, como nos dispensar de observá-la em relação a Deus? Será êle menos cioso do nosso amor que as criaturas, e o merece, por acaso, menos? Será menos delicado de sentimentos?

Nem basta restringir-se simplesmente ao que é bem, mas, na escolha do bom e do melhor, o cristão não pode hesitar, mas deve sempre decidir-se pelo melhor. Quando digo *deve*, entendo que o amor disto lhe faz uma lei, e lei que atua sobre o seu coração com mais força do que aquelas que lhe foram ditadas pelo in-

terêsse pessoal. Não indagará, pois, se há maior mérito para êle em proceder assim, ou se assim garante melhor a sua salvação, porquanto êste motivo, bom em si, não exercerá maior influência sobre o seu espírito, mas indagará se é do bel-prazer de Deus, se daí lhe advirá maior glória, se assim poderá manifestar-lhe melhor o amor que lhe tem. Faça eu o que fizer, sempre ficarei infinitamente abaixo do que Deus merece e do que fez por mim; e se me mostrar satisfeito com o pouco que lhe dou, nunca meu amor há de corresponder ao seu. Assim pensa o cristão de fato, assim falou São Paulo aos fiéis. Não somente lhes recomenda que *se guardem até de toda aparência de mal* (1 Tes 5, 22), mas manda que *reconheçam qual é a vontade de Deus, o bom, o agradável, o perfeito*, (Rom 12, 2), a fim de que *sejam perfeitos em todas as coisas*. (Ef 6, 13). Esta só palavra a tudo compreende. E não se tenha a isto como simples conselho do Apóstolo. A perfeição, conforme o seu estado, é de obrigação para o cristão, que deve tender a ela, se quiser cumprir à risca o grande preceito de amor de Deus. Pesemos bem as palavras que encerram tão grande preceito. Depois, então, vejamos se não exige a mais alta perfeição daquele que deve amar a Deus acima de tudo com o coração, o espírito, a alma, e com todas as forças.

Direi ainda que cada um de nós se destina, sem dúvida, a atingir certa medida de santidade, que só Deus conhece e fixou, e para a qual nos preparou uma série de graças proporcionadas. Nós, porém, ignoramos qual seja. E' igualmente certo que o grande objetivo que todo cristão deve ter em vista é encher essa medida e corresponder a essas graças, para não frustrar as intenções de Deus, subtraindo-lhe uma parcela sequer de sua glória, e indo por culpa própria ocupar no céu um lugar inferior àquele que lhe fôra reservado. E já que essa medida de santidade lhe é desconhecida, êle não pode de modo algum

determiná-la nem fixá-la, mas deve esforçar-se de modo a completá-la cada dia, até que preencha a que Deus tem em vista. Ignoro se Deus me confiou cinco talentos, ou dois, ou somente um, para os fazer render, mas sei que devo fazer frutificar o que recebi e lho devolver na mesma proporção em que mos deu, cinco com cinco, dois com dois, um com um. E se meu talento nada produzir, serei condenado. Nenhum cristão saberia alcançar um grau de santidade superior àquele que Deus lhe determinou; pouquíssimos alcançam êsse grau, e a grande maioria fica muito aquém. Ora, se amor a Deus e desejo glorificá-lo, se me amo a mim mesmo e me interesso pela minha felicidade eterna, que partido devo tomar?

Oitavo dia.

PRIMEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO DEVE REFERIR TUDO A ETERNIDADE.

Primeiro ponto. — O cristão na terra acha-se entre duas eternidades, uma de alegria inefável, outra de incompreensível desgraça. Terá necessariamente de alcançar a primeira, ou de cair da segunda. Não há meio termo. Essa alegria ou desgraça eterna estão nas minhas mãos, e minha sorte depende de mim. Quanto a Deus, êle tudo fez para me assegurar a felicidade à qual me convida, e se eu vier a perdê-la será pelo mau uso que tiver feito tanto de suas graças como de minha liberdade. Eis o que me ensina a religião, eis o que a própria razão, demonstrando-me outra vida, me leva a crer. A vista disto, torna-se evidente que só devo ter em vista um objetivo, isto é, só devo ocupar-me seriamente dos meios que me hão de assegurar essa alegria eterna, ou preservar-me da eterna desgraça. A prudência manda que todos os meus pensamentos, desejos e atos se refiram a êste último fim, que deve constituir não somente o meu maior interesse, mas o meu único interesse. O que é apenas passageiro, que só me será dado possuir nesta vida, não é senão um sonho, não existe, a bem dizer, para mim, e seria uma loucura apegar-me a tais coisas e sacrificar, para delas fruir, bens imorredouros, expondo-me a sofrer males que nunca terão fim. Por diminuta que seja a minha fé não hei de perder de vista a eternidade. Examinarei, pois, quaisquer deliberações e determinações que me proponho tomar para ver se são fatores que contribuirão, ou não, para minha felicidade eterna, para então, baseado nisto, aceitá-las ou rejeitá-las. Não devo, por conseguinte, achar nada custoso demais em

se tratando de adquirir semelhante alegria, ou evitar semelhante desgraça. Se perder a felicidade eterna, tudo perderei, porquanto é um mal irremediável e sem recurso; mas, se a alcançar, tudo lucrarei. O que o mundo chama felicidade ou infelicidade, não o é em si; mas o que me encaminha para a bem-aventurança eterna, isto, sim, é felicidade, e o que dela me afasta é infelicidade. Não há, por conseguinte, nenhum bem, a não ser a santidade; nenhum mal, a não ser o pecado. Quanto aos bens e aos males desta vida, são indiferentes em si. Os bens podem ser males, se forem empregados indevidamente, e os males podem ser bens, se forem aproveitados em vista da eternidade.

Segundo ponto. — O tempo me é dado para com ele merecer a bem-aventurança eterna. Ser-me-á, portanto, preciosíssimo, e hei de empregá-lo bem e poupá-lo com o maior cuidado. Toda ocupação que não me aproxima da felicidade eterna é vã, toda ocupação que dela me afasta é má. Sendo este, com efeito, o único escopo de minha vida, devo saber aproveitar cada instante que me é dado para o conseguir. Se empregar esse tempo na busca de riquezas, honras, prazeres, se satisfizer todos os meus objetos, sem dissabores nem dificuldades, — o que nunca aconteceu a ninguém, — que me ficará à beira da eternidade? Tudo se dissipará qual sombra. Terá sido, admito, um belo sonho, mas, ao despertar, encontrar-me-ei despojado de tudo e penetrarei na eternidade sem preparação, sem ter empregado bem o meu tempo. Que horror! Que desespero! Será tarde, porém, para remediar o mal, e dêsses anos todos que perdi, nem uma só hora me será restituída. Urge, portanto empregar bem todos os momentos, já que de todos, sem exceção, depende minha eternidade. Não posso mais diferir, eu, que venho diferindo dia a dia. Se agora,

que a verdade me toca, não começar deveras, corro risco de nunca começar.

Terceiro ponto. — Ignoro de todo quando soará para mim a hora da eternidade. Será hoje? Amanhã? Não sei. Não posso responder por um instante sequer de minha vida. Sei apenas que, quando soar, será de surpresa, e que a morte me baterá à porta quando menos esperar. *Eis que venho como um ladrão*, (Ap 16, 15) adverte Jesus Cristo. Ai de mim se não estiver de sobreaviso, se não me conservar sempre pronto! Preciso estar na disposição constante de comparecer perante Deus para ouvir a sentença que decidirá de minha eternidade, já que posso ser surpreendido a qualquer momento. Adoecendo, terei tempo de me preparar? Perceberei claramente o meu mal? E se o perceber, me deixará a moléstia a necessária liberdade de espírito para tratar dum negócio de tamanha monta? Não me iludirão os entes que me cercam, não me iludirei a mim mesmo sobre o meu estado? Terei eu, naquele momento, a boa vontade que hoje não tenho? Poderei mudar à vontade os meus sentimentos? Quem me diz que, chegada a hora da morte, hei de querer aquilo que não quero em gozo de saúde? Que garantia me oferece uma conversão por assim dizer forçada, obra da casualidade? Embora necessite da graça para me converter, será que Deus ma concederá? Posso contar com ela a despeito da minha resistência longa e obstinada? Ou o Evangelho é falso, ou tenho todo motivo de crer que hei de morrer como vivi. Procuremos, pois, sem demora, repôr-nos no estado de graça, se infelizmente nêle não estamos. Não deixemos que nada nos pese na consciência para que, na hora da morte, não nos cause uma justa ansiedade. Não é o momento de esclarecer dúvidas, nem de volver às confissões passadas. Se, pelo contrário, temos razão de crer que estamos no bom cami-

nho, cuidemos bem de nêle nos manter. Vivamos, por conseguinte, o mais santamente possível, trabalhando na nossa santificação, com temor e tremor, como nos exorta o Apóstolo.

SEGUNDA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO DEVE PENSAR NA ETERNIDADE.

Primeiro ponto. — Nada é mais eficaz que o pensamento da eternidade para nos preservar do apêgo às coisas da terra, pelas quais nos inspira sumo desprezo, ou delas nos desprender, convencendo-nos de que não são dignas de nós. Abre-nos os olhos para a ilusão que as cerca, pois são efêmeras, e não tardarão em nos largar, ou nós a elas. Descubra-nos o vácuo e o nada dessas coisas que não nos podem contentar o coração, feito para fruir uma felicidade eterna e gozar do próprio Deus. Finalmente, faz-nos ver o perigo a que nos expõem, pôsto que, apegando-nos a elas, prejudicamos os bens da eternidade e corremos risco de os perder. Encarando-as destarte, apaga-se-nos o desejo de tóda satisfação ilícita, ou pelo menos aprendemos a resistir-lhe; gozamos com moderação e, por assim dizer, com indiferença, dos prazeres necessários ou legítimos. Se é mister que haja grandes e ricos, o pensamento da eternidade eleva-os acima das grandezas e riquezas perecíveis, e dispõe-os assim a empregá-las santamente. Se é mister que haja pequenos e pobres, o pensamento da eternidade eleva-os acima de sua pequenez e pobreza e habilita-os a suportar, com sentimentos nobres e cristãos, a humilhação e os incômodos de sua condição e indigência. Escrevendo a respeito, dizia São Paulo ao coríntios: *O tempo é curto, o que resta é que aqueles que têm mulher, sejam como se as não tivessem; e os que choram, como se não chorassem; e os que folgam, como se não folgassem; e os que compram, como se não possuíssem; e os que usam dêste mundo, como*

se não usassem, porque a figura dêste mundo passa. (1 Cor 7, 29-31.) Não é uma realidade e sim uma figura, e figura fugitiva, enquanto que a eternidade, onde tudo é real e estável, no bem e no mal, nos aguarda. Somos simples viajantes aqui na terra, andando a passos largos em direção à Pátria, porque *não temos aqui cidade permanente, mas procuramos a futura.* (Heb 13, 14.) Ora, o viajante segue sempre caminho; só interrompe a jornada para comer e descansar, e, embora encontre muitas novidades em sua frente, não se demora a contemplá-las, mas vai-se aproximando do seu destino. E que destino é o nosso! E quantas novidades encontramos em nossa frente!

Segundo ponto. — Nada é mais eficaz que o pensamento da eternidade para nos levar a abraçar a mortificação evangélica, e nos sustentar naquilo que tem de penoso para a natureza. Não há dúvida de que o preceito da renúncia e da morte a si mesmo atemoriza-nos à primeira vista. Mais tarde a graça, o amor de Deus e o hábito de vencer-se, junto aos frutos de paz e alegria espiritual que lhes estão ligadas, adoçam-lhe a prática de maneira incrível. Custa, no entanto, e muito, resolver-se, e devemos sempre contar com o tédio, os desgostos, as tentações, o desânimo. E' então o momento de recorrer ao pensamento da eternidade. Lembremo-nos de que a renúncia a si mesmo é o único caminho que conduz à glória imortal; de que o caráter excelente e sublime da alegria que nos está reservada, impõe esta renúncia por ser o meio indispensável de fruí-la; de que precisamos, para vivermos eternamente em Deus da vida divina, morrer a tudo que em nós constitui obstáculo à comunicação desta mesma vida. Lembremo-nos ainda de que, se é duro lutar contra si mesmo, uma vez terminada a luta, sobrevirá uma paz deliciosa, que nada conseguirá perturbar, e que nunca nos será arrebatada. Como então recusar enfren-

tar alguns combates passageiros e assim garantir-nos a vitória que nos abrirá as portas da eternidade?

"Mas os combates durarão enquanto durar a vida!" E que vale a vida mais longa em comparação com a eternidade? Além do mais, esta vida pode acabar a qualquer momento, e se tivermos tomado seriamente a resolução de renunciar-nos, junto com o desejo sincero de assim proceder, embora nos surpreenda a morte, seremos recompensados da mesma forma como se tivéssemos realizado o nosso intento. Haverá algo de mais animador e consolador? Combatamos, pois, hoje, e talvez amanhã mereçamos receber a coroa.

Terceiro ponto. — Nada, finalmente, é mais eficaz que o pensamento da eternidade para nos ajudar a sofrer as provações da virtude, que são grandes e múltiplas. Exercem-na os contratempos da vida humana — desgraças, reveses de fortuna, perda de entes queridos, contrariedades, injustiças, traições, sem falar na pobreza, no trabalho, nas doenças, nas enfermidades. Exercem-na ainda fortes tentações, quando, para ser fiel ao dever, importa desprezar o que o mundo oferece de mais atraente, ou enfrentar o que tem de mais árduo, sacrificando os seus bens, renunciando ao repouso, à honra, à própria vida. Exercem-na os excessos de vícios e de impiedade, a sedução dos maus, com seus exemplos, zombarias, críticas e vexames de toda espécie. Exercem-na, enfim, as penas interiores, que afligem intensamente a alma e só a purificam, despojando-a. E como se sustentará o cristão nessas provações, quando todo socorro e toda consolação humana lhe falta, ou de nada lhe serve? E' ainda o pensamento da eternidade, a viva percepção do júbilo que o espera na eternidade, se perseverar. Enquanto a melancolia e o desespero se apoderam daqueles que não têm este recurso, ou não o empregam, o cristão piedoso conserva a paz e a serenidade de alma, certo de que as cruzes são o caminho que

levam ao Céu, e que a recompensa futura corresponderá aos sofrimentos presentes, mas de forma a ultrapassá-los infinitamente, quer pela grandeza, quer pela duração. Faz suas as palavras do Apóstolo: *Porque eu tenho por certo que os sofrimentos da vida presente não têm proporção alguma com a glória futura que se manifestará em nós.* (Rom 8, 18.) E ainda: *Pois aquilo que de tribulação nos vem do presente, momentâneo e leve, produz em nós, de modo incomparável e maravilhoso, um peso eterno na glória.* (2, Cor 4, 17.) Nutre-se, como os Mártires nas prisões e nos cadafalsos, desta doce esperança, que lhe comunica uma força invencível e lhe faz aceitar, não somente com resignação, mas até com alegria, todas as aflições que Deus lhe enviar, porque, a exemplo de São Paulo, não cuida das coisas que vê, mas contempla com os olhos da fé as que não vê, ciente de que aquelas passam com o tempo e estas perduram eternamente.

Quem afasta o pensamento da eternidade, ou encara-o com temor, não passa de um cristão mau, ou pusilânime. Cheio de amor próprio, pouco ama a Deus, e vê nêle o Juiz de preferência ao Pai, e antes receia o inferno que deseja o paraíso. Mas, quando domina a caridade, o pensamento da eternidade, sem o qual a vida lhe seria insuportável, é tão doce à alma, que esta suspira pela morte que a conduzirá à bem-aventurança. E'lhe um porto seguro, onde não mais corre perigo de naufragar, é a região de verdade, de paz, de alegria.

TERCEIRA MEDITAÇÃO.

O CRISTÃO DESTINA-SE A GLORIFICAR ETERNAMENTE A DEUS.

Deus criou-nos para a sua glória. Este seu primeiro fim constitui também a nossa felicidade, que consiste, e só pode consistir, em glorificar a Deus.

Compreendemos bem esta idéia? A felicidade de toda criatura inteligente é necessariamente uma dimensão e uma extensão da felicidade de Deus, que é feliz em si mesmo, porque se glorifica na infinidade de sua essência e perfeições. Deus se conhece e ama. Pelo conhecimento, o Pai, que é de certo modo a fonte da Divindade, produz o Verbo, seu Unigênito, semelhante a ele. Do amor mútuo do Pai e do Filho procede o Espírito Santo. A glória e a felicidade das três Pessoas adoráveis resulta das relações que mantêm entre si, e da natureza divina que possuem indivisivelmente em comum. Eis o que nos ensina a fé a respeito do mistério da Santíssima Trindade. Embora a clara visão da essência divina não nos fôsse devida, e seja um dom gratuito de Deus, no entanto ele nos deve uma felicidade análoga à sua, fundada, como esta, no conhecimento e no amor do seu Ser infinito.

Primeiro ponto. — Glorificaremos, pois, a Deus pelo conhecimento que temos de sua natureza e perfeições. Vê-lo-emos nêle mesmo, tal qual é, face a face, não mais como aqui na terra, numa visão obscura e através do véu da fé, mas claramente e às abertas. Deus, por efeito de seu poder e bondade, nos erguerá a alma à altura dessa visão intuitiva, de que, por si mesma, seria incapaz, e sem nunca podermos compreender a essência divina, vê-la-emos no entanto duma maneira mais ou menos perfeita, conforme nosso grau de elevação. Este conhecimento nos conservará a alma numa contínua admiração, enchendo-nos o espírito conforme sua capacidade, e não lhe deixando nada a desejar. Conhecimento inesgotável que, durante toda a eternidade, nos oferecerá sempre à admiração novas belezas em Deus. Falo humanamente, pois não se trata de belezas que se desenrolarão sucessivamente, mas da própria Beleza, que nos será sempre nova, e nos causará eternamente a mesma impressão de deslumbramento do primeiro encontro. Conhecimento que nos absorverá o entendimento sem

o cansar, e o saciará sem o enfastiar. Este conhecimento outro não será senão uma participação do Verbo, que se comunicará e se unirá a nós, produzido, por assim dizer, em nós pela fecundidade do Pai. Conhecendo a Deus, conheceremos toda verdade, porque Deus, a verdade por essência, vê em si toda verdade, de que é fonte e o primeiro exemplar. Assim participaremos da ciência divina sem esforço, sem aplicação, sem nuvem, sem dúvida de espécie alguma. Será para o espírito um gozo tão delicioso quanto seguro.

Segundo ponto. — Glorificaremos a Deus pelo amor. Contemplando-lhe a natureza e as infinitas perfeições, não poderemos deixar de amá-lo. Nosso amor corresponderá ao nosso grau de conhecimento, mas será tal que o coração nêle esgotará todos os seus afetos. Será um amor ao mesmo tempo forte e suave, ardente e calmo, que juntará o desejo à posse, e nunca se cansará. Todas as forças da alma, que serão empregadas incessantemente em amar, incessantemente também se renovarão. Quem dirá o que seja amar — já não passageira mas eternamente, já não por atos sucessivos, mas por um ato sempre subsistente — a um objeto infinito, em que estamos sempre a descobrir novas razões de amar, cada qual arrebatando-nos a alma toda, e não lhe permitindo distrair-se com nada mais? E' melhor calar-se a multiplicar palavras num vão esforço de exprimir o inconcebível. E que será este amor, senão uma comunicação íntima do Espírito Santo, da caridade substancial, que se estabelecerá em nosso coração, e nêle se entronizará? Assim, nossa alma será a sede das três Pessoas divinas, que se glorificarão nela, e serão por ela glorificadas.

Terceiro ponto. — Tal conhecimento e amor farão nossa felicidade, como fazem a de Deus. A felicidade, segundo Santo Agostinho, é a *alegria* causa-

da pela posse da Verdade. Nem outra pode haver para um ser inteligente. Consiste a vida do espírito em conhecer a verdade; a do coração, em amá-la. Ora, uma vez que essa esteja cheia e garantida, que nada mais deixe a desejar nem a recear, então estaremos felizes segundo o espírito e segundo o coração. Se tal é a felicidade do próprio Deus, não pode deixar de ser a nossa. A verdade absoluta outra coisa não é senão a plenitude e a perfeição do ser: — Deus, por conseguinte. Ora, Deus possui-se a si mesmo pelo conhecimento e pelo amor, e esta posse constitui-lhe todo o júbilo. Também para mim, só a posse de Deus pode constituir o meu júbilo, porque nenhum ser, senão Deus, é a verdade. A criatura é o nada por essência, e o nada não pode ser objeto nem do conhecimento, nem do amor. Eis por que nunca poderemos encontrar a felicidade em nós mesmos, nem em criatura alguma. O que conhecemos, o que vemos de real e amamos fora de Deus, vem d'Ele, como de sua idéia exemplar, é uma produção da Onipotência de Deus, só subsiste pela Vontade de Deus, só é suscetível de conhecimento e de amor em relação a Deus. Se fôr separado de Deus, em lugar da verdade, só depararei com a mentira, e nada encontrarei que possa conhecer e amar. Assim, no céu, só em Deus e por Deus conhecerei e amarei os espíritos e os bem-aventurados, e a alegria que sentir será algo de acessório, de dependente de minha felicidade essencial, que só se encontra em Deus, segundo a bela expressão de São Paulo: *Seja êle tudo em todos* (1 Cor 15, 28), tanto Anjos como homens. Guiados pela Escritura, não receemos aprofundar com sobriedade o que diz respeito à bem-aventurança eterna. E' um estudo que nos elevará a alma, nos nobilitará as idéias, nos purificará os afetos, nos inspirará um salutar desprezo pelos bens da terra e um ardente desejo pelos do céu.

Notemos, ao terminar, que estas verdades, que acabamos de expor, se concatenam e formam uma cadeia. A primeira, a saber, que o cristão é filho de Deus, prende-se diretamente à última, que é nosso fim, e as verdades intermediárias dependem de uma e terminam noutra. E', pois, mister a tôdas abraçar ou rejeitar. Rejeitá-las, seria abjurar o cristianismo e precipitar-se na irreligião. Abraçá-las, sem as praticar, seria, além duma inconseqüência absurda, condenar-se a si mesmo. Aceitá-las e praticá-las com restrições, seria ser cristão pela metade, expor-se aos perigos duma vida tibia e, ao mesmo tempo, privar-se do apoio e consôlo duma vida fervorosa.

CONSIDERAÇÃO

SÔBRE A PERSEVERANÇA, FRUTO DÊSTE RETIRO.

Conto que as meditações feitas durante êste retiro tenham causado a devida impressão, e que o retirante se tenha resolvido a conformar com elas o seu proceder. Agora, trata-se de tomar as necessárias medidas para perseverar.

Em primeiro lugar, importa persuadir-nos de que, por nós mesmos, nada podemos, mas com a graça de Deus de tudo somos capazes; e esta graça nunca nos faltará, a não ser por culpa nossa. Daí se segue que há duas disposições que devem acompanhar o cristão durante tôda a sua vida — humildade e confiança. A primeira disposição de humildade fará com que não confie em si mesmo, não se atribua nenhum bom sentimento que tiver, não se apoie nas resoluções que tomar, não se ufane de nenhuma boa obra que praticar, não se aproprie nenhuma virtude, como proveniente de seus esforços, não se julgue em condições de enfrentar nenhum perigo, de se expor a nenhuma ocasião de pecado. A segunda disposição de confiança fará com que tudo espere de Deus, certo de que, se fôr fiel, Deus há de socorrê-lo quando preciso;

não se intimide com nenhuma dificuldade; não se admire das culpas em que cair por fragilidade, nem pense que, por isto, Deus o vá abandonar, contanto que as reconheça logo e delas se arrependa, erguendo-se de novo e caminhando com redobrado ardor.

Em segundo lugar, importa, por conseguinte, dar a Deus nosso coração, a fim de que o dirija com sua graça, e entregar em suas mãos, incondicionalmente, a nossa liberdade, como instrumento de que possa dispor à vontade, de sorte que, depois dessa consagração, nossa alma já não se considere como pertencendo a si mesma nem se julgue com direito de recuar. Se nos oferecermos sinceramente a Deus, êle nos aceitará, e se fôr senhor de nossa alma, nos santificará infalivelmente; e, enquanto estivermos sob sua dependência, cumprirá com os desígnios que formou, tanto para sua glória como para nossa salvação. Nada, a não ser nós mesmos, o nosso espírito e a nossa vontade pode resistir-lhe. Se existem tão poucos Santos, é porque cada qual se quer traçar suas próprias diretrizes de preferência a se abandonar às de Deus.

Em terceiro lugar, importa convencer-se bem de que a santidade é como a eternidade, nem uma nem outra tem limites nem termo, e estamos sempre a começar quer a carreira da santidade, quer a da eternidade. E' preciso, por conseguinte, nunca perder de vista as palavras da Escritura, que manda que *o justo pratique ainda a justiça e o Santo se santifique ainda*. (Ap 22, 11); bem como estas outras: *Quando o homem julga terminada a obra de santificação, é então que a começa*. (Ecli 18, 6.) O que é infinito está sempre começando, e nunca se consuma. Embora minha vida contasse milhares de séculos, e cada momento fôsse consagrado a Deus, embora estivesse continuamente a progredir, assim mesmo, depois de tantos e tantos anos, estaria recomeçando a todo instante, porque estaria sempre infinitamente longe do termo da perfeição do amor divino.

Em quarto lugar, importa nunca olhar para trás a ver o caminho que percorremos, mas sempre para diante, a ver o que nos falta percorrer. Assim sendo, teremos em conta de nada o que tivermos feito, e procuraremos sempre aproximar-nos do fim, que nunca havemos de plenamente alcançar. E' antes o desejo imenso de progredir que o próprio progresso que faz os Santos. *Irmãos*, escrevia São Paulo aos filipenses, *eu não julgo ter alcançado o termo. Mas uma coisa faço: esquecendo deveras aquelas coisas que ficam atrás, e lançando-me para o que está adiante, prossigo para a meta, para o prêmio da soberana vocação de Deus em Cristo Jesus*. (3, 13, 14.) Já então o Apóstolo, que se consumira em santidade e beirava o fim da carreira, estava prêso, e em vésperas de ser martirizado.

Em quinto e último lugar, tendo feito e sofrido para Deus tudo quanto estava em nós fazer e sofrer, importa dizer e pensar, como no-lo manda Jesus Cristo, que *somos servos inúteis, fizemos o que devíamos fazer* (Lc 17, 10); que Deus merece infinitamente mais, e nada nos deve a título de justiça, mas que se deve a si mesmo recompensar-nos em virtude de suas promessas.

Não vamos imaginar que havemos de compreender plenamente, e logo de início, as grandes verdades que acabamos de meditar. Será preciso volver a elas durante anos e anos, e, à medida que formos progredindo, a luz se difundirá; e descobriremos novos horizontes de perfeição que ultrapassam de muito o que procuramos descrever. Só Deus conhece toda a extensão do sentido que encerram as palavras da Escritura, e êle irá desenvolvendo-o em nós de acôrdo com a nossa fidelidade e os desígnios de santificação que tiver formado a nosso respeito.

INDICE.

Aviso	5
Meditação preliminar	8
Primeiro Dia.	
Primeira meditação: O cristão é Filho de Deus	11
Segunda meditação: O Espírito de adoção ..	14
Terceira meditação: Os Filhos de Deus se de- vem conduzir pelo Espírito de Deus	18
Consideração sôbre os sentimentos dum Filho de Deus.	22
Segundo Dia.	
Primeira meditação: O cristão é Filho da Igre- ja	26
Segunda meditação: O Batismo torna-nos fi- lhos de Deus e da Igreja	28
Terceira meditação: O Batismo assemelha-nos a Jesus Cristo	33
Consideração sôbre os deveres dum filho da Igreja	36
Terceiro Dia.	
Primeira meditação: O cristão é discípulo de Jesus Cristo	39
Segunda meditação: O cristão é imitador de Jesus Cristo	43
Terceira meditação: O cristão deve permane- cer em Jesus Cristo	46
Consideração sôbre os deveres do cristão em relação a Jesus Cristo	49
Quarto Dia.	
Primeira meditação: O cristão deve amar seus irmãos na sua qualidade de Filhos de Deus	52
Segunda meditação: O cristão deve amar seus irmãos na sua qualidade de filhos da Igre- ja	55

Terceira meditação: O cristão deve amar seus irmãos como Jesus Cristo os amou	59
Consideração sôbre a caridade para com o próximo	62
Quinto Dia.	
Primeira meditação: Primeiro grau da renúncia de si mesmo	65
Segunda meditação: Segundo grau da renúncia de si mesmo	68
Terceira meditação: Renúncia espiritual ...	72
Consideração sôbre a renúncia cristã	77
Sexto Dia.	
Primeira meditação: O cristão é adorador em espírito e em verdade	80
Segunda meditação: O cristão deve adorar continuamente	84
Terceira meditação: O cristão vive de fé	87
Consideração sôbre a vida de fé	90
Sétimo Dia.	
Primeira meditação: O cristão é homem interior	94
Segunda meditação: O cristão é homem espiritual	98
Terceira meditação: O cristão é chamado à santidade	101
Consideração sôbre a santidade cristã	106
Oitavo Dia.	
Primeira meditação: O cristão deve referir tudo à eternidade	109
Segunda meditação: O cristão deve pensar na eternidade	112
Terceira meditação: O cristão destina-se a glorificar eternamente a Deus	115
Consideração sôbre a Perseverança, fruto deste Retiro	119